ANO III — Nº 32 — Cr$ 15,00

SETEMBRO DE 1978

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

ALEMANHA: O IMPASSE DO CAPITALISMO

QUAL É O CHEIRO DE FIGUEIREDO?

GOLPE: COMO FABRICAR UM BRASILEIRO

O CÉREBRO DO REGIME

Quem é Golbery, o general misterioso, o criador do SNI, o homem que faz presidentes

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro, Tomás Pereira, Waldoar Teixeira, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Marco Antônio Schuster, Rafael Guimarães, Najar Tubino, Leonardo Dourado, José Onofre, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Lilian Bem David, Jorge Gallina Assis Hoffmann, Baru Derkim, Maureci Santos (**editores, repórteres, diagramadores, fotógrafos**), Luiz Recena Grassi (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (**São Paulo**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Paolo Marconi (**Salvador**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Zélia Leal (**França**), Eva Dür (**Alemanha**), Moena Bauer (**México**), Licínio Azevedo (**Moçambique**), Caco Barcelos (**Nova Iorque**), José Reis, Marta Biavaschi, Luiz Fernando Gomes (**arquivo e laboratório**), Sérgio Batsow, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré (**arte**).

Industrial

Francisco Alba (**coordenador**), Lindomar da Silva, Estela Maris de Carvalho, Sívia Berni, Edison Ubiratan Trindade (**revisão**), Carlos Milton Rios (**produção**), Júlio Ferrari, Atil Vineton, Perci Dutra (**fotolito**), Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (**fotocomposição**), Olmiro Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**montagem**).

Administração
Eládio Vieira da Cunha
Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Cleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Regina Maria Babke, Gilberto Taurino

Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170 / Livro A 1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Tomás Pereira (**Vice-Presidente**), Rosvita Saueressig (**Secretária**), Afonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Emanuel Matos, Baru Derquin, Jorge Gallina, Ricardo Chaves, Sérgio Batsow (**Conselheiros de Administração**), Antônio Oliveira, Agnese Schiffino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello, Regina Vasques (**Conselheiros Fiscais**), Assis Hoffmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha, Paulo Burd (**Conselheiros de Edição**), Carlos Karnas, Edgar Vasquez, Carlos Dorneles, Adélia Yates Silva, Ademar Vargas de Freitas, Ângela Riccordi.
Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva; Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Iara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Bessio da Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Teixeira, Maria da Graça Seligman, Marcelo Lopes, Ayrton Centeno, Celso Augusto Schroder, Miltom Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Baru Derkin, Lucila Camargo e Paolo Marconi.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Peregrino, não é coisa estranha que um demônio possa estar tão perto de um anjo? Este foi o epigrama que a mão de um desconhecido traçou sobre a lápide do túmulo do padre José de Paris, o homem que a lenda consagrou como A Eminência Parda. **De um lado ele era o piedoso capuchinho, vestindo um hábito surrado de fazenda áspera e parda, alimentando-se de pão e água e fazendo penitência. De outro, ele era o Tenebroso-Cavernoso, o conselheiro político do Cardeal de Richelieu, na França do século XVII, o chefe do serviço secreto, o homem que perseguia seus objetivos políticos sem escrúpulos.**

Conta-se que muitos anos antes de entrar para a política, o padre José já se havia desviado do seu caminho para organizar o seu próprio exército de informação. Um exército de agentes o mantinha informado dos acontecimentos que se desenrolavam em todas as partes do reino. Estar bem informado, de preferência por meios secretos e exclusivos, era a sua paixão, a ponto de alguns de seus biógrafos afirmarem que provavelmente foi o desejo de satisfazê-la que o induziu a entrar na política. "Como chefe do serviço secreto, usava o dinheiro e o poder para comprar aqui um trecho de informação útil, ali uma complacência, acolá uma traição". Ainda hoje a história do padre José não é isenta de controvérsias, mas depois dele o seu apelido virou sinônimo de todo aquele que exerce influência sobre homens poderosos.

•

No Brasil de hoje, o apelido de Eminência Parda é dado a um gaúcho de 67 anos, filho de um humilde professor de francês, que lhe deu um nome francês — Golbery. É um general intelectualizado, uma figura menos literária que a do padre José, mas cuja história mostra que o apelido lhe cai bem, conforme contamos na reportagem que começa na página central desta edição.

É um trabalho montado com informações recolhidas entre abril e maio, num longo roteiro que inclui Rio Grande, Porto Alegre, São Paulo, Rio e Brasília, e no qual foram ouvidas cerca de 40 pessoas de alguma forma relacionadas com o general. Esse material foi colhido originalmente para uma reportagem para a revista Repórter Três. Reportagem essa que, pronta e editada foi retirada à última hora do segundo número da revista (que não mais circulou).

•

Ainda Golbery. Quem não entendeu até agora porque todo esse esforço publicitário para impor à opinião pública a imagem do general João Baptista Figueiredo, candidato a uma eleição em que o povo não vota, ele oferece uma boa pista. Num depoimento ao brasilianist Alfred Stepan, em Brasília, em setembro de 1967, Golbery disse:

"Os ativistas militares pró ou contra o governo constituem sempre uma minoria. Se um grupo militar deseja derrubar o governo, precisa convencer a grande maioria que são os legalistas estritos ou simplesmente não ativistas. Os ativistas não querem arriscar derramamento de sangue ou cisões militares, de forma que esperam que se tenha conseguido o consenso. Deste modo, os movimentos que visam depor um presidente precisam da opinião pública para ajudar a convencer os próprios militares. Assim ocorreu em 1945, 1954, e 1964. Em 1961, os chefes militares agiram contra a opinião pública e tiveram que retroceder".

Quer dizer: é preciso ter a opinião pública do lado de Figueiredo para que as divergências no meio militar não constituam ameaça maior.

O Editor

Tiragem desta edição: 30 mil exemplares

SANTIAGO

Um protesto

Acabei de ler um livro com uma impressionante mensagem contra o totalitarismo, tanto psicológico quanto político. Resolvi transcrever o texto e mandar para vocês, pedindo que publiquem. É um protesto contra toda tentativa de diminuir o homem e reduzí-lo a um robô.

O texto seguinte, sob o título Psicologia e Cultura Universal extraí do livro *Psicologia e Reflexões do Inconsciente*, de Jacob Pinheiro Goldberg:

"De certa maneira a colocação deste trabalho já é uma redundância. Cultura tem abrangência universal. O homem, em sua ânsia de realização e conhecimento é um só. Em todas as latitudes, com suas cores, línguas, costumes. Na manifestação de seu entendimento vivencial se exprime, com suas peculiaridades e caminhos singulares. Mas, sempre e sempre, a linguagem global da espécie. Sob pena de que seu trabalho não seja a construção cultural, mas o rito desumano da selva e da sua organização animal primitiva.

"E cada vez mais grupos desorientados apelam para o irracionalismo. O culto ao sentimento como grosseria epidérmica, o ódio à lógica, se fundamenta, numa abstração concebida, ideologicamente, pela confusão de Jung e uma equação na qual entram como matéria prima desde as traduções de filosofia oriental até o simplismo musical ou poético.

"O medo do desconhecido, do estrangeiro, da coisa nova, indica dificuldade emocional, personalidade imatura, má organização moral.

"A facilidade de aceitação de situações novas, a absorção de experiências diferentes, o trânsito por costumes, maneiras de comportamento diferentes, levam a um suavizamento no trato social.

"O excessivo apelo à paixão como sucedâneo da razão, o encantamento pelo provincianismo costumam, outrossim, ser racionalizações para a inflexibilidade da própria inteligência. O homem, a mulher, a criação é o mesmo na grande cidade atormentada pelas dificuldades de crescimento desordenado ou no campo com suas limitações de alternativas pessoais. (...)

"O pluralismo cultural não exclui o cultivo dos valores folclóricos. Muito pelo contrário.

"O xenófobo e o maniqueísta acreditam no exorcismo da estupidez e na catarse da ignorância.

"Se desconhecem o mundo interior, não existe o mundo exterior. Simplificam a complexidade da vida, para alcançar a simplicidade que sua pobreza mental pode entender.

"De um lado, Albert Einstein, físico, violinista, filósofo, poeta, homem do mundo, judeu de religião, crente nas concepções de Goethe: "Tudo que é humano, me concerne".

"Do outro lado, com sua antítese, a ridícula figura hitlerista, glosada por Chaplin, o homem-Pitecantropus Erectus, atalho da escala zoológica, proprietário absoluto de sua Verdade, violento, e por isso apavorado, com ódio ao Espírito, às sutilezas que lhe causam confusão, receoso do futuro, vendo fantasmas em cada tentativa de ampliação de horizontes. Por isto mesmo, defensor das coisas pequenas, adorador dos deuses menores.

"Fugir ao espectro da limitação, talvez seja este o grande desafio da cultura de nosso tempo. Transpor as fronteiras físicas e mentais, pelos instrumentos do satélite que permite a comunicação instantânea.

"Realmente, a luz tem o efeito fulminante de apavorar a escuridão. A noção de que o poeta, o filósofo, o cientista de cada lugar é o tradutor dos sentimentos de todo o mundo — que cantando sua aldeia, ilumina toda a terra.

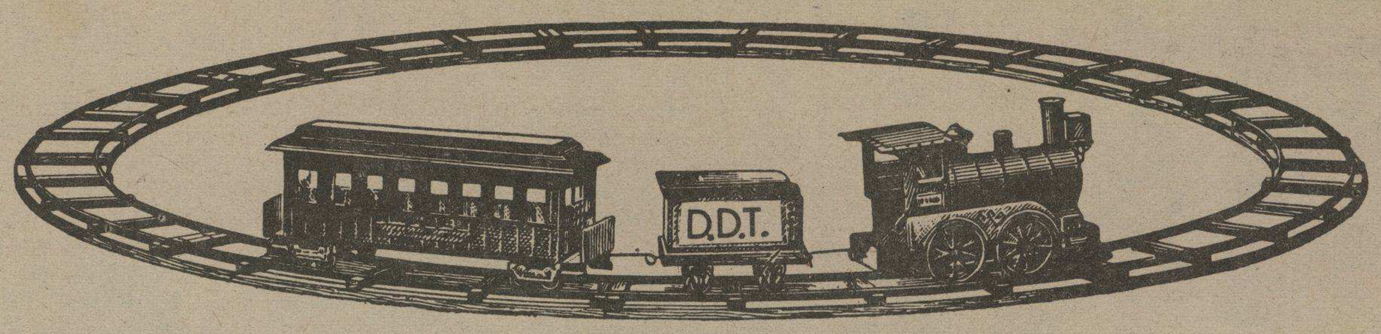
"Ou a infeliz noção de um mundo dividido por castas, idiomazinhos, velharias, rancores tribais.

"A ascese difícil e elaborada ou o abismo fácil, porque descida... Nossa época tem dois símbolos desta confrontação cultural: o poeta com sua voz voltada para o mundo e o seu oposto totalitário com seu punho voltado para o interior do seu umbigo."

Como já li o livro, mando de presente para vocês.

Ana Lúcia Simi de Moares, São Paulo, SP

CARTAS



Intercâmbio

No *Coojornal* de julho havia um artigo, sob o título "Pergunta na escola: quem deve ser Presidente?", que muito me interessou. Sou aluno da Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca e participo do jornal *A Boca,* criado no início deste ano, para promover atividades culturais nesta escola, incentivar a criatividade e iniciativa dos nossos colegas e também para descobrir, criticar, dar força, informar.

Lendo o artigo citado, vi que o pessoal do jornal *Sem Rodeio,* do grupo "Alternativa" do Colégio Júlio de Castilhos, aí de Porto Alegre, tem umas idéias parecidas com as nossas. Por isso achei que seria interessante fazer um intercâmbio de informações, contos, cartuns, etc.

Ficaria muito contente se este jornal me ajudasse a entrar em contato com eles.

Luiz D'Albuquerque Bello, Rio de Janeiro, RJ

Nota da Redação: *Encaminhamos seu nome e endereço ao pessoal do Júlio de Castilhos, que entrará em contato com vocês.*

Edição Especial

Considerei magnífica a edição especial do *Coojornal,* principalmente pelos trabalhos "Terror no Uruguai", "A morte de Jango", "Os degoladores" e "Assim morreu Vargas".

Quanto a esta última, que me interessou particularmente, apenas tenho a discordar do historiador Hélio Silva num ponto, quando ele afirma ser de Vargas a famosa frase "Dessa luta ou se volta com honra ou não se volta nunca", proferida em Porto Alegre, por ocasião do início da marcha da arrancada revolucionária de 1930.

Na realidade, quem a proferiu foi Flores da Cunha, caracterizando e exprimindo com esta frase o seu temperamento extrovertido, quente, impulsivo e até quixotesco como, quando insultado por um adversário político, o desafiava para um duelo.

Getúlio Vargas era a antípoda de Flores da Cunha e jamais diria uma frase desse quilate e dessa veemência, por ser um temperamento frio, introvertido, enigmático e esfingético, contemplando impassível e filosoficamente a problemática brasileira, dizendo quase sempre o que não pensava. Vargas era homem cortejado pelas multidões mas inundado de solidão, distante espiritualmente da massa, apesar de confudir-se com ela, na feliz análise que faz de sua personalidade o seu eminente biógrafo, o escritor Cláudio de Araújo Lima, em sua obra "Mito e Realidade de Vargas".

José Egydio Farinha, Belo Horizonte, MG

Supérfluos

Parabéns ao *Coojornal*, veículo que está obtendo junto ao público leitor uma grande aceitação, graças a suas idéias avançadas, democráticas e objetivas.

Tomo a liberdade de dar-lhes uma sugestão: gostaria que vocês fizessem um trabalho sobre a importação de produtos supérfluos, que vem sendo cada vez mais alarmante em nosso país.

Fermino Rosa da Costa, Espumoso, RS

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.

Capina química

Há alguns meses, a passeio pelo meu rincão, testemunhei um crime ecológico perpetuado pela Rede Ferroviária no trecho Santiago-São Borja. A Rede está usando a chamada **capina química,** ou seja, periodicamente uma locomotiva percorre a estrada espergindo violentos herbicidas que depois, com as chuvas, se espalham além do corredor dos trilhos indo devastar os campos vizinhos. Além do crime ecológico existe o crime social pois isso significa desemprego para muitos **tucos** que ganham a vida com a capina do corredor da estrada.

Neltair Rebés Abreu, Porto Alegre.

Impressionante

Achei impressionante a matéria com os professores Lair Ferreira, Milton Guerra e José Lutzenberger, intitulada "Nossa paisagem envenenada". Aproveito a oportunidade para anexar cópia de artigo publicado na revista *Business Week,* de 12 de junho de 1978, que trata de assunto correlato.

Benedito A. Reis Jr., São Paulo, SP

Nota da Redação: *Obrigado. Na nossa edição de julho já demos um resumo do artigo que o leitor nos enviou.*

Situação triste

Quero cumprimentar o *Coojornal* pela séria abordagem que vem fazendo acerca dos atentados ao meio ambiente. Esses crimes contra a coerência,contra os mais graves conceitos existencialistas, tomam conta da nação e graças ao trabalho deste e de outros jornais sensibilizados pelo assunto, uma grande parcela da população brasileira está sendo levada a questionar, refletir e pôr o verde em seu devido lugar — um lugar de onde jamais devia ter saído.

Aqui no Estado do Rio a situação é triste. Aterram lagoas, promovem queimadas criminosas, loteiam serras e litorais, mas garanto que a consciência ecológica, também por aqui, começa a brotar. E para isto, para que o caos se distancie ou se amenize, nós contamos com trabalhos sérios como o que o *Coojornal* vem desenvolvendo.

Luiz Antonio Mello, Niterói, RJ

Uma porta aberta

Quero cumprimentá-los pela excelente matéria com o Lutzenberger, o Lair Ferreira e o Milton Guerra, sobre a "nossa paisagem envenenada", publicada na edição de julho.

Acho mesmo que, pela excelência do material humano de que o *Coojornal* possui, não deve quase que limitar-se às matérias de cunho político, embora estas também sejam úteis e necessárias. Seria questão apenas de mudar a dosagem... e atingir uma camada ainda maior de público, pois, como andam as coisas, muita gente boa está se desinteressando de Política. Pode até parecer uma alienação, mas não creio que o nome seja esse...

De maneira que temas como o da natureza envenenada são muito interessantes. Até me atrevo a sugerir que vocês procurem saber por que e quem está querendo boicotar o receituário agronômico, que está sofrendo uma série de pressões por este rincão afora.

Por outro lado, quero comunicar que o *Cotrifatos,* jornal que editamos para a Cooperativa Tritícola de Santo Ângelo, é mais uma porta aberta para quem quiser defender a natureza e o meio ambiente. Vocês se lembram que quando se estava no primário falavam tanto na nossa flora e fauna, dizendo que eram verdadeiros orgulhos para o Brasil? Hoje, passados tão poucos anos, a fauna e a flora das quais nos orgulhávamos pertencem ao mundo da fantasia, das lembranças, pois tudo é feito para que se termine logo com essas "coisas de poeta".

Egon Hilário Musskopf, Santo Ângelo, RS

Meio ambiente

A AGAPAN — Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural — agradece àqueles que integram este conceituado veículo de comunicação de massa, pelo expressivo apoio concedido à campanha "Fique do lado da vida" e a publicação do anúncio sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente, idealizados por esta organização preservacionista.

José Lutzenberger, presidente, Porto Alegre.

Vítimas

Particularmente venho sentindo o que é a repressão, e por isto posso entender certos dramas que a Imprensa enfrenta. Venho há tempos batalhando com meus artigos e poemas, sempre enfrentando dificuldades, em parte por ser militar não graduado. Gostaria de ouvir opiniões sobre meus poemas, e por isto envio para publicação o seguinte poema, cujo título é "Vítimas":

No delírio,
Vão se esvaindo
Gemidos.
Ao som do chicote
As marcas profundas
Vão se iludindo.
No desespero de gente
Cansado
Sozinho e calado.
No deserto que emana
De forças capazes.
No sorriso sarcástico
De um rosto fanático
Por um fruto divino.
Gritou um rifle,
Tombou um homem
Sem esquife.
O gigante acoberta
Na fome, na sede
Na glória falsa
Que desperta.
No peito oprimido
Rasgado por um grito de sangue,
Saltam pedaços perdidos
De desejos contidos, que
Se lançam pelos ares,
E germinam pelos campos
Áridos.
...Tocam os clarins,
Germinam as rosas.

Rubens Heitor Trindade, Bagé, RS

A força do treze

Treze é considerado um número de azar, mas para os treze co-autores da coletânea de poesia "Águas Emendadas" significa, no mínimo, um sintoma de força.

Reunidos em sistema cooperativo, entre as sombras da Brasília urbanizada a régua e compasso, os poetas, alguns inéditos, outros nem tanto, Ana Lagoa, Carlos Marchi, Carlos Saldanha, Carlos Setti, Chico Dias, Fausto Alvim, Ijalmar Nogueira, João Ricardi Navajas, Luiz Martins e Luiz Roberto Nascimento Silva, colocaram à luz pública um volume com 168 páginas de poesia combativa.

O trabalho destes poetas reflete a angústia de uma geração amordaçada, e o perfil multifacetado dos moradores de Brasília. Importante do ponto de vista, digamos, sociológico, este volume de poesias deverá ser conhecido por todos aqueles que tencionam mapear a resistência literária das novas gerações, aonde quer que ela surja.

A distribuição, evidentemente, é feita corpo-a-corpo, e para aproximar interesses aí vai o endereço para correspondência: Ana Lagoa, SQS 104, Bloco A, Ap. 404, CEP 70000, Brasília, DF.

Custa 50 pratas, e vale como uma lição de resistência e força de vontade.

Rogério Raupp Ruschel, Porto Alegre, RS

Antropólogos

Gostei imensamente das afirmações de Cláudio e Orlando (Villas-Boas) sobre como são tratados os nossos cientistas (leia-se antropólogos, no caso). É um fato incontestável. Não é só na área da antropologia. Em quase todas as outras. No jornalismo, todo o pessoal sabe, o caos impera. O pobre do acadêmico só conhece como se faz jornal, como se vai para a cadeia a peso de pancada depois que está de canudo nas mãos. Não há, desgraçadamente, um tirocínio para que à teoria seja associada a prática. O que se vê, amiudadas vezes, é o novato escrever besteiras, tratar assuntos sérios com anelina jornalística. Isso porque lhes faltou uma aprendizagem mais profissional, mais condizente com a realidade nacional.

Quem quiser se desenvolver profissionalmente — para o bem desta terra de multinacionais, como diz o Hélio Fernandes — terá de gastar sua própria *pecúnia.* Sei o que gastei, aqui e acolá, para correr mundo. Viajei pelo Brasil, dormindo mal, comendo mal. Imaginem que cheguei a vender artigos para jornal em Teresina. Não posso crer que um colega, sempre detrás de sua cadeira burguesa-jornalística, consiga ter uma visão clara desta terra do cão. Um jornalista do Pará, é bem possível, ainda imagina que exista o nosso gaúcho de bombacha, guaiaca e chinoca... apesar de a imprensa do Pará ser superior ao que se faz por aqui, excetuando-se SP, RJ e RS...

O que acontece aos antropólogos: a pesquisa para consumo, o corre-corre do "entrevista e anota" têm imitadores nas outras áreas. A universidade brasileira, em que "nada se cria, tudo se copia", é um exemplo insofismável do que ocorre "intramuros" das casas de ensino superior do Brasil. E não creio, pelo que se lê na imprensa doutras aldeias, que no exterior seja diferente. Esses brazilianists — verdadeira praga, mal quase necessário — esses PHds (não se trata de índices de acidez) — chegam ao Brasil, empilham cem mil folhas de papel, documentos e traças e depois produzem uma tese, duas, dez sobre nossa vida, numa linguagem insossa, intragável, ruim como carne de cobra. O estilo dessa gente é uma mistura de *Búfallo Bill* com *Uncle Sam.* E por quê? Porque não temos dinheiro para desenterrar a nossa papelada. Creio que se tivéssemos verba para ajudar aos nossos estudantes — inteligência não lhes falta — nada ficaríamos a dever aos jacus de além rio Grande (não confundir com Rio Grande com maiúsculas).

Disse-o bem o Villas-Boas (seja Cláudio ou Orlando): "As nossas universidades não acreditam ainda em pesquisas. Eu não vi até agora nenhuma universidade brasileira, quer sejam as rotulados com grandes verbas (PUC, USP, UNICAMP, Museu Nacional, Museu Goeldi, etc) — quer sejam as mais pobres, que solte para o campo um pesquisador realmente com todos os recursos para fazer pesquisas... Nós temos excelentes obras de gabinete..."

Em tempo: nós temos quase tudo de gabinete... até democracia.

Jorge Baleeiro de Lacerda — Paraná

CARTAS

Eleição e promessa

Em Porto Alegre o Governo está praticando uma política inteiramente incoerente com aquilo que divulga, em termos habitacionais.

Alguns meses antes das eleições de novembro de 1976, foi anunciado que seriam abertas inscrições para um núcleo residencial a ser lançado pela COHAB, o que deixou muita gente com esperança de conseguir um lugar e aliviar-se de pesados e abusivos aluguéis.

Pois as eleições foram realizadas e o Governo foi derrotado nas urnas, com poucos candidatos eleitos, e lá se foram também as casas: o BNH, através da COHAB, não mais falou em inscrições, que foram adiadas sem data prevista.

Em 1977 abriram inscrições para o Conjunto da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia. Ofereciam 1.200 casas e quando o prazo previsto terminou havia o inacreditável número de 36 mil inscritos, isto é, 30 inscrições para cada casa. A decisão foi adiada e agora se pergunta: que critérios de seleção estariam sendo utilizados neste tipo de coisa?

Pois agora o governo municipal também entrou neste jogo: lançou em agosto, portanto a pouco mais de 60 dias das eleições do próximo novembro, um plano de 512 apartamentos, 1.086 casas, mais terrenos e uma cooperativa em formação para projetos residenciais em vilas.

Assim, o negócio, para aqueles que se inscreverem, é esperar as próximas eleições e ver os resultados. Depois, torcer para que o governo cumpra suas promessas eleitoreiras.

V. Oliveira Rios, Porto Alegre, RS

Euler e Magalhães

Quero parabenizá-los pela excelente publicação que é o *Coojornal*, principalmente pelo respeito que demonstra para com os leitores.

Meus parabéns se estendem a Carlos Alberto Sardenberg, pelo artigo "Euler no segundo degrau da realidade" (edição de agosto), no qual denuncia o esquema de controle e deformação das notícias praticadas pela "grande" imprensa, sempre a serviço do governo ou contra os adversários deste.

A partir deste artigo, gostaria de registrar aqui a posição, a meu ver estranha, do senador Magalhães Pinto no panorama político brasileiro. É que o ilustre senador mineiro está contribuindo bastante para aquela "confusão geral" aludida por seu eminente colega Teotônio Vilela, já que, nesta altura, é difícil perceber se o objetivo do representante de Minas é a redemocratização plena do País — anseio da grande maioria do povo — ou a "redemocratização-com-ele-na-Presidência-da-República".

É claro que a primeira hipótese é mais consentânea com o passado político do senador, um dos signatários do histórico Manifesto dos Mineiros contra a ditadura getulista. Mas àquela época o senhor Magalhães Pinto não tinha a assessorá-lo a figurinha mefistofélica (desculpe o palavrão) do Zé Aparecido, a qual só veio a furo politicamente durante o porre nacional janista, em 1960. Assim, torna-se plausível a segunda hipótese. O que é profundamente deplorável para todos nós e, no mínimo, melancólico para o velho homem público.

Roberto Jansen, Brasília, DF

Carlos Salzano V. da Cunha

— ADVOGADO —

OAB 2927 CPF 007648680

Andradas, 1560 — CONJ. 112 (GAL. MALCON)
Das 14 às 16 horas — FONE 21-82-82

Poses de vedete

Determinadas colocações, mesmo pouco simpáticas, são impostas por um compromisso maior que conduz a examinar os vários aspectos que nos parecem entravar esta nossa sociedade.

Personalidades sempre formais e mais preocupadas em posar de vedete têm grande responsabilidade e são certamente um dos problemas no atraso de conquistas para uma vida mais justa.

Agora, quando anormalidades em que vivíamos começam a entrar em declínio, quando, por exemplo, já começa a surgir uma imprensa conseqüente que não apela para excentricidades de efeito, é hora de corrigir distorções. Era mesmo natural, quando a censura impedia a livre manifestação das diversas tendências, ser tolerado apenas o que não oferecesse maiores riscos.

Não temos preconceito contra nada, só não acreditamos em deslumbrados que começam a descobrir obviedades num início de senilidade. Mas, os verdadeiros entraves das reformas são aqueles que vivem preocupados com minúcias e preterem o importante, gastando energia com o decorativo e não abdicando de toda a parafernália que por convenção dá *status*. Entendemos que estas deformações patológicas são conseqüência e não são novidade, mas talvez possamos trazer alguma colaboração se explicitada sob forma nova.

Enquanto não se conseguir estimular atitudes menos modistas qualquer esforço por mudanças vai se resumir em vanguardeiros de fachada. O que se verifica constantemente são pessoas buscando em pequenos golpes e expedientes o não tentado antes, onde possa haver qualquer comprometimento. É o festival de congressos e reuniões do nada, onde muitos procuram satisfazer suas vaidades. É o rosário de mesquinharias entre iguais que não se organizam para suas verdadeiras disputas.

É tudo uma farsa. A mentira tem o rótulo pomposo de imaginação. A acomodação é prudência. Enfim, é um circo dos melhores artistas. A hipocrisia é o carro-chefe. A arrogância é comum e os acertos mais raros.

Só é admitida a participação na vida do país de classes sociais enquanto simpáticas aos interesses dominantes. Os padres, os estudantes e agora também os militares são aconselhados a permanecer em suas atividades específicas.

Se não esboçamos um quadro festivo é porque realmente uma visão crítica das coisas constata que para as reformas estruturais necessárias precisamos mais que os padrões comportamentais em que se sobrevive.

Alexandre C. Pires de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

Envenenamento

Gostaríamos de ver publicada no *Coojornal* a seguinte correspondência que enviamsos ao Exmo. Sr. governador do Estado, Sinval Guazzelli:

"Nós, pastores e membros da Igreja Metodista, reunidos em Concílio Distrital na cidade de Ijuí, somos habitantes e trabalhadores de uma região extremamente agredida pelo envenenamento do ar, lavouras, hortas, animais e pessoas, causado pelos defensivos e inseticidas agrícolas. Basta que acompanhemos o noticiário da imprensa para que se tenha conhecimento desta cruel situação.

"Tanto Vossa Excelência como nós, sabemos do alto valor da pessoa humana perante os olhos de Deus. Mas sabemos também que o ser humano se serve da natureza para a sua existência sadia e equilibrada. Portanto, há necessidade de se bem cuidar e tratar da terra, da água, do ar, a fim de que sejam instrumentos de realização e de felicidade das pessoas.

"Em face de tão grave problema, vimos, através desta, ao governo do Estado, pedir urgentes medidas em favor da pessoa humana, diante do uso indiscriminado que se tem feito dos chamados defensivos agrícolas, pois a família rural é quem transforma a fisionomia desta região, com o seu suor e o seu sacrifício."

Günther Barth, superintendente distrital e presidente do Concílio Distrital, Ijuí, RS

Terror no coração

Reni Maria Spies, de 16 anos, era casada com Inácio Spies, de 23. Moravam na Linha Laranjeira, município gaúcho de Santo Cristo. Seu primeiro (e único) filho nasceu no dia 11 de julho, de parto normal, rápido, na sua própria residência. Foi atendida pela parteira Ilse, 40 anos, mãe de três filhos, com curso intensivo e prática de Enfermagem, feito em Porto Alegre. Por volta das 21 horas constatou-se início de hemorragia na mãe. A própria parteira fez-lhe a devida injeção. Como não estagnasse, às 22 horas fez outra injeção. E logo foram em busca de um carro para levar a jovem mãe ao hospital.

Este casal morava bem no interior, de difícil acesso e longe de recursos de emergência. À meia hora do dia 12 estava a caminho do hospital que dista, mais ou menos, 25 quilômetros. Percorridos uns 10 quilômetros, chegaram à Linha Bom Princípio.

E aqui começa a tragédia: o motorista notou a falta de gasolina. Ainda deu para encostar no Posto Ipiranga, único da região. A hemorragia continuava forte. Imediatamente pediram gasolina, que o encarregado negou. Como se tratava de pessoas conhecidas, foi fácil explicar o caso. Qual nada! A própria parteira insistiu, chorou, implorou um litro de gasolina, pelo amor de Deus, em troca da vida de Reni Maria. Mas, a resposta veio de um coração endurecido por força da lei: "Não posso entregar o meu patrão. Lei é lei". E trancou a porta.

Um agricultor foi quem forneceu dois litros de gasolina. Chegando ao hospital de Santo Cristo, obtiveram o socorro imediato. Atendentes, enfermeiras e o médico não perderam um segundo. Mas as veias do corpo da jovem mãe estavam quase secas, por causa da lei, mal-interpretada, que impôs o medo e o terror nos corações das pessoas, a tal ponto que secou em suas mentes a noção de hierarquia de valores.

Reni Maria faleceu uma hora depois de ter chegado ao hospital. Os 90 minutos de desesperada busca de dois litros de gasolina custaram o preço de uma viagem para a eternidade.

Pedro Canisio Spies, Santa Rosa, RS

Nádegas flácidas

Um leitor deste bravo jornal pede boicote à Coca-Cola a pretexto de que a empresa produtora da coisa mais típica do *american way of life* ajuda a sustentar ditaduras. Se a moda pega, não haverá empresa no mundo que escape ao boicote. No tempo do salazarismo, quem escabichava os dentes com palitos portugueses colaborava com o fascismo à lusa. As armas que mataram tantos civis vietnamitas foram feitas por empresas que fabricam nossos rádios, televisores, automóveis, nossas prosaicas lâmpadas, etc. Boicote à Coca-Cola, pois, é quixotesco. Não há empresa privada ou estatal que não esteja inserida em contextos pouco recomendáveis. Se todas sofressem boicote, os sobreviventes regressariam às cavernas, catástrofe que nenhum intelectual esnobe e nenhum empresário ultraconservador desejam.

A entrevista do crítico Guilhermino César ao *Coojornal* merece alguns reparos. Os Lusíadas (no *Coojornal* com Z de zurro) não perderam um milímetro de sua importância, quanto mais metade. Tal afirmação não tem cabimento. Se o tempo desgastasse a importância de uma obra literária, Homero, que viveu dois mil anos antes de Camões, já não teria a menor importância, o que é absurdo.

O crítico ousa matar a obra de Castro Alves, porque seria dirigida contra a escravatura no Brasil, e, com a abolição, a obra do escritor teria ficado sem importância, e comete outros disparates, como colocar o nome de Bernardo Guimarães como um dos três escritores mais importantes do Brasil, ao lado de José de Alencar e Machado de Assis. Nesta entrevista, cuido encontrar erros a cada duas linhas. Os estudantes de literatura ficam advertidos: cuidado com este crítico!

Já a propósito da entrevista com o jornalista castrista-cubano cabe uma frase de Swift: a gente pode ter venenos em casa, mas não deve vendê-los como remédios. O Sr. Angel Guerra distorce tudo com o proverbial cinismo comunista. Sempre me fascinou um mistério comunista: como eles conseguem mentir tão tranqüilamente?

E a propósito do general Figueiredo, registre-se que tem-se mostrado intempestivo, destemperado, grosso como ele mesmo diz nos seus freqüentes contatos com a Imprensa. Não há entrevista em que ele não resvale para a grossura. Convivendo com cavalos desde a infância, a princesa Anne da Inglaterra acabou por adquirir feições eqüinas. Mas a grosseria do general Figueiredo é uma esperança para todos os democratas. De repente, ele, numa impulsividade peculiar, dá de mão numa caneta e nos devolve, com uma canetada fulminante, a democracia perdida.

Floriano Peixoto, sucessor de um militar da linha dura, em vez de abrir, estrangulou ainda mais. Bilac, que odiava Floriano, disse horrores do marechal alagoano e acabou patrono literário do Exército, pai do Serviço Militar obrigatório.

Espero que o general Figueiredo seja um Floriano às avessas, pró-democrático, não antidemocrático, e que os militares assimilem, absorvam, tolerem os Bilacs do nosso tempo. Senão, o Guilherme Figueiredo talvez tenha que voltar a Paris, não como adido cultural mas como mais um intelectual exilado por um regime latino-americano. Porque muitas das peças de Guilherme são, subliminarmente, subversivas. Tanto é assim que acabaram representadas até na Bulgária.

Finalmente, para os nossos sociólogos, psicólogos e historiadores: a revolução de 30 gerou Vargas, Benedito Valadares, Ademar de Barros, João Goulart, Leonel Brizola. A revolução de 64 gerou Francelino Pereira, Euclides Triches, Sinval Guazzelli, Nestor Jost, Arnaldo Prieto, Laudo Natel, etc. Entre o populismo vulgar e não-sei-que-ismo nádega flácida, situa-se a nossa vergonha, o nosso constrangimento, o nosso embaraço, a nossa humilhação. Deveríamos ser governados por homens dos quais não sentíssemos vergonha. Somos?

Ronaldo Cruz, Porto Alegre, RS

Antonio Callado

Felicito a brava e brilhante entrevista de Antonio Callado ao *Coojornal* (agosto). Citado nominalmente no texto, desejo prestar os seguintes esclarecimentos:

1) Na crise verificada no *Correio da Manhã*, nos primeiros meses de 1965, já então sob a gestão de Callado, o ambiente não era mais de total liberdade na redação. Dona Niomar nomeara um *playboy* do Clube dos Cafajestes, Nelson Baptista, para gerir as finanças do jornal. Ele se recompôs com bancos e agências de publicidade de capital americano. Ao saber disso, escrevi um violento artigo (*Ato Institucional nº 2*) que criou o caso. Nelson e Guiomar queriam me afastar, Callado queria me manter. Conhecedor dessa situação, escrevi ao Callado uma carta pedindo demissão. Não queria arrastar meu chefe e amigo numa crise que somente eu provocara. Mas Callado é homem excepcional, apresentou minha demissão juntamente com a dele. Fiz tudo para que Callado recuasse, telefonei-lhe de Ouro Preto a fim de que não deixasse cair a peteca. Mas Callado não voltou atrás. O fato é que não fui demitido. Demiti-me, por antecipação. Não recebi os quase seis anos de indenização a que tinha direito pela lei então em vigor. Honestamente, pagaria do meu bolso o direito de sair do jornal naquela situação.

2) Os manifestantes do Hotel Glória não foram exatamente os citados. Foram presos, naquela ocasião, Antonio Callado, Glauber Rocha, Márcio Moreira Alves, Joaquim Pedro de Andrade, Flávio Rangel, Thiago de Melo, Mário Carneiro, Jayme Azevedo Rodrigues e eu. Membro honorário da manifestação — foi um custo contê-lo, pois queria ir de qualquer maneira — somente Otto Maria Carpeaux. Natural da Áustria, ele podia ser extraditado e nós o afastamos do grupo. Paulo Francis nos acompanhou de perto, assistiu a todos os lances, inclusive à nossa chegada no quartel da PE. Mas não foi preso nem participou daquilo que os jornais da época chamaram de *baderna*. Ferreira Gullar e Dias Gomes não participaram concretamente nem foram presos.

Carlos Heitor Cony, Rio de Janeiro, RJ

No Palácio do Planalto, como quem está em casa

Por Jaime Sautchuk e Carlos A. Sardenberg

Narra-se aqui um episódio que revela a influência do americano Daniel Ludwig dentro do governo brasileiro

Entre ladrões de terra — os grileiros — posseiros, falsificadores de títulos e a inoperância do aparato estatal que se destinaria a fazer a reforma agrária, é difícil para um cidadão registrar suas terras na Amazônia. A menos que esse cidadão seja norte-americano, dono do Projeto Jari, e se chame Daniel Keith Ludwig — um homem com muitos amigos no Palácio do Planalto, a sede da Presidência da República. Aí é fácil, como provam os documentos que constam desta reportagem.

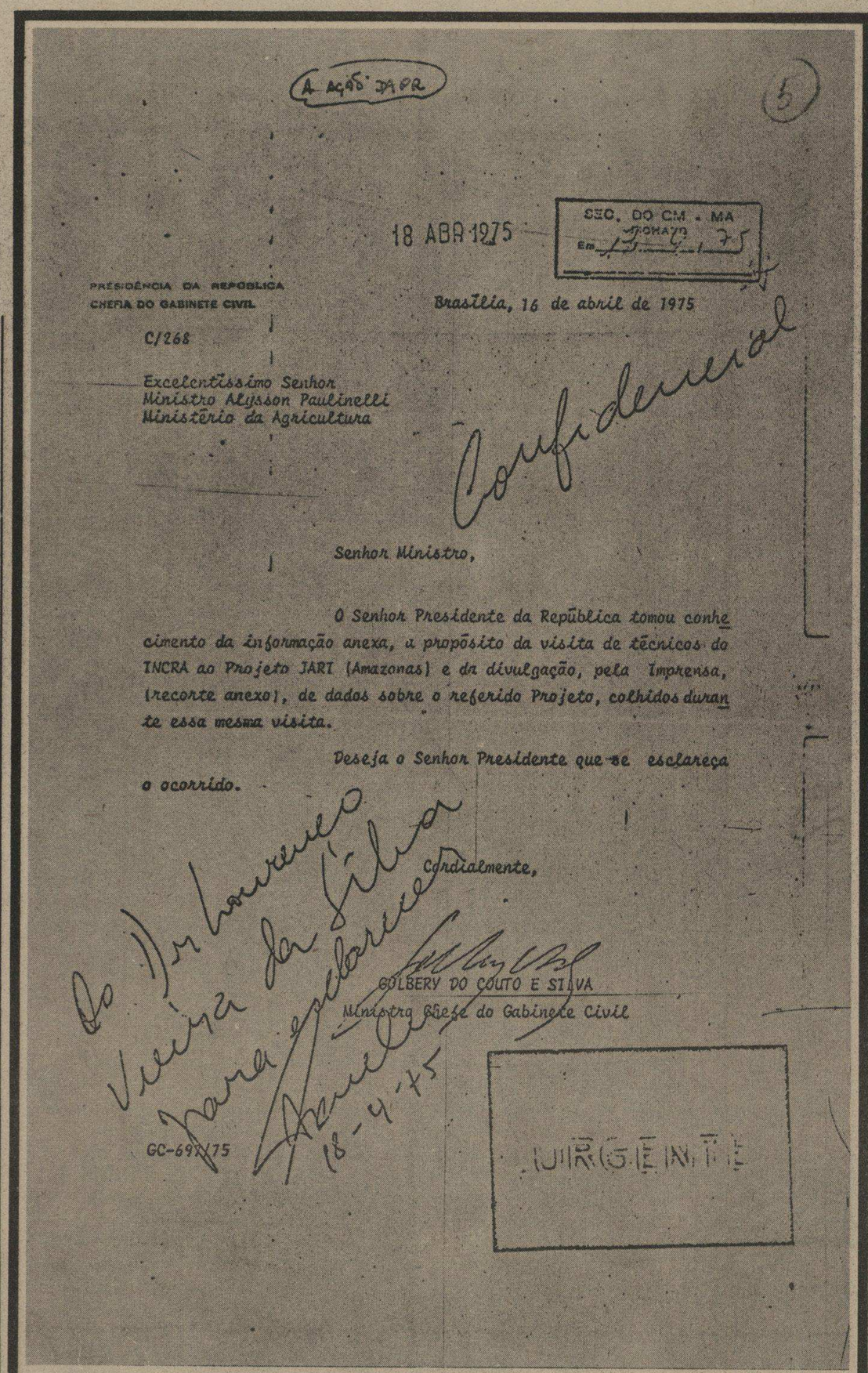
Quando tem problemas nas terras que diz serem suas ou quer reclamar do Incra, um órgão governamental, Ludwig vai ou simplesmente manda algum dos seus funcionários a Brasília, onde sempre conta com a atenção do secretário particular do presidente Ernesto Geisel, Heitor Ferreira de Aquino, e do chefe do Gabinete Civil da Presidência, general Golbery do Couto e Silva.

Amigo particular

O caso é o seguinte: no dia nove de janeiro de 1975, um dos diretores da Jari Florestal e Agropecuária Ltda. (1), o advogado Octávio Avertano Rocha, chegava ao gabinete do presidente do Incra, em Brasília, e se apresentava, conforme o protocolo de pedido de audiência, como "amigo do secretário particular do sr. Presidente da República", Heitor Aquino. Avertano queria reclamar de supostas irregularidades cometidas pelo agente de cadastramento da cidade de Almeirim, no Pará, atos que redundavam no reconhecimento e distribuição de títulos de posse de terras em áreas que a Jari diz serem suas. E para deixar claro que não estava usando o nome de Heitor Aquino em vão, Avertano Rocha deixou protocolado que podia ser localizado através do telefone 23-0664 (hoje 223-0664), com dona Lilian.

Nada de estranho nisso, não fosse o fato de que o telefone 223-0664 é do gabinete de Heitor Aquino, no Palácio do Planalto. E dona Lilian, à época sua secretária, trabalha hoje no escritório político do candidato oficial à Presidência da República, general João Baptista Figueiredo — à época chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O próprio presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva, confirma este fato em ofício que enviou ao ministro da Agricultura no dia 25 de abril de 1975, sob o código OF. Incra P/NR 196/75. No terceiro parágrafo, ele afirma: "Destaco, por oportuno, que esta presidência tomou conhecimento de invasões que estariam ocorrendo em áreas do Projeto Jari, em data de nove de janeiro do andante, em audiência concedida ao dr. Octávio Avertano Rocha, por solicitação sua, quando apresentou-se invocando a sua condição de amigo do senhor secretário particular do excelentíssimo senhor Presidente da República (xerocópia anexa)". A cópia anexada era uma xerox do protocolo.



A ação DPOR

(5)

18 ABR 1975

SEC. DO CM - MA
PROMAZ
Em ___

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CHEFIA DO GABINETE CIVIL

Brasília, 16 de abril de 1975

C/268

Excelentíssimo Senhor
Ministro Alysson Paulinelli
Ministério da Agricultura

Confidencial

Senhor Ministro,

O Senhor Presidente da República tomou conhecimento da informação anexa, a propósito da visita de técnicos do INCRA ao Projeto JARI (Amazonas) e da divulgação, pela Imprensa, (recorte anexo), de dados sobre o referido Projeto, colhidos durante essa mesma visita.

Deseja o Senhor Presidente que se esclareça o ocorrido.

Cordialmente,

GOLBERY DO COUTO E SILVA
Ministro Chefe do Gabinete Civil

Do Dr Lourenço Vieira da Silva
Para esclarecer
18-4-75

GC-697/75

URGENTE

ofício de Golbery a Paulinelli: o presidente quer esclarecimento

"Atos irregulares"

No encontro com Avertano Rocha, o presidente do Incra prometeu investigar a ocorrência e aconselhou o emissário da Jari a manter contato com o coordenador do Incra em Belém, Geraldo Cunha Carvalho. Cinco dias depois, no dia 14 de janeiro de 1975, Avertano batia no es-

(continua na página seguinte)

1) — **A Jari Florestal e Agropecuária Ltda., é a principal das cerca de 20 empresas que a** National Bulk Carriers, **empresa central do todo poderoso império de Ludwig, tem no Brasil. Ela é administrada por um conselho de cinco diretores, entre os quais está Avertano Rocha. Heitor Ferreira Aquino fez parte desse conselho.**

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: Cr$ 165,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 165,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
☐ Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

critório de Geraldo Cunha, portando o ofício Of/Incra/DC/NR 18/75, no qual, segundo um relatório feito posteriormente pelo coordenador do Incra, "era noticiada a prática de atos pela Unidade Municipal de Cadastramento (UMC) de Almeirim, que poderiam, eventualmente, criar problemas de tensão social na área do Jari". De acordo com o relato de Geraldo Cunha, Avertano levava consigo uma série de outros documentos, "todos relativos aos atos tidos como irregulares e da responsabilidade do UMC já referido".

O que ocorria, de fato, é que o chefe da Unidade de Cadastramento de Almeirim, Aroldo da Graça Souza Góes, havia reconhecido títulos de propriedade e distribuído certidões de posse a habitantes da região, legalizando terras em áreas que a Jari afirma serem abrangidas pelo seu projeto agropecuário, florestal e industrial. As pressões iniciais da Jari tiveram resultado imediato: o prefeito de Almeirim exonerou Aroldo Góes, que deixou a cidade e desapareceu, segundo o relatório de Geraldo Cunha Carvalho ao presidente do Incra, "tendo seguido com destino ao território federal do Amapá, presumivelmente". Geraldo tentou localizar Aroldo Góes para checar as informações, mas não conseguiu, dando-o por desaparecido. (Nas eleições seguintes, Aroldo se candidatou e foi eleito vereador pela Arena de Macapá, no Amapá).

Técnicos acusados

A questão foi correndo até que, em março de 1975, a diretoria da Jari concordou em permitir que funcionários do Incra entrassem na área do projeto para ver o que se passava. Os técnicos Luiz Guilherme de Oliveira e Luiza Helena Sampaio Correia Mariani passaram o dia 21 de março percorrendo o projeto e levantando dados para um relatório que fariam à direção do órgão. E, no dia 23, o jornal *O Globo* publicava uma ampla reportagem sobre o Projeto jari, o que bastou para enfurecer ainda mais a direção da empresa, avessa que é à Imprensa, seguindo a linha do misterioso Daniel Ludwig, do qual ninguém no mundo se lembra de ter lido uma entrevista em jornal ou revista.

Avertano Rocha ligou uma coisa à outra e acusou os técnicos do Incra de serem os responsáveis pela matéria publicada no jornal carioca. E fez uma denúncia — escrita, porém informal — aos seus amigos do Palácio do Planalto. Depois de historiar o caso, Avertano afirma que "duas são as hipóteses que podem ser argüidas sobre o assunto: a) o Incra mandou para a Jari jornalistas profissionais objetivando fazer reportagens sensacionalistas; b) o Incra mandou funcionários de seus quadros que, indevidamente, atuaram também como jornalistas".

Aparece, então, na história, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, que mandou ao ministro Alysson Paulinelli, da Agricultura, o expediente de código C/268, datado de 16/04/75. Nele, o general afirma: "O senhor Presidente da República tomou conhecimento da informação anexa, a propósito da visita de técnicos do Incra ao Projeto Jari (Amazonas) e de divulgação, pela Imprensa (recorte anexo) de dados sobre o referido projeto, recolhidos durante a mesma visita. Deseja o senhor Presidente que se esclareça o ocorrido". (2) (Ver documento-I).

O Ministro da Agricultura aduziu ao documento, de próprio punho, a tarja de **Confidencial** e a frase: "Ao doutor Lourenço Vieira da Silva, para esclarecer". O documento deu entrada no Incra no dia 18 de abril de 75, sob protocolo número 292/4. Sete dias depois — dia 25, portanto — o presidente do Incra mandava a Paulinelli o tal ofício Of. Incra/P/NR 196/75, no qual auxiliado pelo relatório que pediu ao coordenador do órgão em Belém e cuja cópia enviava anexa, procurava esclarecer, como pedia o general Golbery do Couto e Silva em nome de Geisel, os motivos e as condições da visita dos técnicos ao Projeto Jari.

O ponto central da resposta de Lourenço Vieira da Silva está no segundo parágrafo do seu ofício, em que afirma: "Rogo especial atenção de Vossa Excelência para a narração feita pelo senhor coordenador, já que ele demonstra que, além de não haver este instituto enviado, como funcionários seus, jornalistas profissionais à área da Jari, não houve a prática de jornalismo por qualquer de seus servidores".

O mais grave da questão, porém, não está na acusação feita aos funcionários do Incra — embora logo em seguida o coordenador do órgão em Belém tenha sido afastado do posto — e sim no fato da Jari recorrer a amigos no Palácio do Planalto para defender terras que, segundo o Incra e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), não pertencem ao magnata Daniel Ludwig. Senão, vejamos:

Num projeto econômico que objetiva conseguir incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. afirma ter três milhões e 700 mil hectares de terras — equivalente mais ou menos ao tamanho da Holanda.

Lei violada

Ocorre, porém, que segundo o próprio presidente do Incra, a área cadastrada do Projeto Jari não chega a um terço deste montante. No ofício que enviou ao Ministro da Agricultura, Lourenço Vieira da Silva afirma que "as áreas cadastradas em nome desta empresa perfazem um total de, *apenas*, um milhão e seis mil hectares". O resto é área que a Jari pretende que faça parte de seu projeto. E, se isso fosse pouco, de um milhão e seis mil hectares cadastrados só são considerados legais para o Interpa cerca de 400 mil hectares, que representam um percentual de 12% do total das terras que Daniel Ludwig diz ter na região.

O que dizer de tudo isso? Em primeiro lugar, os favorecimentos ao Projeto Jari por parte de autoridades brasileiras não são fato novo, pois vêm desde 1964, quando o então ministro do Planejamento (hoje embaixador em Londres), Roberto de Oliveira Campos, iniciou negociações para incrementar os investimentos de Ludwig no Brasil. Qualquer barreira à expansão do projeto e de outros interesses do magnata norte-americano no Brasil é removida com uma facilidade espantosa, como demonstra este caso envolvendo o Incra.

Recentemente, quando a Jari trouxe do Japão uma fábrica de celulose e uma termoelétrica, já montadas, empresários brasileiros defenderam a posição de que havia condições de se fabricar no Brasil boa parte daquelas duas unidades industriais. Segundo a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria da Base (Abdib), a indústria brasileira de bens de capital está equipada para tanto e até mesmo fabrica equipamentos que compõem as duas unidades industriais. Assim, ficou evidenciado que a Jari violou a decantada "lei da similaridade", que impede a importação de máquinas e equipamentos que possuam similares de fabricação nacional.

No entanto, o ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, e outras autoridades do Governo, assumiram o argumento da Jari, considerando que a fábrica de celulose e a usina — já montadas, como vieram do Japão — não são fabricadas no Brasil e que, portanto, não se caracterizava nesta importação violação alguma das leis vigentes.

Mas seria isso alguma coisa anormal para um homem como Daniel Ludwig, que circula pelo Palácio do Planalto como se estivesse em casa? Os repórteres que fazem a cobertura da sede da Presidência da República são testemunhas: todas as vezes que vai ao Planalto, o magnata encontra-se com Heitor Aquino (que já foi diretor da Jari Florestal), com o general Golbery e, com algumas exceções, com o próprio general Ernesto Geisel.

E mais: nas suas visitas a Brasília — o que faz, em média, uma vez a cada três meses, quando vem ao Brasil — Ludwig tem o privilégio de chegar pelo Aeroporto Militar, utilizado apenas pelo Presidente da República e por funcionários do primeiro escalão do Governo — e mesmo assim quando se trata de viagem oficial.

Com amigos tão poderosos, não é de se estranhar, portanto, que a solução para o conflito de terras envolvendo a Jari, no município de Almeirim, tenha sido tão rápida e rasteira. Considerou-se que a ação do chefe da Unidade Municipal de Cadastramento era irregular e anulou-se a distribuição e titulação de terras. É possível que o funcionário tenha agido irregularmente ou, mesmo, de má fé. Mas isso precisaria ter sido provado através de algum inquérito ou sindicância. E conforme se nota pelos ofícios do Incra, os atos do funcionário foram desfeitos sumariamente, antes de investigações mais apuradas.

---

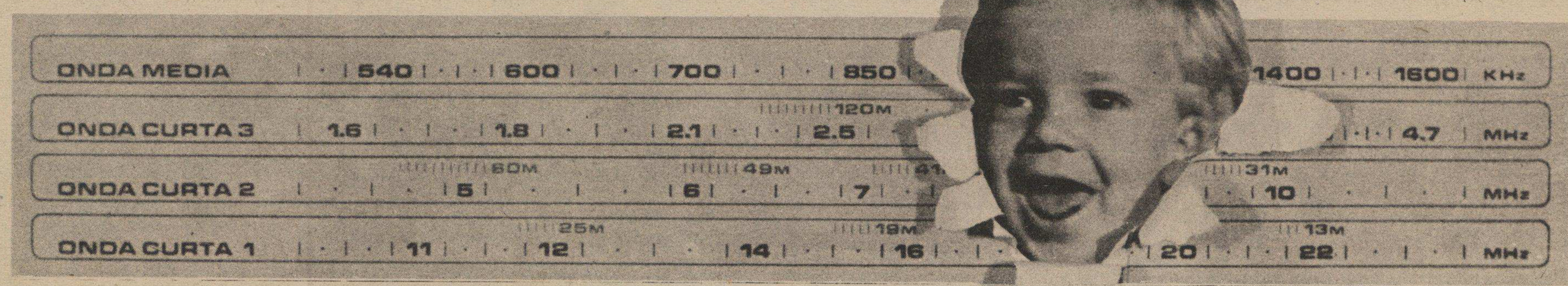
2) — A área ocupada pelo Projeto Jari fica no território do Amapá e estado do Pará. Não está, portanto, situada no estado do Amazonas, como se referiu o general Golbery — o teórico oficial da Geopolítica.

sõpropaganda

1120

VOZ ATIVA

Rádio Continental/Breve: 50 kilowatts



O SOM INTELIGENTE.
A NOTÍCIA NA INTIMIDADE.

Você Nunca Viu Uma Fábrica Como Esta.

Na verdade, nem poderia ter visto.
A Unidade Industrial de Alimentos de Soja, inaugurada em 26 de agosto de 1978, é a primeira do mundo especialmente dirigida para a produção do Extrato de Soja em Pó em larga escala.

Esta fábrica pertence a uma empresa genuinamente brasileira, foi implantada com capital brasileiro e opera com tecnologia brasileira.

Mais importante, porém, do que sua estrutura, é o que ela produz.

O Extrato de Soja em Pó, reconhecido por especialistas em nutrição de todo o mundo como o "alimento do século", é um produto puro, de alto valor nutricional e de aplicações praticamente ilimitadas.

Produzindo o Extrato de Soja em Pó em escala industrial a Olvebra coloca ao alcance do Brasil e dos demais países a solução para dois dos maiores problemas mundiais: a desnutrição e a fome.

Razões suficientes para você lembrar sempre o que está vendo pela primeira vez.

Incêndios em Joinville: uma solução forçada?

No final do ano passado, uma série de mais de 20 incêndios — em igrejas, residências e indústrias — transformou Joinville, cidade catarinense de 110 mil habitantes, onde predomina a descendência germânica, num centro de inquietação coletiva. Neste mês, provavelmente, serão julgados aqueles apontados pela Secretaria de Segurança como os principais implicados: Valério Galvan, Darci Rossi e Evandro Vitor de Oliveira. Além deles, há cinco menores que, por essa condição, não poderão ir a julgamento.

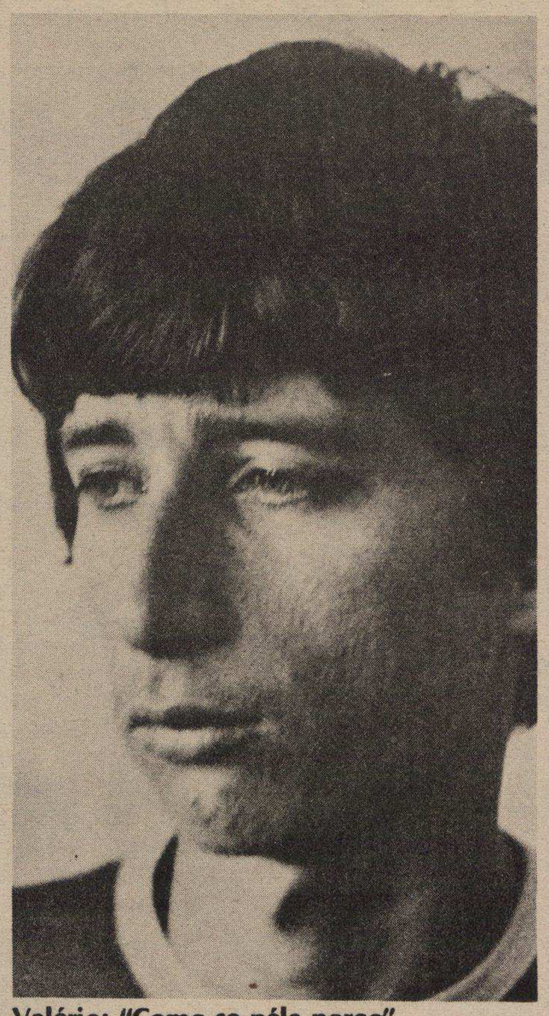
A série de incêndios durou cerca de 60 dias e as investigações primaram pelas contradições. Pressionada pela opinião pública, a polícia realizou centenas de prisões e, afinal, baseada nas informações dos menores, apontou três culpados. Um deles, Valério Galvan, motorista de táxi, que seria o elemento de ligação entre os menores incendiários e o mandante, demorou duas semanas para assinar a confissão. E depois, na justiça, desmentiu tudo, alegando que confessara sob tortura.

Os outros dois indiciados, que inicialmente acusaram Valério Galvan e depois desmentiram perante a justiça, estariam sofrendo das faculdades mentais, segundo se comenta em Joinville. E o mandante dos crimes, a polícia nunca conseguiu apresentar, embora tenha torturado os presos para tentar obter o nome. Os incêndios não se repetiram em Joinville, o que pode ser uma prova de que a polícia prendeu os criminosos certos. Mas a maneira como foram obtidas as confissões criaram dúvidas que irão ao julgamento.

Valério Galvan, 28 anos, quarto ano primário, nascido na cidade catarinense de Nova Trento, onde tinha mais nove irmãos e por isso foi criado desde pequeno por um tio, em Rio do Sul, é acusado de ser o elemento que pagava os incendiários e os transportava até os locais escolhidos para pôr fogo. A tese de confissão sob tortura será usada pelo advogado de Valério Galvan durante o julgamento. No começo deste mês, o repórter Luiz Veríssimo ouviu um longo depoimento do acusado na cadeia pública de Joinville. A seguir, alguns trechos do seu relato sobre as torturas que diz ter sofrido e que usará como defesa:

— No dia 22 de dezembro, às duas horas da tarde, ao voltar de uma corrida ao aeroporto de Florianópolis, um delegado de São Francisco do Sul e o capitão Pacheco, de Itajaí, me convidaram para ir ao quartel da Polícia Militar. Fiquei esperando numa salinha, sem saber do que se tratava. De repente, chegaram dois menores, acompanhados por um policial, que perguntou se eles me conheciam e eles negaram. Permaneci até a meia-noite na salinha, sem saber de nada. Até que vieram o delegado Elói, de Florianópolis, o capitão Pacheco e mais três policiais. Um deles disse pra mim: "Fala". Não tive tempo nem de responder. Rapidamente eles me puseram um capuz preto. Fui levado para um carro e andamos 10 minutos, mais ou menos, antes de retornar ao quartel. Desta vez fui conduzido para um ranchinho do batalhão.

— Me colocaram no pau-de-arara e diziam: "Fala, fala". Falar o quê?, eu respondia. Permaneci no pau-de-arara até as cinco da manhã. Saí com os pés inchados de tanta paulada. A partir desta hora e até as 22h permaneci num camburão, sem água e sem comida, estacionado sob o sol de dezembro. Quando me tiraram, voltei à sala de torturas acompanhado de três caras de Florianópolis. Por duas horas eles me bateram. Só no terceiro dia fiquei sabendo o motivo de minha prisão. Pelado no banheiro, antes de eles terem mergulhado minha cabeça na latrina, presenciei uns caras prestando depoimento contra mim.



Valério: "Como se péla porco"

Depois disso, quiseram que eu assinasse. Não assinei e recebi *telefones* nos ouvidos até sangrar.

— No dia 25 de dezembro, eu quis desmentir o depoimento dos caras, mas apanhei das 10 até as três horas. Passei aquele Natal quase morto e ainda por cima me ameaçavam de morte a todo o instante. No dia 26, me deram um banho, às oito horas da manhã, e me fizeram a barba, como se péla um porco, para me levar a Curitiba. Na viagem, diziam que se eu não identificasse o *Galego*, que lá estava detido, me matariam na Serra. Esse Galego foi identificado por fotografia, por um dos detidos, mas eu não o conhecia.

— Depois de quase seis dias é que eu fui comer salgado e recebi cigarros. Foi lá no DOPS de Curitiba. Dois agentes me trataram bem e me disseram que a polícia catarinense tinha "queimado o serviço mesmo". Depois voltei para mais três dias no quartel da Polícia Militar, quando chegaram três caras de São Paulo. Fizeram várias perguntas e eu respondi, sempre negando. Voltei ao pau-de-arara. Estes paulistas eu acredito que se convenceram que eu era realmente inocente e, inclusive, um japonezinho chegou a me dizer que acreditava na minha inocência mas que ele nada poderia fazer.

— No dia 31 fomos apresentados à imprensa de todo o país. Os menores confirmaram aos jornalistas as acusações contra mim. Eu continuei negando tudo. No dia 7 de janeiro, pediram pela terceira vez para eu assinar a confissão, através do depoimento dos menores. Depois de tudo que passei, resolvi assinar. Tentei me matar três vezes, batendo com a cabeça na parede, quando pedia para ir ao banheiro. Depois eles desconfiaram e não me deixavam sozinho.

— Antes de assinar a confissão, sete autoridades me deram três nomes de policiais para eu acusá-los como mandantes dos incêndios. Um deles ainda trabalha aqui em Joinville, outro é um ex-comissário aposentado e o terceiro foi um galego, que na época era soldado aqui. Respondi que não devia nada e não iria acusar ninguém. Depois que assinei, eles continuaram me pressionando para saber o nome do mandante. Me apresentaram outra relação de nomes, agora sem policiais.

— Como continuava me negando a identificar o mandante, me pegaram de madrugada, puseram-me um capuz e me levaram a um rio, para simular um afogamento. Outro dia me pediram para cavar um buraco e disseram que serviria de meu túmulo. Peguei a pá e comecei a cavar. Aí disseram que me dariam nova chance. Um dia, o coronel Moacir me deu um maço de cigarros e conversou comigo em volta do quartel. Me disse que, com justiça ou injustiça, era para eu colocar outro acima de mim, sair da condição de cabeça, já que cadeia eu já tinha pego.

Eleição na Vila: com voto de menor e analfabetos

— Mas precisa levar título, seu Edu?

— Não, nada disso compadre. É só descer lá no postinho e votar. Lá eles explicam pro senhor

O *compadre*, meio magro, chapéu na cabeça, típico colono que abandonou o campo em busca de um emprego na cidade, queria tirar a dúvida. Como a maioria dos seus vizinhos, analfabetos, que nunca votaram sequer para escolher vereador, ele estava meio embaraçado com aquela eleição.

Mas, a falta de hábito não impediu um pleito tranqüilo no Campo da Tuca, um aglomerado de barracos miseráveis, uma das tantas favelas que abrigam boa parte dos 100 mil moradores do bairro Partenon, um dos maiores de Porto Alegre. Uma semana depois que 303 delegados, por via indireta elegeram o novo governador em nome dos 7 milhões de gaúchos, os moradores da Tuca escolheram democraticamente o novo presidente da sua Associação Comunitária. Por voto direto, com participação de analfabetos e de todos os maiores de 14 anos.

O fato inédito de adolescentes e analfabetos terem direito a voto no Campo da Tuca é encarado como normal pelas duas chapa que concorreram à eleição e também se encarregaram da sua organização:

— A gente acha que essa gurizada que está com 14 anos já tem uma certa compreensão das coisas, apesar de muitas vezes não terem uma opinião formada sobre um assunto. Mas a gente precisa dar uma oportunidade deles participarem, comenta Edilio Macedo, um dos candidatos.

— O analfabeto sabe votar. Porque ele é analfabeto até certo ponto. Quando ele tem um problema ele sabe, ele sente onde dói a ferida. Aqui ninguém é cego, complementa Arlindo Ledur, bodegueiro, e candidato à vice-presidência, da chapa 2.

Entre os 302 votantes que assinaram o livro de presença, 24 apenas colocaram a sua impressão digital. Quando um eleitor chegava na mesa e dizia que não sabia assinar, logo tinha o dedo pintado com caneta. E todos os candidatos que concorreram — não havia diferenças ideológicas entre as duas chapas — responderam afirmativamente, depois da apuração dos votos:

— O povo sabe votar. Nós somos contra qualquer tipo de eleição indireta.

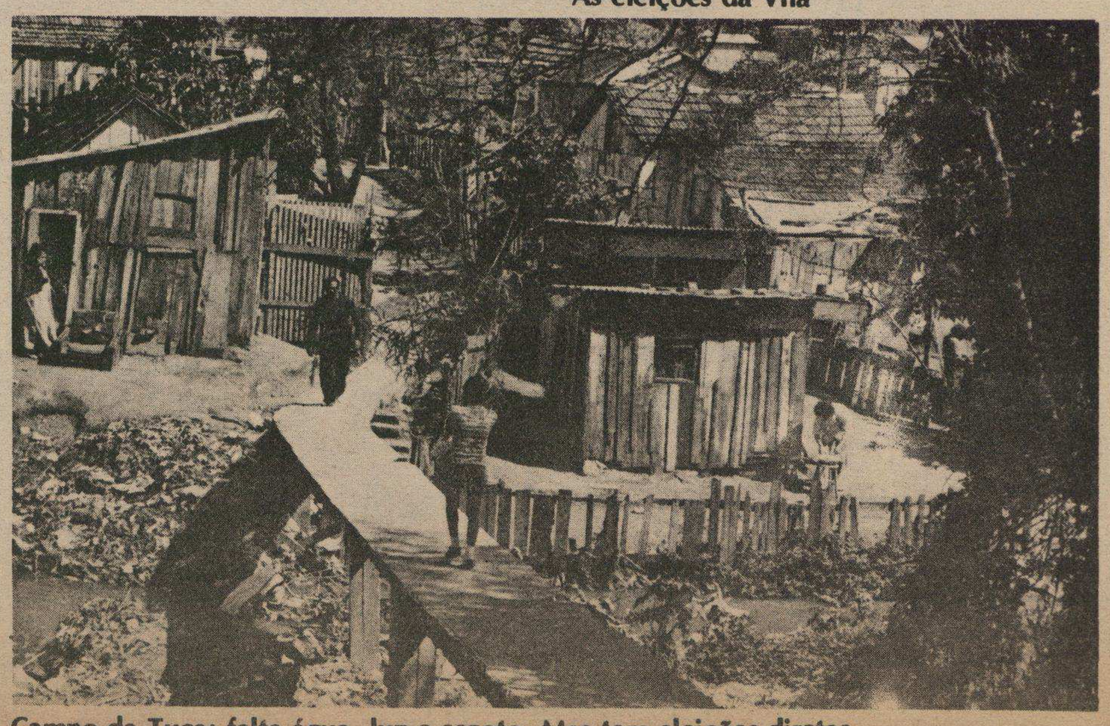
Desde o início da contagem dos votos ficou bastante clara a preferência da vila: somente por alguns minutos a diferença de votos entre as duas chapas ficou em oito. No mais, a diferença sempre ficava em um, dois ou três votos, demonstrando que os eleitores apoiavam as duas chapas. No final acabou acontecendo outro fato inédito. Deu empate: 131 votos para cada chapa, mais 35 votos nulos (o grande número desses votos foi conseqüência do processo eleitoral um pouco confuso, pois num primeiro momento os eleitores votavam na diretoria e Conselho Fiscal separadamente, e depois, ficou vinculado) e cinco votos em branco. Nas cédulas aconteceram coisas interessantes, que mostram bem a diferença entre as eleições oficiais e estas, realizadas numa vila popular: alguns eleitores assinavam os votos, outros sublinhavam o nome do candidato preferido, e muitos votavam nos dois presidentes.

A partir do resultado, as duas chapas se reuniram para tomar uma decisão, pois ninguém esperava uma empate. Decidiram dividir o mandato de dois anos entre as duas chapas, cada uma governando um ano. Mas e quem governaria no primeiro ano? Aí a decisão foi na base da moedinha. Ganhou a chapa dois, que tinha escolhido a *coroa*. Na mesma hora foram empossados Lealdino Tietbohl, presidente, e Arlindo Ledur, vice-presidente. Esses dois mais Edu, e o seu Adroaldo Padilha formam um pequeno grupo de moradores que desde o ano passado vem tentando formar uma associação comunitária que lute pela solução dos problemas da vila. Em janeiro passado eles já tinham feito a primeira eleição da vila, num movimento apoiado basicamente pelos médicos da Unidade Sanitária São José do Murialdo, que fazem um trabalho — de medicina comunitária, único no estado. O *Murialdo*, como é conhecida a unidade sanitária, atende toda a população do bairro, a maioria dela vivendo em vilas onde não existe água, luz e saneamento básico.

A partir de junho o movimento cresceu tomando novo rumo, depois que um dos cabos eleitorais do seu Pujol "invadiu" a Tuca, apavorando os moradores, dizendo que quem não se associasse numa obscura Associação Comunitária da Grande São José — pagando uma mensalidade de Cr$ 10,00 — seria removido da vila. A história encerrou com a entrada do Campo da Tuca na pauta dos jornais. Os moradores construíram uma ponte de concreto sobre um riacho que separa a vila da rua Albion, com recursos de um livro de ouro e o trabalho da comunidade, através de um mutirão. Foi a resposta dos moradores ao esquecimento e marginalização da vila: "A Tuca existe", responderam eles em faixas no dia da inauguração da ponte. A direção eleita pretende agora partir para novas reivindicações: luz, água — só tem quatro penas, para uma população de quase mil pessoas — urbanização, saneamento e uma creche.

Najar Tubino

As eleições da Vila



Maureci Santos

Campo da Tuca: falta água, luz e esgoto. Mas tem eleições diretas

Em inglês, para falar às elites

O publicitário e jornalista Mauro Salles, que tentou mas não conseguiu dirigir o condomínio dos Diários e Emissoras Associados, anunciou o lançamento, em novembro, do *Latin America Daily Post*. "Será" diz ele,"o primeiro jornal diário multirregional da América Latina" e se dedicará a assuntos políticos, econômicos e financeiros do continente.

Mesmo escondendo o leite, pois nem disse ainda quem serão seus 40 sócios no empreendimento, Mauro Salles revela grande entusiasmo quanto ao sucesso do jornal, "pois ele vai ocupar um espaço vazio".

Apesar do sigilo, alguns detalhes indicam que o *Daily Post*, escrito em inglês, pretende ser um influente porta-voz das elites empresariais da América Latina e, principalmente, do Brasil. Ou, seja, vai falar sobre e para a alta burguesia latino-americana, mas procurando repercutir também fora do continente, graças a uma estratégica circulação junto a órgãos do Governo, embaixadas e autoridades das principais capitais do mundo ocidental.

A sede do *Daily Post* será em São Paulo, no mesmo endereço da *Folha de São Paulo*, que vai alugar alguns serviços a Mauro Salles: instalações, parque gráfico, telefones, telex e produção jornalística. O *Daily Post* também fez um contrato com *O Globo*, do Rio, para garantir uma boa cobertura nacional. No setor internacional, foi contratado o serviço da agência *United Press International* (*UPI*). E, como pretende dar ênfase ao noticiário econômico-financeiro, o *Daily Post* vai usar os boletins da agência *Associated Press/Dow Jones*, especialmente para ter informações sobre o movimento das bolsas de valores de Nova York e Londres.Para complemtnar, serviço dos jornais *Washington Post* e *Los Angeles Times*. Finalmente,nas principais capitais, como Washington, Buenos Aires, Caracas, Lima, Bogotá, Santiago e México, serão contratados correspondentes.

Com uma tiragem estimada entre 15.000 e 30.000 exemplares, o *Daily Post* será distribuído no Brasil (70%), América Latina (25%) e nas 12 capitais mais importantes do Ocidente (5%) O preço do exemplar, ainda não definido, ficará entre Cr$ 5,00 e Cr$ 8,00, no Brasil, com valor equivalente nas moedas dos demais países. Para poder circular no mesmo dia em todos os países visados, o *Daily Post* será impresso às 22 horas, a tempo de ser embarcado nos aviões postais que decolam à 1 hora da madrugada do aeroporto internacional de Viracopos, a 75 quilômetros de São Paulo. O atraso máximo previsto na circulação é de 24 horas, em algumas poucas capitais. Para garantir o esquema de distribuição, Mauro Salles fez acordos com a Varig e com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — cuja conta publicitária é atendida pela Salles/Inter-americana, controlada por Mauro Salles, "um dos mais dinâmicos e respeitados nomes da comunicação na América Latina", como diz, imodestamente, o folheto promocional do futuro jornal.

Ao lado de Mauro Salles — um dos poucos civis brasileiros que já palestrou mais de uma vez para os integrantes da Escola Superior de Guerra — o outro executivo importante do jornal é John Garner, um gringo que se aposentou há alguns anos como executivo da Ford do Brasil, e que cuidará da área comercial. Imediatamente abaixo, na hierarquia, fica Steven Yolen, outro gringo, que será o editor executivo. Na redação, em São Paulo, atuarão outros 18 jornalistas, que estão sendo contratados com muita dificuldade, pois a principal exigência é que eles escrevam em inglês. Descartada a hipótese de contratar jornalistas que escrevam em português e, simultaneamente, uma equipe de tradutores, Mauro Salles argumenta que o *Daily Post* só será lido e entendido pelo seu público se for escrito por jornalistas — de preferência, brasilieiros — "que não apenas escrevam em inglês, mas também pensem em inglês".

Mauro Salles, que se declara o único responsável pela orientação do jornal, não esclareceu se será permitido falar português dentro da redação do *Daily Post*, em São Paulo.

Geraldo Hasse, SP

LATIN AMERICA Daily Post

WEATHER: São Paulo, cloudy with scattered showers at night. Temp. 28 C. (Max.) 14 C. (Min.). Rio, sunny. Temp. 30 C. (Max.) 20 (Min.). Brasília, clear and cool, 60% fog. Tempo. 26 C. (Max.) 18 C. (Min.).

Brazil	Cr$0.00	Ecuador	$0.00
Argentina	m/n$0.00	Bolivia	Bs$0.00
Uruguay	p$0.00	Guatemala	Q$0.00
Chile	E$0.00	Panama	US$0.00
Peru	S$0.00	Venezuela	Bs$0.00
Paraguay	$0.00	México	P$0.00

Vol. I Nº 00 — SÃO PAULO, TUESDAY, AUGUST 00, 1978 — Established 1978

Rafael Morales

More Steel for Latin America

By John Smith
Daily Post Correspondent

LIMA, Peru — Latin America should achieve steel self-sufficiency as a region by the end of this century, delegates to the 19th congress of the Latin American Iron and Steel Congress (ILAFA) were told yesterday.

But, warned Rafael Morales, ILAFA's incoming president, monumental amounts of capital will be required to achieve this goal.

Morales, chairman of Ecuador's state-owned steel company, Acero del Ecuador, said he was "highly optimistic" regarding the possibility of the region's steelmakers meeting steel demand by the year 2000. Yet he also hammered at the theme that the Latin American steel manufacturers would have to compete with lots of other development projects to obtain the huge amounts of capital necessary for expansion of the industry.

"We must emphasize the absolute priority of developing our steel industries," Morales told the 600 delegates to the ILAFA congress. "Go back home and send a message to your governments: We need steel, and we need it in quantity. Latin America must not be dependent upon steel imports in the future."

Morales said that Latin America's steelmakers must also concentrate upon operational efficiency to prove to investors that they would get back a reasonable return on capital.

"Unless we show a high ratio of productivity and efficiency, we will not be competitive for investment funds," he emphasized.

Morales predicted that Latin America's steelmakers would need between $10 to $15 billion a year for the next two decades to finance the necessary expansion of the region's steel mills. Additional capacity must grow at a rate of about 10 million tons a year to reach self-sufficiency by the end of the century, he said.

"Trying to be realistic," Morales declared, "we must say that this flow of funds towards Latin America is absolutely impossible to obtain under the conditions that currently prevail in our countries given the relations that we have with the rest of the world. Nevertheless, the region has a need, almost an anguished necessity, to produce enough to obtain self-sufficiency by the end of the century."

(Cont. on Page 8, Col. 1)

Rafael Morales, ILAFA president, speaking at yesterday's congress. UPI Radiophoto

Mid-East Negotiations

Peace Talks Collapse Despite U.S. Optimism

By Charles Ridley

LONDON (UPI) — U.S. Secretary of State Cyrus Vance flew home Thursday from Middle East talks in a top security English castle still confident that Israelis and Egyptians will meet again in about two weeks.

But before his plane left the ground now statements by Egyptian Foreign Minister Ibrahim Kamel published in Cairo made it appear doubtful a follow-up meeting will take place.

The Cairo press reports indicated top-level guidance on how the tuesday meeting at Leeds Castle between Kamel, Israeli Foreign Minister Moshe Dayan and Vance should be assessed in the Egyptian capital.

Early editions of the state-controlled newspaper Al Ahram quoted Kamel as saying Egypt had agreed to take part in further negotiations. But later editions scrapped that version and quoted Kamel as saying, "agreement has not been reached at the Leeds Castle conference to hold further meetings."

"Egypt's position is clear in this connection," Kamel said. "If Israel comes up with new elements and declares readiness to withdraw from occupied Arab lands and restore the legitimate rights of the Palestinian people, Egypt will be ready for further talks. Otherwise, Egypt will not be ready.

This statement echoed the terms outlined by Egyptian president Anwar Sadat in a speech to the Organization of African Unity conference in Khartoum two days ago.

Dayan's Position

At a news conference at London's Heathrow Airport just before leaving for Israel at 3 p.m. (1400GMT), Dayan asked to comment on Kamel's statements.

"I can only say I really do not expect any kind of conditions to be accepted by the Israeli government," the Israeli Foreign Minister said. "It might do so as a result of negotiations, but not as a precondition for a meeting."

Dayan said he favored continuation of the talks, "but if the Egyptians think these talks are finished, of course, there will not be a second meeting."

Dayan made it clear he had told the Egyptians at Leeds Castle that Israel had no intention of pulling out from all the Arab land it has occupied since the 1967 Arab-Israeli War.

"I think whatever security arrangements are taken cannot be a substitute for the territory we need for our security," Dayan said. "If we are asked to go back to the old line, only nine miles from the seashore, I do not see any security measures that will make up for that."

"The Egyptians surely understood what we said on this, although they did not agree with it," Dayan said. "But they knew really what we were saying."

Dayan said the Egyptians and Israelis reached common ground at the talks on the need to abolish the military regime over the Palestine Arabs and that there should be a five-year interim period before any final settlement in the West Bank of Jordan.

But Dayan said negotiations must concentrate on points on which Israel and Egypt did not see eye to eye. He said the most important of these was the Egyptian demand for an Israeli commitment now to withdraw from the whole of the West Bank and Gaza and not allow this to resume negotiations.

No Commitment

"This sort of commitment by us before a negotiation is not agreeable to us," Dayan said. "We cannot commit ourselves to something that we absolutely reject."

Kamel was still in London and was planning to return to Cairo Friday. Thursday afternoon he met British Foreign Secretary David Owen at the House of Commons for an hour to discuss the Middle East situation and presumably the outcome of the Leeds Castle talks.

Meanwhile the Egyptian Middle East News Agency published an interview with Kamel in which he said the Egyptian and Israeli positions at the conference were "totally contradictory."

Vance said no trace of these problems before leaving London's heavily guarded Heathrow Airport.

U.S. officials said he was elated with the "modest but important success" of the talks and begin working with his chief Middle East negotiators, Ambassador Alfred Atherton and Assistant Secretary of State Harold Saunders, to arrange a site for the next round of Egyptian-Israel talks.

Vance said Wednesday it had been agreed to resume the talks in about two weeks and that he planned to join them. Diplomatic sources said sites under consideration included El Arish, in Occupied Sinai, an American aircraft carrier in the Mediterranean and possibly a neutral site such as Morocco or the demilitarized zone along the Suez Canal.

Vance said that he was of the firm opinion that, in diplomacy, "to meet is to progress." Thus, he said, there was no reason to believe that a settlement could not still be reached.

He admitted that the upcoming round of negotiations could be crucial to peace hopes, testing Israel's resolve to match Egyptian concessions.

In Cairo yesterday, Egyptian president Anwar Sadat complained about "Israel's greediness for land" but held out hopes that "peace could come at any hour."

Sadat said during a speech devoted to broad plans for reorganizing Egypt's political structure that he had "nothing personal" against Prime Minister Begin of Israel.

In a related development, Palestinian terrorists set off a bomb in a crowded marketplace in Jerusalem, injuring several dozen vegetable sellers and killing a pig. Police said none of the injured were seriously hurt. The pig was butchered and dumped in the local Arab community.

Israeli security forces sealed off the market area but no suspects were taken into custody.

Egyptian President Anwar Sadat meets chief U.S. negotiator Alfred Atherton yesterday in Egypt. Second from left is Egyptian Vice President Husni Mubarak, and U.S. Ambassador to Cairo, Hermann Eilts, is second from right. UPI Radiophoto

After 12 Years

No Delay For Itaipu

By Stan Jones
Daily Post Staff Writer

IGUASSU FALLS, Brazil — Itaipu Dam, the world's largest hydroelectric power project, will be completed within its scheduled timetable, officials said yesterday.

But spokesmen for Itaipu Binacional, the joint Brazilian-Paraguayan company responsible for the giant project, admitted the venture will cost several billion dollars more than had been anticipated.

The Latin America Daily Post has learned that the big dam will be completed by 1983, right on schedule, despite several unexpected construction problems that have demanded considerable ingenuity to solve.

Itaipu will generate 12 million kilowatts of energy when in full operation, most of it going to Brazil's highly industrialized southeastern region.

"We had to spend something like $250 million just to solve a problem regarding the quality of the sand in the cement to be used in the retaining dam," one official commented during a visit to the construction site.

Other difficulties requiring unexpected outlays of funds have occurred in earthmoving operations and turbine procurement.

According to one engineer, the decision to generate power at both 50 and 60 cycles meant a cost overrun of $1.4 billion dollars. Itaipu must generate at both frequencies because Paraguay's electrical supply standard is 50 cycles whereas the Brazilian standard is 60 cycles.

Keep to Timetable

"But we have been able to keep to our basic timetable because this is considered a priority project from the Brazilian point of view," said Gen. Jose Costa Cavalcanti, president of Itaipu Binacional.

Brazil is entitled to half of the energy to be generated by Itaipu, which is located upstream on the Parana River near world-famous Iguassu Falls. The dam project will not affect the flow of water over Iguassu, which is on a different tributary.

IMF To Meet Next September In Washington

WASHINGTON (AP,Dow Jones) — President Jimmy Carter is scheduled to open next September's International Monetary Fund (IMF) meeting with an appeal for improved economic relations between rich and poor nations.

Representatives of the world financial community will gather for the IMF's yearly general assembly and the main discussions are expected to focus upon the problems of the economies of the world's emerging countries in relation to a weakening U.S. dollar.

The IMF meeting will take place from September 25 until Sept. 29. Some 4,000 specialists

A capa do nº 00 do Daily Post, **a nova jogada de Mauro Salles**

No fundo, o importante é a garantia

Ninguém vive seguro sem um fundo de reserva para qualquer eventualidade. Pense nisso e abra a sua Caderneta de Poupança FIN-HAB. É a maneira mais garantida de você colocar suas economias num fundo que valoriza sempre, com os bons rendimentos da Caderneta de Poupança FIN-HAB.

Caderneta de Poupança e Poupança Programada

fin-hab

• Porto Alegre • Pelotas • Rio Grande • Canoas • Santa Maria
• Novo Hamburgo • Livramento • Caxias do Sul • Uruguaiana

studio

Por Carlos Alberto Sardenberg

Em torno de Figueiredo, o cheiro de Costa e Silva

Logo que o candidato oficial, General João Baptista de Figueiredo, largou os óculos escuros, a farda e a cara fechada, para exibir ao povo sua rudeza — que os inimigos chamam de grossura — e dizer a que vinha, a intuição política bateu em cima: isso está com cheiro de Costa e Silva. E na medida em que o candidato tratava de vender sua nova imagem, a intuição se confirmava: era mesmo uma boa idéia.

A comparação vale para as pessoas e os estilos. Também Costa e Silva apareceu de óculos, freqüentou as piadas mais ou menos do mesmo jeito e, embora tendo a eleição assegurada — sequer tinha a sombra de um Euler Bentes — também saiu em campanha para que o povo o conhecesse. Verdade que Costa não parecia propriamente rude, era mais um brasileiro bonachão, pouco amigo do trabalho pesado, amicíssimo de um joguinho e de um papo furado — enfim, um sujeito ideal para a gente ter como o vizinho que empresta uma xícara de açúcar, dois ovos e vez por outra convida para um cervejinha. Não se sabe se Figueiredo seria tão bom como vizinho, mas a comparação fica de pé. O jeitão dos dois é parecido e, afinal, Costa e Silva também engrossava, e pesado.

Mas a comparação vale também para as situações. Como Costa, o General Figueiredo, a lhe sair tudo certo, vai assumir a presidência com uma Constituição mandada fazer pelo seu antecessor — uma Constituição que está longe da democracia, mas que dificulta a aplicação dos chamados poderes revolucionários. Será mais complicado cassar um mandato, aplicar a censura à imprensa ou mandar prender os indesejáveis.

Situação de difícil equilíbrio. Para quem está no Palácio do Planalto, o poder se limitou. Para quem está fora, e é quase toda a Nação, o homem lá terá poderes excessivos. O Presidente Ernesto Geisel e seus funcionários têm dito que as reformas foram além do que esperavam as oposições, mas com isto querem dizer, efetivamente, que eles, o poder, o regime, foram muito além do que pretendiam. Quanto às oposições, todos sabem: não há um só setor importante que considere as reformas boas, suficientes ou mesmo razoáveis. Na melhor das hipóteses, para as oposições, elas são um pequeno ponto de partida.

Um máximo para o regime. Um mínimo, para as oposições. Nada demais, se as reformas fossem o meio termo alcançado numa negociação. Não houve isso. Houve a encenação do Senador Petrônio Portela, depois um pacote amarrado no Planalto e enfiado pela goela do Congresso. De quebra ainda acusaram o MDB, "por não ter negociado".

Hoje em dia, mesmo as oposições entendem que o ponto de partida para uma boa reforma constitucional seria restabelecer a Carta de 1967 e aí convocar a Constituinte. Comparado com o que temos — e com o que ainda podemos ter — até que a Carta de 67, que o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco deixou para o Marechal Artur da Costa e Silva, até que aquela Constituição parece razoável. Na ocasião, porém, mesmo os pelegos da democracia — estes liberais que estão sempre prontos a justificar a exceção — mesmo esses acharam muito autoritária. Costa e Silva, naturalmente, a considerava um primor de democracia, haja visto o imenso espaço que, na opinião do regime, deixou para as oposições armarem sua Constituição. Até que, em dezembro de 68, o Ato Institucional Número 5 acabou com a história.

O cheiro de Costa e Silva. Se tudo sair ao gosto do Planalto, terão dado a Figueiredo a Presidência e uma lei que reduz seu poder de repressão sobre as oposições, as quais, com lei ou sem ela, vão ocupando um espaço político. Com uma agravante: será um presidente de bases políticas francamente minoritárias. O que fará então o cavalariano João Baptista de Figueiredo? Aceitará que as oposições exerçam plenamente seu direito de oposição? Ou baixará o pau?

A resposta está pronta. Foi dada pelo candidato oficial, não em um, mas em diversos pronunciamentos. Disse que se não gostar do jogo dos políticos, recolhe a bola e termina a brincadeira. Disse que se não fizerem uma "democracia ordeira", ele repete "a mesma violência de 31 de março de 1964". Disse que serviu, sim, os governos de exceção e voltará a fazê-lo se for preciso.

Em nenhum momento, admitiu que a oposição possa ser tão patriota quanto ele e que apenas tenha um projeto de abertura diferente. Para o candidato, como de resto para o regime que o produziu, a oposição é sempre bagunceira, impatriota, contestadora. "Peço a Deus, disse Figueiredo, que a gente que se nos opõe pense um pouco na felicidade da Pátria e não nos impeça, para a desgraça dela, em seguirmos a trilha daquela democracia que todos desejamos".

Não lhe ocorre que a gente que se lhe opõe tenha uma outra idéia sobre a felicidade da Pátria e sobre a democracia. E não lhe ocorre não porque ele seja excessivamente seguro de suas virtudes intelectuais. O candidato apenas reflete a ideologia do regime, que é a ideologia da segurança nacional — por ela, a desgraça desaba sobre quantos se opõem aos desígnios do governo, dado como o guardião dos "objetivos nacionais".

É isso. O compromisso básico é com a segurança, não com a democracia. Segurança que se diz nacional, mas que, na verdade é a segurança deste regime, do estado e dos interesses nele depositados. A democracia e as liberdades são aí um instrumento de ação política. Por isso, são relativos. Por isso, o biônico não é uma imortalidade, é, antes, um expediente eficaz para um regime que quer conceder taxas maiores ou menores de democracia conforme suas necessidades táticas e estratégicas. Se a pressão aumenta, levanta-se o pino da panela, amplia-se a vazão da válvula de escape. Mas se a pressão ameaça o próprio regime, faz-se de novo a exceção — como disse Figueiredo — "com a mesma violência de 31 de março".

Mas entre 1968 e 1978 estão dez anos durante os quais as bases políticas do regime se estreitaram de modo irreversível. Se em 1968, o toque de clarim de Costa e Silva podia reunir todo o Exército, em 1978 Figueiredo é constrangido a tolerar a incômoda presença do candidato da oposição, o General Euler Bentes Monteiro, também um quatro estrelas e que não faz muito tempo estava no Alto Comando do Exército da Revolução.

O deputado federal Fernando Lyra, uma das cabeças do grupo autêntico, comentou uma vez: "Se não toda a missão do MDB, pelo menos uma parte dela foi cumprida quando o General Euler assinou a ficha de inscrição no partido. O ato significou a adesão de uma fração significativa que veio de dentro do regime e provou que as oposições reunidas no MDB são as forças em condições de fazer a passagem para a democracia".

O General Euler certamente percebeu o sentido desta passagem. Não por acaso, o tema dominante de seus pronunciamentos é a prática efetiva da democracia, cujo restabelecimento reclama. Mas não oferece fórmulas prontas. Se o general Figueiredo avisa que as reformas de Geisel são as únicas que garantem a felicidade geral e ameaça quem se opõe a elas, o General Euler oferece alguns princípios básicos — Constituinte, Anistia, eleições diretas — cuja especificação e modo de realização, deixa por conta das Assembléias que vierem a ser eleitas. Sua proposta é garantir o jogo democrático — o que é postura radicalmente oposta à de quem deseja segurança primeiro, e democracia, se for possível.

Entre os militares que articulam e promovdm a candidatura do General Euler, pode-se dizer que o grupo principal é formado por aqueles oficiais, que, por assim dizer, fizeram a travessia da ideologia de segurança para a prática da democracia. Dito de outro modo: são oficiais hoje convencidos de que a sociedade pode administrar-se por sua própria conta e dispensa a tutela do Exército.

Isso não é tudo, não é simples, nem é fácil. Para a postura militar, a liberdade do oficial é o direito de ele manifestar sua opinião ao superior, se este lhe conceder a palavra. Transferindo esse esquema para a sociedade política, seria dizer que os bancários, os professores, os metalúrgico têm todo o direito de reivindicar... Mas, disciplinadamente, ao Ministro do Trabalho, que tomará as providências cabíveis. E agora voltem a seus postos.

Partir disso e chegar a admitir que a greve não é a bagunça, eis um longo e difícil caminho. Mas que, no Brasil de hoje, se percorre muito rapidamente. Apenas quatro meses depois de ter deixado o gabinete militar do presidente Geisel, o General Hugo Abreu já se reunia com os líderes da oposição, dos moderados aos autênticos, para transar a candidatura alternativa.

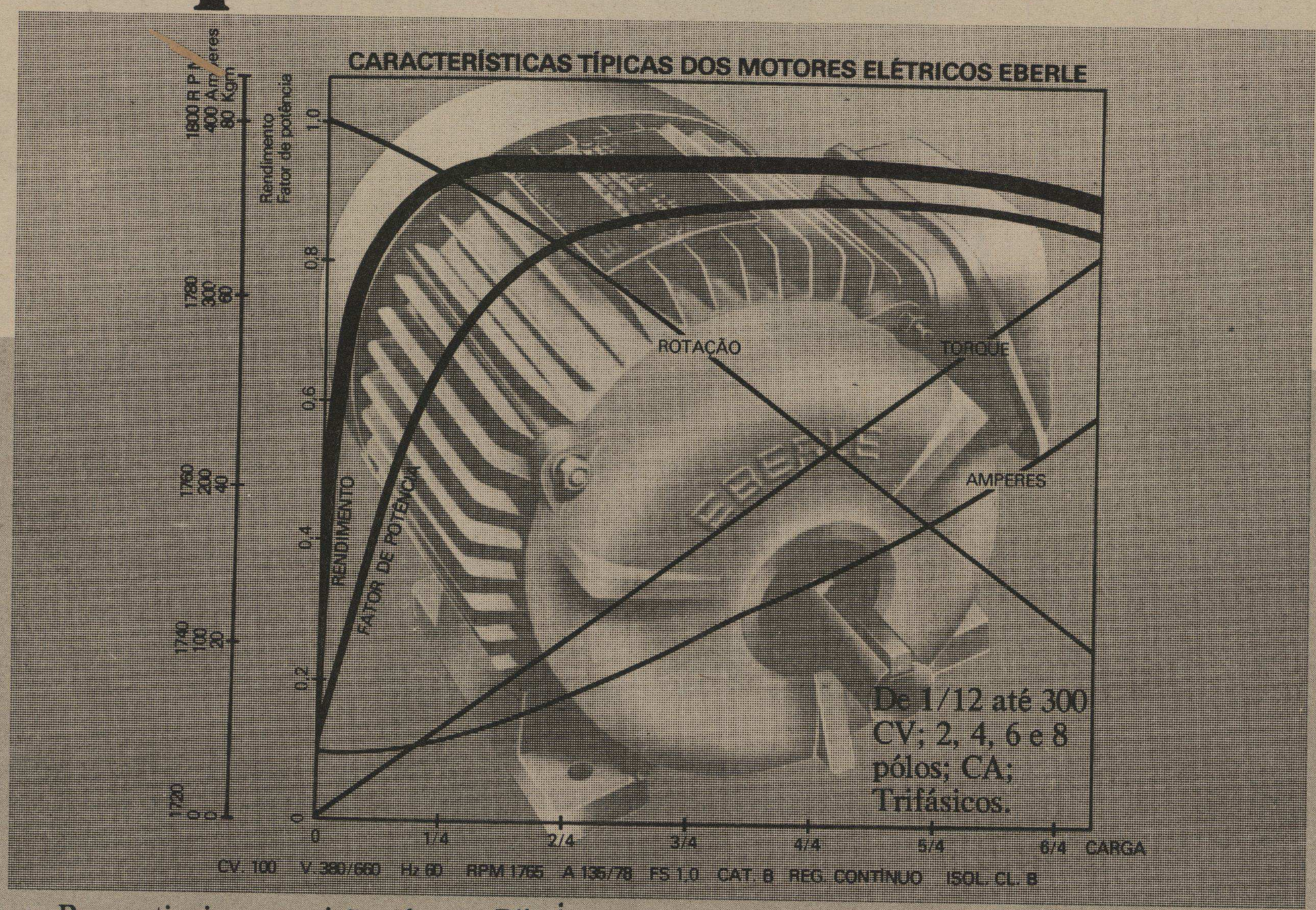
É verdade que essa candidatura às vezes resvala para a direita e passa perto de nomes como os de Médici e Frota. Não é casual: dentro do esquema militar, essa candidatura conta com a torcida de não poucos oficiais até recentemente ligados aos general Frota e que, para o plano imediato, topam qualquer solução que não passe pelos generais Geisel e Figueiredo. Esses oficiais não fizeram travessia nenhuma e estão prontos a dispensar — para dizer o mínimo — as oposições tão logo possam. Mas são minoria, clara minoria, e estão virtualmente isolados. E mais: a rigor, esse grupo militar torce mesmo é para uma terceira solução porque, como dizia um general do esquema, "se a candidatura Euler se identifica com a subversão, a candidatura Figueiredo se identifica com a corrupção".

Isso assusta, certamente, mas não deve aterrorizar. É que a alternativa posta ao esquema oficial, a candidatura Euler, é basicamente um compromisso com a democracia "tout court". Em torno dessa alternativa se reúnem as dissidências todas, ou quase todas, a indicar o alto grau de fragmentação do regime e só não jogará o país numa difícil crise se as oposições democráticas, as que estão e as que não estão no MDB, souberem ocupar o espaço que se lhes abre. Porque se é difícil que a direita radical pratique algum golpe com sucesso, é bastante provável, é certo que o núcleo do regime, a candidatura Figueiredo e tudo que a acompanha, vai querer voltar à exceção assim que topar com a menor dificuldade. Se conseguirá ou não, isso dependerá das forças de oposição.

Por isso, a candidatura Euler não é um fenômeno político que se esgota no 15 de outubro. Ela representa a reunião das dissidências em torno do MDB — pode ser que consiga, até o 15 de outubro, ganhar mais dissidências políticas e militares, ao ponto necessário para bater o general Figueiredo. E, nesse caso, ganhando, leva, porque só ganhará se tiver forte sustentação popular e boa sustentação militar, que são as condições para levar.

É, porém, muito difícil que cumpra essas condições antes do 15 de outubro. Mas com certeza ajudará as oposições a cumprirem essas condições no 15 de novembro e daí em diante. E nisso, que as oposições não nos faltem, porque nas suas mãos está depositada a sorte da democracia neste país. Se depender do outro candidato, que Deus nos proteja.

Razões e conseqüências da qualidade Eberle.



Para atingir a posição de melhor motor nacional, a Eberle precisou desenvolver importantes aspectos construtivos:

— Construção rigorosa dentro das normas e especificações da ABNT e IEC, inclusive com dimensões de acordo com os padrões exigidos no Mercado Comum Europeu.

— Torque de partida elevado, excedendo os limites mínimos normalizados.

— Escorregamento: inferior a 5%.

— Produto "rendimento x fator de potência" elevado.

— Blindagem: o único motor nacional com a classificação IP55 (Totalmente blindado contra líquidos e poeiras).

— Precisão: balanceamento dos componentes girantes entre 10 e 20 u.

— Sobreaquecimento: Δt inferior a 80° para a classe de isolação B.

— Baixo nível de ruído assegurado pelo controle de qualidade utilizando equipamento BRÜEL e KJAER.

Como conseqüência destes índices, os motores Eberle apresentam um desempenho superior.

Têm maior vida útil, menores custos de manutenção e consomem muito menos energia elétrica. Isto significa lucro.

Sem quebras ou interrupções.

A prova da veracidade destes dados são os dois anos de garantia sobre todos os motores Eberle.

A Eberle construiu e testou.

Você utiliza e comprova.

2 anos de garantia

METALÚRGICA ABRAMO EBERLE S.A.
Rua Sinimbú, 1670
95.100 - Caxias do Sul - RS
End. Teleg. EBERLE
Fone: (054) 221-25-11
Telex n.º 0542-155 MAEB - BR
Agências próprias nas principais capitais.

O Brasil, pela porta dos fundos

Uma das pesquisas mais importantes já realizadas no Brasil, nos últimos anos, apesar de ter seus primeiros resultados divulgados há três meses, ainda não mereceu a devida leitura, especialmente por parte da imprensa. O trabalho referido é a PNAD — Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, feita em novembro de 76 pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e cujos resultados regionais vêm sendo distribuídos a jornais e revistas desde julho.

Até o final de agosto, a imprensa já tinha na mão os cinco primeiros volumes, referentes ao Rio, São Paulo, Região Sul (PR, SC, RS), Minas Gerais e Espírito Santo, além do Nordeste. Estão por sair os últimos dados relativos ao Distrito Federal, Centro-Oeste e Amazônia, que representam cerca de 10% da população

Fora do problema dos salários, verificou-se certa polêmica a respeito dos dados sobre a alfabetização. Segundo o PNAD, o Brasil tem 30% de analfabetos entre as pessoas com mais de 5 anos de idade. Em percentagem, é o mesmo índice de analfabetismo de 1972, quando o IBGE fizera sua última pesquisa por amostra de domicílios. Em número de pessoas, porém, há mais analfabetos agora do que antes. Obviamente, a direção do Mobral não gostou do resultado da pesquisa e protestou. Seja como for, ficou exposta mais uma vez a ferida do analfabetismo, abrindo-se uma série suspeita sobre a eficiência da campanha oficial de alfabetização.

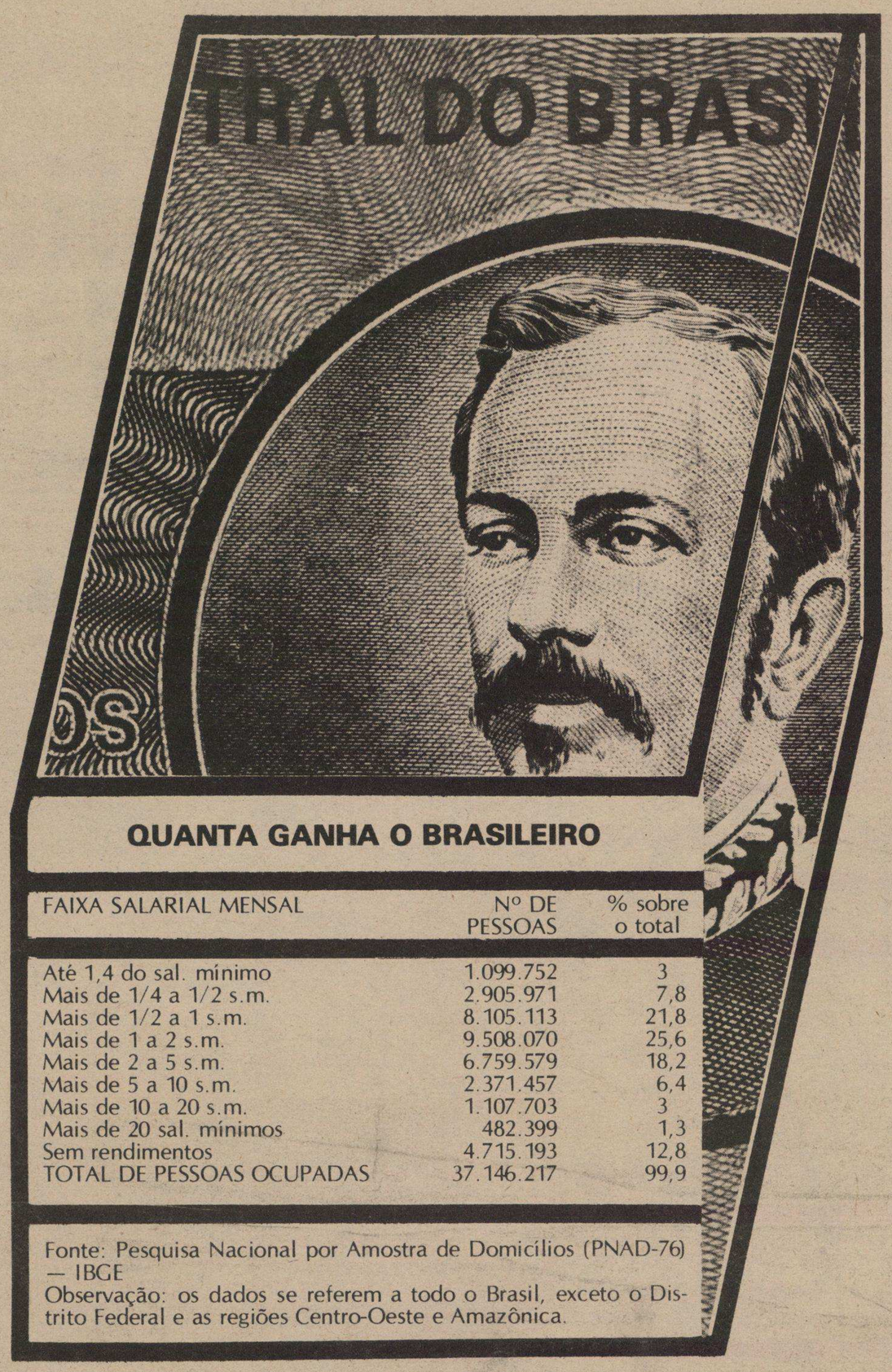
Mas o PNAD não traz apenas esse lado explorado pelos jornais. O PNAD é na realidade o retrato mais atualizado da situação de vida dos brasileiros. Por preguiça ou desinteresse, esse retrato ainda não foi devidamente examinado pela imprensa, que se preocupou em analisar o aspecto salarial.

O retrato do Brasil apresentado pelo PNAD confirma alguns chavões sociológicos, como aquele que fala da crescente urbanização do país (61,7% da população mora na cidade) e o outro que indica ser o Brasil um país jovem (50,2% da população tem menos de 20 anos). No entanto, há uma dimensão desconhecida nas dezenas de tabelas numéricas da pesquisa. E tudo isso tem sido desprezado pelas análises surgidas até agora. Na tabela sobre o que o brasileiro tem em casa, nesta página, verifica-se por exemplo que 34% dos brasileiros ainda utilizam fogão a lenha, 31,3% não tem qualquer tipo de esgoto, mais de 40% não têm luz elétrica. É surpreendente observar, também, que o televisor é um aparelho doméstico mais importante do que a geladeira. E que o rádio está perto da maioria dos brasileiros, mas nem 23% da população são atingidas por ele.

Uma leitura rápida dos dados do PNAD mostra um Brasil, cada vez maior, habitado por uma população crescentemente empobrecida. O que dizer, por exemplo, dos 4,9 milhões de brasileiros que fazem parte da população economicamente ativa (total 37,8 milhões de pessoas) mas não são remuneradas? E das 5,3 milhões de pessoas que não possuem sequer fogão? E das 17,7 milhões de pessoas, sobretudo mulheres, que se dedicam aos "afazeres domésticos", sem nada ganhar por isso? Como explicar que 17,8 milhões de pessoas habitem domicílios "cedidos", isto é, nem comprados nem alugados? Como explicar, enfim, que de um total de 23,1 milhões de pessoas empregadas, apenas 58,7% possuam carteira assinada, num total desrespeito à lei?

Na realidade, mais do que um retrato do Brasil, o PNAD pode ser o ponto de partida para um programa de governo mais justo, voltado para as grandes necessidades da maioria da população. No entanto, toda a matéria-prima do PNAD permanece virgem, à espera da divulgação que a imprensa não lhe deu.

Geraldo Hasse



QUANTA GANHA O BRASILEIRO

FAIXA SALARIAL MENSAL	Nº DE PESSOAS	% sobre o total
Até 1,4 do sal. mínimo	1.099.752	3
Mais de 1/4 a 1/2 s.m.	2.905.971	7,8
Mais de 1/2 a 1 s.m.	8.105.113	21,8
Mais de 1 a 2 s.m.	9.508.070	25,6
Mais de 2 a 5 s.m.	6.759.579	18,2
Mais de 5 a 10 s.m.	2.371.457	6,4
Mais de 10 a 20 s.m.	1.107.703	3
Mais de 20 sal. mínimos	482.399	1,3
Sem rendimentos	4.715.193	12,8
TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS	37.146.217	99,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-76) — IBGE
Observação: os dados se referem a todo o Brasil, exceto o Distrito Federal e as regiões Centro-Oeste e Amazônica.

O QUE O BRASILEIRO TEM EM CASA

POPULAÇÃO TOTAL	100.564.196	% sobre o total
ÁGUA encanada	47.191.010	46,9
Automóvel	16.979.025	16,9
ESGOTO — rede geral	24.196.586	24,1
fossa séptica	9.951.701	9,9
fossa rudimentar	29.622.787	29,5
outro escoadouro	5.430.473	5,4
não têm	31.247.103	31,3
FOGÃO — a gás	57.339.909	57
a óleo/querosene	118.348	0,1
a carvão	3.435.899	3,4
à lenha	34.197.669	34
não têm	5.370.278	5,3
Geladeira	39.999.287	39,8
Luz elétrica	59.979.672	59,6
Máquina de costura	55.719.133	55,4
Rádio	77.482.047	77
Televisor	44.889.199	39,8

Fonte: Pesquisa Ncional por amostra de Domicílios (PNAD-76) — IBGE
Observação: os dados se referem a todo o Brasil, exceto o Distrito Federal e as regiões centro-oeste e amazônica.

Zé Celso: nem burguês, nem populista

De volta ao Brasil, depois de quatro anos no exterior, o diretor José Celso Martinez Correa se prepara para realizar uma série de projetos, alguns dos quais bruscamente interrompidos com sua prisão e posterior saída do país, em 1974. Ele pretende montar a peça *O Homem e o Cavalo*, de Osvald de Andrade, lançar o filme *O Rei da Vela* (feito há mais de 10 anos), e iniciar uma campanha pela liberação de *Prata Palomares*, de André Faria, que dirigiu em 1971 e permanece inédito nas telas brasileiras por ação da censura, embora elogiado no resto do mundo.

Além disto, Zé Celso e seus 17 companheiros de exílio, membros do Grupo Oficina, vão lançar uma coleção de cadernos relatando suas experiências no Brasil e nos quatro anos vividos em Portugal e Moçambique, entre elas, a de trabalhar sem censura. "Em Portugal" conta ele, "o máximo que faziam era recomendar que não se afrontasse os chamados 'fulcros lusitanos': o sexo e a religião. Mas eram simples recomendações".

Em Moçambique, onde esteve a convite do governo revolucionário, Zé Celso teve que enfrentar problemas bem mais reais:

— A Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) nos convidou para montar uma estrutura cinematográfica que atingisse todo o país, já que lá não existe televisão, nem jornais de circulação nacional. Por isto, nós entendemos que o cinema poderia servir como meio de comunicação de massa. O primeiro filme que realizamos foi o *25*, um documentário sobre a revolução, que foi levado para todas as regiões do país, inclusive para onde não existia acesso rodoviário e tinha que se utilizar mulas para carregar o projetor e a tela. Atualmente, o cinema moçambicano já está se desenvolvendo em termos populares".

Em pouco mais de um mês de permanência no Brasil, Zé Celso já percebeu que a grande discussão do teatro brasileiro é justamente a questão do populismo. Por isto ele critica as duas posições assumidas pelos teatrólogos, oriundas desta discussão:

— Não se pode evitar de colocar a problemática popular nos palcos, sob alegação de que não adianta nada, que teatro é para burguesia ou coisa parecida, nem por medo de ser chamado de populista. Quem não acredita no seu ofício nem deve começar. E tampouco, ir para a vila fazer teatro popular com o sentido de doutrinar o povo, quer dizer, fazer o papel de Padre Anchieta de esquerda. Eu acho que se deve ir à vila, mostrar um bom trabalho, mas pronto para ver o teatro que eles estão fazendo, também. Incentivando a formação de grupos. "De baixo para cima, e dentro para fora", como diz uma canção moçambicana.

Zé Celso acredita que ainda há muito por fazer no teatro brasileiro, principalmente quanto à expressão corporal. Para ele, o nosso ator ainda está muito preso aos padrões colonizados e copiados do teatro americano e europeu.

— Os negros, quando foram trazidos da África, eram colocados nos porões dos navios. Como eram de tribos com línguas diferentes, sua única forma de comunicação era através do corpo, das danças. Por isso é que, depois de tantos anos, eles ainda mantém muita identidade. O ator brasileiro tem que aprender a comunicar com o corpo dentro de uma linguagem nacional, que é muito rica. A macumba, por exemplo, é uma forma de comunicação e liberação do corpo. Somente liberando o corpo é que o ator pode fugir à manipulação importada, pode se descolonizar.

Mas não é a só a expressão corporal que preocupa Zé Celso. Ele critica asperamente a regulamentação da profissão de artista, que o obriga a seguir fielmente o roteiro. "Um dos maiores prazeres do ator é dizer uma improvisação", diz ele. E denuncia: "Paradoxalmente, a regulamentação da profissão impede o ator de participar mais ativamente do espetáculo"

Rafael Guimarães

A primeira semente do cooperativismo brasileiro foi plantada no sul. Somos um de seus frutos.

Em 1847, Jean Maurice Faivre iniciou no interior do Paraná um sistema de trabalho em cooperativas que viria desenvolver-se no Brasil durante o século XX.

Do pioneirismo de Faivre aos tempos atuais, muitas lutas têm sido travadas, muitos desafios superados para que frutifique uma idéia.

A Cotrijuí vem marcando sua presença num processo de trabalho cotidiano que busca aproximar-se cada vez mais do ideal de justiça social que caracteriza o cooperativismo.

E os frutos que temos colhido, desde o início de nossas atividades, justificam o entusiasmo e o empenho que colocamos nas tarefas de cada dia.

COTRIJUI

cooperativa
regional tritícola
serrana ltda.

Moniz: o populismo revisado

Luiz Alberto Moniz Bandeira lançou no fim do ano passado, pela Civilização Brasileira, O Governo de João Goulart — As Lutas Sociais no Brasil — 1961-1964, *que está na sua quinta edição, com cerca de 15 mil exemplares vendidos e será editado nos EUA pela Monthly Review que também comprou os direitos autorais do seu* Presença dos Estados Unidos no Brasil. *Aos 43 anos, amigo pessoal de Leonel Brizola, ex-jornalista e professor de Ciências Políticas na USP, publicou ainda* Cartéis e Desnacionalização, *em 75. Atualmente ele prepara novo livro que trata, segundo ele, de um assunto delicado, mas que não pode ser deixado de lado: a hegemonia do Brasil na América Latina.*

Coojornal — Como você classifica seu livro sobre o governo de Jango?

M. Bandeira — Não é uma obra jornalística e nem de História. Poderia dizer que é um livro de História Política, de Ciência Política, em que exponho uma tese que é essa do papel desempenhado pelo PTB, procurando demonstrá-lo com os fatos. No entanto, mais do que os fatos a minha maior preocupação foi quanto a sua interpretação. Os fatos foram apresentados dentro de uma interpretação dada, de acordo com o método dialético que orienta o meu conhecimento de realidade.

Coojornal — Seu livro recebeu críticas, de que dá uma visão idealizada do governo Jango. O que você, diz?

M. Bandeira — Muitos dos que fizeram críticas não se deram ao trabalho de ler o livro com atenção. Há em todo ele uma demonstração. E isso é claramente dito, pois falo das limitações políticas e ideológicas daquilo que classifico de nacional-reformismo. Vou dar apenas um exemplo: na página 104 de *O Governo de João Goulart,* digo que "o nacional-reformismo se revelava impotente para atender as necessidades políticas da época. As massas caminharam adiante das direções. Os acontecimentos passaram à frente das personagens. Goulart, pelo seu temperamento, não era homem de decisões prontas e imediatas". E só mais um exemplo, o da página 161: "A esquerda, paralisada pelas perspectivas nacional-reformistas, não se armara, ao contrário do que Bilac Pinto e outros oráculos da *guerra revolucionária* anunciavam. Acreditava na vocação democrática e no espírito legalista da maioria das Forças Armadas, confiando em que os oficiais nacionalistas e o grosso dos sargentos se oporiam, como em 1961, a qualquer outro intento de derrubada do Presidente da República"

Cris Queiroz

Moniz Bandeira: "Quem culpa Jango não compreendeu o golpe militar"

Coojornal — Você teve algum interesse específico, como iniciar uma campanha em favor do Novo PTB, ao escrever o livro sobre o governo de Jango?

M. Bandeira — O que me levou a pensar profundamente num livro sobre João Goulart foi a necessidade de explicar aquele período tão deformado pela intensa campanha realizada pela direita depois do golpe de 64. Queria desmascarar às teorias do populismo que a ditadura militar difundiu. Há poucas semanas, o jornal Versus publicou uma carta de Altimo Dantas dizendo que eu queria ressuscitar o populismo, segundo ele, responsável pela "tragédia de 64" Para esses teóricos do populismo e seguidores, os responsáveis pelo golpe de 64 não foram a CIA, nem as multinacionais, aliadas às classes dominantes brasileiras, mas o governo de Goulart. Em outros termos, isso significa endossar a versão da ditadura. E tem mais: essa gente que concentra seus ataques ao governo de Jango perdeu toda a perspectiva do materialismo histórico. Não compreendeu que o golpe militar foi um episódio de luta de classe em decorrência da necessidade de acumulação capitalista.

Coojornal — Logo que seu livro foi lançado, no final de 77, o jornal Versus publicou uma crítica extremamente ácida ao seu trabalho.

M. Bandeira — Quem assinou esse comentário foi um cidadão chamado Fernando Polaridez, que não conheço e nem sei o que faz. Seu artigo não é de um elemento de esquerda, mas de um submarino da reação. Aliás, isso me parece perfeitamente claro quando se sabe que ele colaborou generosamente com as autoridades do Cenimar (Centro de Investigações da Marinha), quando foi preso. Sua única obra que eu conheço é um substancioso depoimento por ele prestado ao Cenimar, em que, como qualquer um pode ver nos autos do processo, eu acabei sendo processado, condenado entre quatro a cinco anos de prisão, dos quais cumpri dois, em 1970. Desse sujeito sei apenas que é um delator, um colaboracionista.

Coojornal - Como se situava o partido de João Goulart?

M. Bandeira — Acho que não interessa se o PTB era liderado por Jango, se se enquadrava mais dentro da social-democracia ou dentro dos moldes socialistas. A reação, de qualquer maneira, seria a mesma, à medida em que ele defendia a elevação dos salários e outros benefícios em favor dos trabalhadores. Tanto assim, que o principal objetivo do golpe de 64, que se manteve inalterável nesses 14 anos de ditadura, foi o arrocho salarial. Para consegui-lo, foi necessário o esmagamento dos sindicatos, da classe trabalhadora.

Coojornal — Se Goulart saísse vitorioso em 64, como ficaria a situação?

M. Bandeira — Não dá para prever. Mas Goulart perdeu o governo em 1961, quando não aceitou a proposta de Brizola em marchar sobre Brasília.

Coojornal — Qual foi a sua ligação com o extinto PTB?

M. Bandeira — Fui ligado ao PTB desde 1956, como assessor do deputado Sérgio Magalhães, um dos dirigentes do PTB carioca e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista. Na época eu era membro do Partido Socialista, que também apoiou a candidatura de Sérgio Magalhães ao governo da Guanabara. E eu entendia — e o Sérgio pode confirmar isso — que o PTB devia definir-se política e ideologicamente. Nos anos 60 eu me esforcei para unir aqueles que diziam representar o pensamento de vanguarda, tradição nacional e a popularidade do PTB. É preciso lembrar que eu estava na ala esquerda do PS, do qual, por isso mesmo, fui excluído por manobra do Breno Silveira, em 1961, sob alegação de que eu estava vinculado ao PTB.

Coojornal — Como será o Novo PTB?

M. Bandeira — Um PTB ressurgindo hoje não creio que possa ser ou deve ser o PTB do passado, o PTB de A, B, ou C. Acho que deverá ser um partido democrático tendo como objetivo histórico o socialismo e com um programa antimonopolista. Esses 14 anos de ditadura serviram naturalmente para decantar o PTB, tornando-o ainda mais um partido autenticamente representativo dos assalariados, embora aberto a elementos progressistas, vindos de outras camadas sociais.

Coojornal — Já existem vários nomes se articulando em torno do novo partido, com idéias bastante divergentes.

M. Bandeira — Sei disso mas acho que não se deve um PTB sectário. Os que não podem e nem devem participar da construção do Novo PTB são aqueles que colaboraram com a ditadura. Por isso é um erro ou uma falta de visão querer que só os que participaram do antigo PTB possam ingressar no Novo, porque muitos do antigo PTB aderiram ao regime, assim traíram seu partido. Enquanto acontecia isso, dezenas, centenas de outras pessoas que não estavam filiadas ao PTB sofreram conseqüências do golpe militar. Se prevalecesse esse critério — o de formar o PTB somente com seus militantes

Na democracia, não cabe omissão

A nação brasileira está prestes a conquistar o direito à democracia, pois a mobilização da consciência nacional está exigindo a imediata democratização do país, sendo repelidas todas as medidas artificiais de protelação e manipulação da vontade do povo.

É preciso que se faça um exercício de retrospecção para que se tenha a devida perspectiva de evolução da consciência nacional em torno da valorização dos princípios democráticos. A conquista da democracia é hoje tão certa que precisamos pensar no uso que faremos da mesma.

Há uma realidade que preocupa, representada pela ausência de estruturas de agrupamento de tendências, as quais seriam os elementos aglutinadores que permitiriam a identificação com idéias, evitando o caminho fácil e perigoso da identificação com pessoas.

O uso do direito de decidir pressupõe um posicionamento maduro, consciente e livre sobre idéias fundamentais. Não podemos utilizar os direitos que a democracia confere, se não tivermos o compromisso com idéias com mensagens, com soluções, pois somente estas poderão representar o caminho para uma sociedade melhor, onde substituiremos o desejo de poucos, pelo predomínio da vontade da maioria.

A história brasileira é pródiga em exemplos de equívocos cometidos pela nação ao confundir o culto à personalidade com a identificação de uma doutrina, seja no sentido de termos perdido boas soluções pelo repúdio a líderes considerados demasiadamente radicais, seja por termos idealizado pessoas que falharam por não possuírem conteúdo.

Precisamos conservar a democracia que estamos conquistando, e este será o momento mais dramático da nação. Teremos que usar um instrumento poderoso que é o voto, sem a necessária familiaridade com o mesmo. Nossas possibilidades de erro, entretanto, serão significativamente diminuídas se buscarmos nossa identificação com mensagens com as quais tenhamos afinidade, evitando seguir o impulso fácil e atraente de votar em pessoas descomprometidas com as soluções que desejamos. De qualquer forma, precisamos da democracia já e agora pois somente o exercício da mesma poderá melhorar a representatividade do voto aperfeiçoando, o uso do mesmo como fator fundamental de expressão da vontade.

Não podemos sair atrás de pessoas para descobrir o que elas pensam, ou para justificar suas manifestações cheias de equívocos e contradições. Precisamos usar nosso poder, identificando quem leva a bandeira que simboliza nossas idéias, analisando a autenticidade da mensagem, o retrospecto das atitudes do grupo de apoio e a segurança que esta bandeira nos proporciona.

Se estamos conscientes de que é hora de mudar, façamos eficaz esta consciência, escolhendo as mensagens que consubstanciem uma alternativa para o impasse atual da sociedade brasileira asfixiada por uma distribuição de renda anti-social; pelo comprometimento da independência nacional face ao predomínio de interesses estrangeiros; pelo custo excessivo da compra de tecnologia, exaurindo todo nosso esforço de exportação; pela insegurança do homem que planta e produz, entregue ao sabor de uma política cheia de equívocos; pelo desestímulo às atividades empresariais face à desorientação crescente determinada por medidas hoje comprovadamente ineficazes e por tantos erros e omissões que estão a indicar, no nosso entendimento, uma revisão total da estrutura social brasileira a ser realizada sem os compromissos que o exercício do poder determina e sem a ótica que o mesmo distorce.

Se, entretanto, estiverem de acordo com a atual situação, devemos prestigiá-la dando autenticidade a este poder.

O importante é o uso do nosso direito de participação, participação esta ainda restrita, mas que já permite um campo de atuação que, bem explorado, pode permitir a expressão da nossa vontade.

Neste momento, não nos podemos omitir; sendo a favor ou contra, devemos dar nossa opinião, e o respeito às opiniões, o direito de expressá-las são os pontos fundamentais da democracia que estamos conquistando.

Carlos Reinaldo M. Ribeiro

NR. — Carlos M. Ribeiro é empresário, professor universitário, presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul.

históricos — efetivamente nele não entrariam nem Valdir Pires, nem Darcy Ribeiro, nem tantos outros que, não pertencendo ao antigo PTB, foram os que mais contribuíram para manter em pé as bandeiras do trabalhismo. O ponto de referência, a pedra de toque para participar do Novo PTB é a atitude de coerência de comportamento diante da ditadura. É evidente que o PTB tem um forte apelo popular em todo o País e por isso muitos querem se apoderar desse rótulo. Até mesmo o general Golbery do Couto e Silva está instrumentalizando os seus elementos para criar um Novo PTB com a finalidade de conter um movimento de massas e não orientar e dirigir a ascenção de massas, mas apenas de reprimi-las. Daí o empenho, através de muitos órgãos de imprensa, para desmoralizar e desacreditar Brizola. Por exemplo, em uma entrevista a Isto É, dada pelo ex-governador gaúcho, grande parte de suas declarações foram suprimidas, cortadas, não por falta de espaço, mas por motivos políticos, com objetivo de apresentá-lo com uma falsa imagem. E essa campanha é feita sob todas as formas, tanto pela direita como pela esquerda.

Um capital para os bóias-frias

Paulo Salim Maluf anunciou que pretende construir uma capital para São Paulo, capaz de colocar Brasília no bolso. A piada que logo começou a correr, depois disso, diz que a idéia vem de uma certa mania faraônica do governador. Alguns empresários e tecnocratas maliciosos explicam assim: "O Maluf é filho de imigrante. Ainda não perdeu aquele sangue de deserto, a compulsão de construir pirâmides, babilônias e outras maravilhas do mundo. Ao assumir o governo, não resistiu, vai fazer uma cidade capaz de humilhar a qualquer potentado ocidental".

Anedotas fora, a nova capital paulista será, com certeza, um dos assuntos que dividirá inteiramente as opiniões. Levará muito mais tempo que Brasília para ser aceita como um fato consumado.

Mas não é só a mania faraônica de Maluf que fará construir a nova capital. Na verdade, ela será um canto do país capaz de acomodar um largo feixe de interesses, contentando a todos. Além dos interessados óbvios — construtores, fornecedores, financiadores, servidores —, há um sentido estratégico que seria o fator mais importante a apoiar a pirâmide de Paulo Maluf: os bóias-frias.

Os bóias-frias constituem hoje o mais complexo problema social de São Paulo Quando os gabinetes dos tecnocratas (leia-se Delfim Neto) geraram o monstrengo que é a empresa rural, não avaliaram qual seria o efeito dessas medidas no campo. Conseqüência: o Brasil formou em oito anos um proletariado rural absolutamente inédito em todas as cartilhas político-sociais. Sete milhões de bóias-frias, uma nova classe, pois vivendo em cidades e vocacionados para o trabalho assalarido, esses trabalhadores descolaram-se das aspirações campesianas, que são: terra e reforma agrária. Como trabalhadores, suas reivindicações assemelham-se às dos operários urbanos: salários e segurança social (assistência, benefícios, etc.).

Como resolver esse problema, se o trabalho sazonal da empresa agrícola impossiblita o pleno emprego? Resposta: criar um regulador de mercado no campo.

Essa idéia seria implementada pela nova capital. Nas épocas de safra que demandem mão-de-obra assalariada eventual, os trabalhos de construção da nova capital diminuem seu ritmo, liberando mão-de-obra para a lavoura. Quando a agricultura puder dispensar os bóias-frias, eles vão para a nova capital carregar cimento e tijolos, funções de operário sem qualificação.

Uma idéia tão interessante para unir interesses das burguesias rural e urbana, que até agora somente ouvimos falar contra a nova capital os oposicionistas naturais ao sr. Paulo Maluf, seus adversários na Arena e técnicos. Os homens do dinheiro estão calados, à espera das decisões que se converterão em lucros polpudos. Bem lançado esse Maluf...

José Antônio Severo, Rio

O SEGUNDO PAÍS MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO TINHA QUE TER O MAIOR PARQUE INTEGRADO* DE PROCESSAMENTO DE SOJA DA AMÉRICA LATINA, VOCÊ NÃO ACHA?

Em Esteio. Rio Grande do Sul. Aliás, desde 1929, a Samrig não pára de crescer, processando trigo e depois soja, fabricando alimentos e produtos de qualidade insuperável para milhares e milhares de brasileiros. Com muito carinho. E responsabilidade.

(*) Na mesma fábrica, a soja entra, por um lado, e saem, já transformados, por outro: óleo comestível, margarinas vegetais, gorduras hidrogenadas, lecitina, farinha, farelo, proteína concentrada e proteína isolada.

SAMRIG
S. A. MOINHOS RIO GRANDENSES

A incrível indústria que produzia brasileiros em série

Por Danilo Ucha

Em Livramento, na fronteira, um bem montado esquema transformava uruguaios em brasileiros, em poucas horas. Vereadores da Arena e do MDB estão envolvidos

Livramento já teve fábrica de compota de pêssegos sem possuir mais do que pessegueiros de fundo de quintal. O produto vinha pronto, enlatado, do Uruguai, e a *fábrica* santanense colava o rótulo.

Quando a indústria de doces de Pelotas se desenvolveu e a compota uruguaia deixou de ser um bom negócio no Brasil, os japoneses inventaram o radinho portátil. Livramento passou a ser, para perplexidade de muito representante comercial, um dos maiores consumidores de pilhas do país, comprando-as em volume suficiente para escutar rádio durante um século. Mas se você estivesse em Montevidéu ou Tacuarembó e fosse conmprar uma pilha, só encontraria das *AMARELINHAS:*

Assim foi (e é) com a farinha, os pneus, o gado, a carne, a lã, as baterias e os motores de carros. O produto vai para o lado que oferecer melhor preço. Contrabando? Absolutamente.

O conceito de legal e ilegal em matéria comercial se tornou tão elástico na fronteira Livramento (Brasil)—Rivera (Uruguai), a 466 quilômetros de Porto Alegre, que acabou abrangendo também outros setores da vida social, levando à criação de escritórios onde uma pessoa entrava com nacionalidade uruguaia e saía cidadão brasileiro.

Este tipo de *naturalização,* rápida e sem mistérios, sempre se conseguiu na fronteira, de forma esporádica, para solucionar o problema de um parente ou amigo, mas nos últimos anos se transformou numa verdadeira indústria, como reconhece o juiz de direito de Livramento, Marco Antônio Barbosa Leal, que decidiu acabar com ela.

Por causa desta determinação do juiz, 17 pessoas, entre as quais cinco vereadores e dois suplentes da Arena e do MDB, sentarão no banco dos réus, dia 6 de outubro, para responder pelo crime de falsificação de certidões de nascimento, possibilitando que mais de dois mil uruguaios se transformassem em cidadãos brasileiros, retirando, além de Carteira de Identidade e Título Eleitoral, Certificado de Reservista, Carteira do Trabalho, e até CPF.

Este foi o primeiro processo a ser concluído, na área da polícia civil, mas existe outro, na área da polícia federal, que investiga a concessão de títulos eleitorais com o objetivo de aumentar o número de eleitores da cidade.

Livramento tem 42 mil eleitores para um população de pouco mais de 70 mil habitantes, proporção considerada extraordinária no país, onde o número de eleitores não chega a ser a metade do número de habitantes das cidades. Porto Alegre, por exemplo, tem 585.915 eleitores para uma população de quase 1,5 milhão de habitantes.

Mas há mais: há um Inquérito Policial Militar, na área do Exército, que apura responsabilidades no fornecimento de certificados de reservitas como soldados brasileiros para uruguaios.

Estarão no banco dos réus os vereadores Carlos César Araújo e Sebastião de Almeida Gomes, do MDB; Silvio Miguel Cademartori Mendina, João Anacleto Ademires e Eduardo Rosa, da Arena; os suplentes Benito Apoitia Pedra (Arena) e Jesony Fagundes de Avila, (MDB); o ex-escrivão distrial João Francisco Machado e os intermediários Glarisglei Mendonça, Raul da Silva Rodrigues, Walter Disney Posadas, Mário de Simoni, Políbio Rodrigues Costa, Joaquim Vieira Lopes, Eduardo Lara, Waldemar Acevedo Mendes e Sadi Ferreira Arduvino.

O vereador Carlos César Araújo, que pretendia ser candidato a deputado estadul pelo MDB, poderá ter sua candidatura impugnada pelo Tribunal Regional Eleitoral por ter sido aceita, na Justiça, a denúncia de crime contra a fé pública. Enquanto não houver um pronunciamento definitivo da Justiça, todos os implicados serão inelegíveis e os uruguaios identificados como falsos brasileiros, recambiados para o país de origem.

CARTA ANÔNIMA

O volume da fraude — que pode ultrapassar 2 mil títulos eleitorais e 1.800 certificados de reservista, permitindo inclusive a entrada de ex-guerrilheiros *tupamaros* no país — só começou a aparecer em maio deste ano, depois que o juiz de direito recebeu uma carta anônima denunciando irregularidade no cartório eleitoral.

O juiz reuniu o promotor público,o delegado de polícia e os representantes da polícia federal e pediu para serem investigados, em sigilo, os fatos e nomes apontados na carta.

Não foi difícil chegar ao ex-escrivão do cartório distrital da zona rural denominada Madureira, João Francisco Machado, anteriormente afastado das funções por irregularidades no fornecimento de certidões de nascimento. Na casa do escrivão, sobre uma viga do teto, a polícia encontrou 300 cópias de certidões de nascimento *frias* e espelhos de títulos eleitorais, documento que não pode sair do cartório eleitoral. Preso, João Francisco Machado confessou que desde 1970 vinha *fabricando brasileiros,* a pedido de diversas pessoas, inclusive vereadores.

No início ainda registrava, ilegalmente, no livro de nascimentos, as pessoas para as quais fornecia certidões.Posteriormente, por ter sido afastado das funções, simplesmente preenchia os formulários que mandava confeccionar numa gráfica da cidade. Disse cobrar entre Cr$ 200,00 e Cr$ 600,00 por cada certidão, mas a polícia apurou com uruguaios que haviam se beneficiado da fraude e foram presos que alguns pagaram atré Cr$ 4 mil pelo documento. Os intermediários, em sua maioria cabos eleitorais dos vereadores e alguns donos de escritórios de despachantes, lucravam muito mais.

ATÉ TUPAMAROS

De posse de uma certidão de nascimento como brasileiro,qualquer pessoa pode retirar os demais documentos exigidos do cidadão — Certificado de Reservista, Título de Eleitor, Carteira do Trabalho, Carteira de Identidade — e, assim, ter trânsito livre em todo o país. O trânsito livre é que justifica, para as autoridades de Livramento, o crescimento da procura de certidões falsas a partir de 1970.

Dois fatores contribuíram para o crescimento da demanda. A partir daquela época, intensificou-se no Uruguai a repressão aos movimentos revolucionários, o que teria levado muitos guerrilheiros *tupamaros* a internar-se no Brasil. Em Livramento, conseguiam documentos verdadeiros — só a certidão de nascimento é falsa — que os transformava em brasileiros iguais aos outros, apesar da dificuldade da língua.

Ao mesmo tempo,a Polícia Federal começou a dificultar a concessão de Carteiras Modelo 4, que permite aos uruguaios trabalhar dentro dos limites dos municípios de fronteira, e que só em Livramento beneficia mais de 4 mil pessoas (há mais de 3 mil uruguaios beneficiários do INAMPS). Com a Modelo 4, o estrangeiro retira uma Carteira do Trabalho onde o funcionário do ministério anota que ela só tem valor para município de fronteira. Mas os uruguaios, premidos pela má situação econômica de seu país e pela falta de grandes ofertas de trabalho nos próprios municípios brasileiros da fronteira, arrancavam a página da anotação e se internavam no país, procurando Porto Alegre ou São Paulo. Não há um levantamento sobre as pessoas nessa situação, mas alguns agentes federais já admitiram que poderiam existir mais de 40 mil uruguaios ilegalmente no Brasil, que entraram pelos diferentes pontos de fronteira com o Rio Grande do Sul.

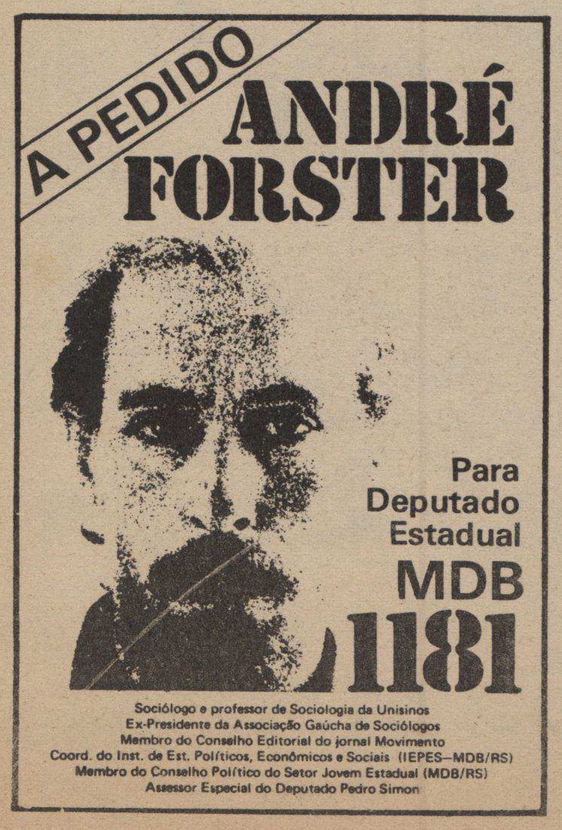
CASAMENTO E BIGAMIA

Conforme os depoimentos e os documentos existentes nos dois grossos volumes do primeiro processo instaurado em Livramento, a maior parte das transações ilegais foram realizadas na sede do Diretório Municipal da Arena. Eduardo Lara, cabo eleitoral do vereador Silvio Miguel Cademartori Mendina, não se contentou em conseguir documentos falsos para uruguaios, mas teria até realizado casamentos, como o de Carlos Mavia Fernandes com América Costa, que era nascido e casado em Rivera, no Uruguai, e foi *registrado* como brasileiro e casado na sede da Arena. Outro casamento foi o de Celso Carlos Salvá com Margarita Peres.

O vereador arenista. Eduardo Rosa tem contra si principalmente, o depoimento de Gladis Mabel Aguiar da Rosa, bailarina de cabaré, que admitiu ter sido *naturalizada* graças à sua intervenção. A moça declarou que estava dançando na boate de Gilberto Avila Ferreira e se queixou ao vereador que "era uma infeliz" porque não podia viver tranqüila no Brasil, sendo uruguaia. Ele providenciou em sua *documentação.*

LUTA INTERNA

Apesar do maior número de políticos envolvidos ser da Arena, no MDB é que estão as maiores repercussões. Pode representar o fim do poder que o ve-



reador Sebastião de Almeida Gomes exerce sobre o Diretório Municipal há vários anos. Também pode ser o primeiro *round* de uma acirrada e ainda meio secreta luta pela futura Prefeitura de Livramento, hoje área de segurança nacional, com prefeito nomeado pelo governador, mas que pode voltar a ter eleições diretas com a anunciada redemocratização do país.

Sebastião de Almeida Gomes é apenas o tesoureiro do Diretório Municipal do MDB, mas detém de fato o poder decisório. Quando foram extintos os antigos partidos e criados os novos, a maioria dos políticos tradicionais da cidade se omitiu e ele começou a moldar um MDB a sua maneira. Diz-se hoje que, dos 600 filiados, mais de 400 são parentes, vizinhos ou compadres de Sebastião e só fazem o que atende a seus interesses, como leiloar o apoio do diretório aos candidatos a deputado que oferecerem melhor compensação.

Seus opositores dentro do partido — seis dos nove vereadores emedebistas —, que não conseguem derrubá-lo na base do voto, já pediram diversas vezes a intervenção do Diretório Regional, mas o deputado Pedro Simon, presidente do MDB gaúcho, tem evitado o problema.

Sebastião foi prejudicado no processo quando a gráfica *Folha Popular*, que pertence ao vereador Ivo Caggiani, líder do MDB na Câmara, encaminhou ao juiz um bilhete de Sebastião pedindo a impressão de formulários de certidão de nascimento. O tesoureiro do MDB, que "não entende a atitude do colega e correligionário", defendeu-se afirmando que fizera a encomenda a pedido do escrivão João Francisco Machado, "como um favor que se faz a qualquer pessoa". Ivo Caggiani, por sua vez, diz que o documento foi entregue porque o juiz soube da sua existência e o solicitou.

Uma possível perda de mandato e inelegibilidade de Sebastião de Almeida Gomes terminará seu *caciquismo* e afastará sua influência na futura escolha do candidato a Prefeito, cuja vitória é garantida para a oposição, depois de 14 anos de intervenção. Dentro desta linha de raciocínio, há uma pergunta que toda a população santanense acha fácil responder, mas ninguém quer assumir o peso da reposta: "De que grupo partiu a carta anônima que levou o juiz a investigar as certidões falsas?"

CIDADE DIVIDIDA

Desde que se divulgou a fraude, Livramento é uma cidade dividida, tanto a nível popular quanto entre as autoridades. Durante as comemorações da Semana de Livramento, em julho, a Câmara de Vereadores organizou um programa brilhante de homenagens santanenses que se destacaram em todo o país — do cantor Nelson Gonçalves ao ator Angelito Mello — e nenhuma autoridade, como o Prefeito, o Juiz de Direito, o Promotor Público, o Comandante da Guarnição Militar, apesar de convidadas, compareceu aos atos públicos. A alegação é de que não podiam sentar-se ao lado de cinco vereadores indiciados em processo criminal. Os vereadores, por seu lado, não comparecem a nenhuma cerimônia onde se encontra alguma daquelas autoridades.

O povo está dividido entre os que não dão muita importância ao assunto "porque aqui sempre se fizeram tais naturalizações", e os que querem mesmo uma "moralização para elevar o nível de nossa política". Estes lembram que há pouco tempo, por causa de um desentendimento em plenário, um vereador santanense mordeu a orelha de outro.

FORÇAS OCULTAS

Apesar do indiciamento, da aceitação da denúncia e da marcação das primeiras audiências para o dia 6, nenhum dos cinco vereadores acusados apresentou defesa mais concreta até agora. Limitam-se a negar o envolvimento e a dizer que "tudo não passa de manobra de *forças ocultas* para desmoralizar o legislativo".

O vereador Carlos César Araújo, que pode perder, pela segunda vez, a oportunidade de candidatar-se a deputado, garante que tudo foi montado contra ele, "porque na Assembléia Legislativa eu teria uma cadeira para fazer mais forte e mais ouvida minha luta contra a violência e a arbitrariedade que imperam na fronteira". Nas eleições de 1974, quando quis ser candidato a deputado federal, Araújo foi impedido porque surgiu contra ele um processo por estelionato. Depois das eleições, foi absolvido. Agora, diz ele, "a polícia montou este novo processo porque eu venho denunciando a corrupção e a violência".

LOUCO?

Na primeira semana de setembro, uma nova peça juntou-se aos autos do processo, "assombrou a cidade", segundo um jornal local, e complicou mais a situação de Carlos Cesar Araújo. "Órgãos de Segurança" — mais tarde identificados na pessoa do delegado de polícia Luiz Savi — encaminharam ao juiz um levantamento da vida pregressa do vereador, no qual consta que em dezembro de 1975, Carlos César Araújo foi aposentado pelo INPS como "doente mental de caráter depressivo e mania de perseguição".

Alguns adversários políticos, como os vereadores da Arena, já estão falando em pedir seu afastamento do mandato e até a devolução do dinheiro que recebeu como vereador. O juiz Marco Antônio Barbosa Leal, aceitando sugestão do promotor público, Luiz Alberto Rocha, nomeou um curador para Carlos César Araújo, considerado *incapaz*, e determinou que ele se submeta a exames no Instituto Psiquiátrico Forense, em Porto Alegre, para que os médicos definam seu estado de saúde.

O líder do MDB, Ivo Caggiani, que apóia Araújo, denunciou como "cassação do direito de defesa" o fato da Polícia Federal ter avisado os meios de comunicação da cidade, depois da publicação do assunto "aposentadoria", que não podiam divulgar nenhum pronunciamento de Carlos Araújo por causa de sua "incapacidade mental". E prometeu para breve "sensacionais revelações que vão mostrar que a loucura também atingiu uma alta autoridade municipal".

Projeto Cultur 78

Folclore — (Passo Fundo e Soledade - de 16 a 20 de setembro)

Literatura — (Bagé e Dom Pedrito - de 27 a 30 de setembro)

Teatro — (Santa Maria - de 11 a 14 de outubro)

Música — (Caxias do Sul - de 25 a 29 de outubro)

A cultura e arte brasileiras postas em questão na terra da Prenda Minha e do Capitão Rodrigo Cambará.

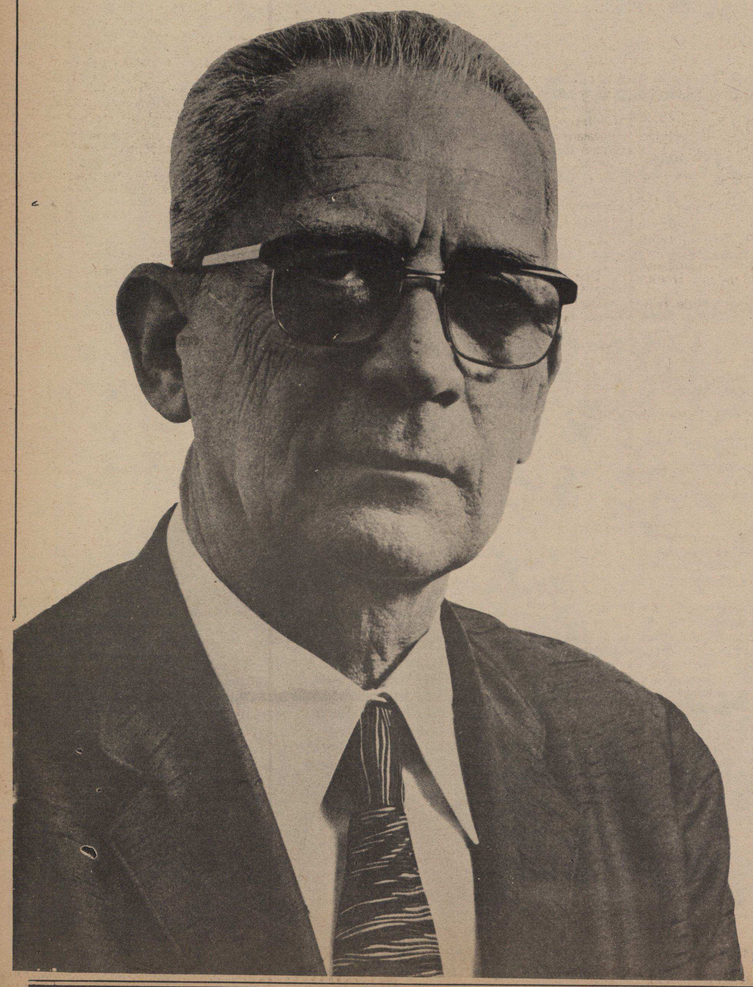
Um encontro marcado com o debate e o estudo da cultura, uma autêntica busca das raízes do povo gaúcho, nas áreas de música, folclore, literatura e teatro.
Em setembro e outubro o Projeto Cultur 78, da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, reúne nas cidades de Passo Fundo, Soledade, Bagé, Dom Pedrito, Santa Maria e Caxias do Sul os mais destacados nomes da arte e da inteligência, com um objetivo: a valorização da cultura nacional.
Venha participar e conhecer de perto o Rio Grande do Sul, suas belezas e a hospitalidade de sua gente.

SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL

GOLBERY, PODER E SILÊNCIO

Por Elmar Bones

Para os inimigos do governo Geisel, ele é o "Satânico Dr. Go", o "Tenebroso", o "Cênio do Mal". Para Ernesto Geisel ele é o primeiro conselheiro, a palavra indispensável em qualquer decisão. E para a sua numerosa corte de admiradores, ele é o "Maestro da Distensão", o "General do Diálogo", o "Cênio da Raça". Quem é, afinal, o todo-poderoso Golbery?



"As pessoas dele não podiam falar sem lembrarem-se de que era um homem de quem muito se podia esperar ou temer (...) Todas lembravam que ele havia organizado o serviço secreto, que dava instruções aos espiões"
Aldous Huxley, A Eminência Parda

A sala do general Golbery do Couto e Silva fica na ala direita, no 4º andar do Palácio do Planalto. Seu chefe de gabinete é Jurandir Mamede, o Juca Mamede, jovem com aparência de militar embora seja apenas filho do general Bizzarria Mamede, companheiro e amigo de Golbery e Geisel, já falecido.

Juca Mamede é gentil, mas distante, frio. Sorri com ironia, quase desdém, quando percebe que é um pedido de entrevista:

— Uma entrevista com o chefe? Impossível. Ainda mais para um perfil dele. Ele abomina isso.

— Quem sabe uma conversa informal, apenas para conferir algumas informações...

Juca Mamede se impacienta. Para ele, o assunto estava encerrado no momento em que se pronunciou as palavras *repórter* e *entrevista*. Em todo o caso, procura ser compreensivo. Diz que vai explicar ao *chefe*, vai tentar, mas não é para ter muita esperança:

— Olha, será um milagre. O *chefe* nisso é uma parada.

•

Duas salas adiante, no mesmo corredor, está Alberto Costa, engenheiro, casado com dona Vera, a filha mais velha do general. É o subchefe do gabinete. É mais simpático, sorridente e demonstra imensa admiração pelo sogro:

— Bem, ele recebe alguns jornalistas de confiança, mas nunca para publicar nada. É só conversa, troca de idéias.

— Pois uma conversa dessas já serve.

— Ah, mas o senhor está fazendo uma reportagem sobre ele. Ele não quer que saia esse tipo de coisa. Ele abomina. É uma pena, mas nisso o *chefe* é durão.

Foram, ao todo, três tentativas diretas, uma por carta e várias por intermédio de amigos — que afinal não deu nem para saber se chegaram até ele. Pelo menos confirmava-se a lenda: o general Golbery não fala e faz tudo para desencorajar a publicação de qualquer coisa a seu respeito.

Sua última entrevista completou 11 anos há poucos dias. Foi dada ao falecido *O Jornal*, do Rio de Janeiro, no dia 11 de agosto de 1967. Cinco meses antes de Costa e Silva decretar o AI-5, em dezembro de 68, disse ele:

— A doutrina e a política de segurança nacional não são absolutamente instrumentos para afundar o Brasil na ditadura ou no militarismo. Ela não possui princípios antidemocráticos, ranço militarista ou espírito ditatorial.

Depois disso, são raras as palavras que a imprensa registra como declarações suas. Quando tem interesse em que alguma coisa seja dita ou alguma informação seja veiculada, usa meios indiretos. Ou pede para alguém do governo ou algum político dizerem, ou, então usa as boas relações que mantém com jornalistas importantes ou donos de jornais para que a notícia seja dada sem revelar a fonte.

Quanto maior o silêncio, maior o mistério, maior a lenda. Assim as histórias que correm em Brasília a respeito de Golbery mostram de um lado um homem diabólico, a mente maquiavélica, a tramar as maquinações mais sórdidas para se manter no poder. De outro, o gênio da raça, o mestre da distensão, homem que tem calculado, à régua, cada passo da nossa passagem para a democracia.

O que a lenda dificilmente consegue exagerar é o poder que esse gaúcho de 67 anos, discreto e silencioso hoje acumula em suas mãos. Mesmo porque é um poder feito de tantas astúcias e exercido tão a quatro paredes que é difícil avaliar.

— O general Golbery está para o governo como o oxigênio está para a água — dizia há três anos o colunista Carlos Chagas, ex-secretário de Imprensa do governo Costa e Silva, hoje articulista e chefe da sucursal de *O Estado de São Paulo, em* Brasília.

Carlos Castello Branco, o papa dos colunistas políticos do País tem opinião semelhante:

— A decisão final é sempre do presidente Geisel, mas Golbery é o conselheiro sempre ouvido, a opinião que mais pesa nestas decisões.

Três ministros caíram apontando-o como principal motivo dos seus desacordos com o presidente Geisel — Silvio Frota, ministro do Exército (um tabu nestes 14 anos de Revolução), Hugo Abreu, ministro chefe da Casa Militar e Severo Gomes, da Indústria e Comércio. E apesar das graves acusações que os dois primeiros fizeram contra Golbery — de má influência junto ao Presidente e favorecimento à corrupção dentro do governo — nada indica que seu prestígio se tenha abalado.

•

No Brasil de hoje, ele chama de Ernesto a um presidente que, dizem os juristas, tem nas mãos um poder que nem D. Pedro no Império, nem Getúlio na ditadura do Estado Novo, nem qualquer outro jamais teve.

E chama de Figa ao outro presidente já designado. Aliás, de acordo com os registros da crônica política, escolhido exatamente por obra e graças das suas articulações palacianas.

•

Culto, eficiente, disciplinado, o general Golbery se impõe por combinar duas qualidades raras quando juntas: a capacidade de elaborar idéias complexas em planos a longo prazo e a habilidade no mundo da pequena política, por trás da cena, onde se faz o dia a dia de qualquer governo.

Primeiro-conselheiro e único ministro capaz de falar em nome de Geisel sem autorização prévia, poucas pessoas podem dizer objetivamente quem é o general Golbery. Ele cultiva o segredo e sua história — especialmente os últimos 20 anos — está toda ligada à conspiração pelo poder, dentro e fora dele.

•

— Ele usava óculos, era carrancudo e nunca entrava no futebol que os alunos jogavam no pátio.

Dona Maria Cadaval, gordinha, com os cabelos inteiramente brancos, recorda o seu colega Golbery aos 12 anos no Colégio Lemos de Brito, em Rio Grande.

No Congresso Nacional, com Armando Falcão, ministro da Justiça, em 76

Eram da mesma aula, no curso primário e Maria Cadaval — a mais extrovertida da turma — ri quando lembra das suas tentativas inúteis de ensinar Golbery a dançar nos intervalos do recreio. Era impossível. Ele nunca ia às festas do colégio "nem mesmo ao grande baile de 1924, quando se inaugurou o novo prédio do colégio".

Temperamento do menino Golbery era semelhante ao do pai, de acordo com as precárias lembranças de amigos e parentes que ainda vivem em Rio Grande. A mãe, dona Henriqueta, era gorda e clara. O pai, Jacintho, era um homem fechado "miúdo e austero, que procurava manter a família longe do convívio social". Professor, dava aulas e fazia traduções de francês, além de ajudar o avô de Golbery, um emigrante português, ourives, dono de uma joalheria na cidade e que também se chamava Jacintho.

O professor fazia esforço para manter os dois filhos (Golbery e Morency, hoje também general da reserva) no melhor colégio da cidade e por isso exigia muito nos estudos. Assim, contam que Golbery nunca tirou menos de 8 em sua vida escolar.

•

Em seu sítio em Teresópolis (Estado do Rio), onde passa o tempo lendo sobre parapsicologia, cuidando das plantas e vendo novelas na televisão, o Marechal Henrique Teixeira Lott tem uma lembrança semelhante do seu aluno preferido na Escola Militar do Realengo, no final da década de 20.

— Ele fraquejava um pouco na ordem unida, na instrução de combate e na educação física. Mas seu desempenho nas disciplinas teóricas garantia-lhe o primeiro lugar na turma, recorda o velho marechal.

Ele guarda ainda a imagem de Golbery com um pé de bota e outro de chinelo ("estaria machucado?"), num canto, lendo ou fazendo lições, enquanto a Escola toda se agitava com as notícias da Revolução de 30 já em marcha nas ruas.

•

É daí, da Escola Militar do Realengo, que vem o início da amizade entre o cadete Golbery e um outro, mais velho, 2 anos na frente, gaúcho e muito aplicado nos estudos também. Seu nome: Ernesto Geisel.

Uma amizade que, quase 50 anos depois, pode ser vista como o maior trunfo político do general Golbery, na constatação do ex-ministro da Indústria e Comércio, o empresário paulista Severo Gomes:

— Quer saber o segredo do Golbery? Ele é o maior especialista em Ernesto Geisel, hoje, no Brasil.

A especialização começou, de fato, em 1941, na Escola de Comando do Estado Maior do Exército, quando Golbery por merecimento pulou dois anos e alcançou os companheiros mais veteranos do Realengo: Geisel, Jurandir Bizzarria Mamede, Heitor Herrera e outros.

Um discípulo do pensamento autoritário

O general Golbery do Couto e Silva é comumente apresentado como o arauto da distensão política, o mentor e o supervisor de todo esse conjunto de medidas que compõem a proposta de abertura do governo.

Quando se descobre que ele foi um dos autores do pacote de abril **(ele, Geisel e Heitor Aquino), se diz que foi obrigado a um recuo tático, para absorver pressões da linha dura. Ora, tentar situar o general dessa maneira é trabalhar na superfície das suas idéias.**

Evidentemente, o ministro Golbery é contra a manutenção indefinida das leis de exceção. Ele sabe que um regime duro, politicamente fechado, policialmente repressivo, não tem estabilidade garantida a longo prazo.

Mas daí a ser democrata, vai uma distância.

Ainda hoje, a melhor fonte para se ter uma idéia mais clara das suas concepções políticas é o seu livro Geopolítica do Brasil, **escrito na década de 50, mas que, segundo o prefácio que ele fez para a segunda edição, em 67, ainda se conserva no essencial. E o que se tem ali? Uma alentada dose do mais puro pensamento autoritário.**

As influências mais fortes da sua obra vêm de Spengler, um dos pilares do pensamento autoritário, e Arnold Toynbee, sociólogo e historiador inglês que coloca o destino dos povos nas mãos de suas elites, as minorias criadoras. Quando essa minoria, diz Toynbee, é incapaz de responder adequadamente aos desafios, é obrigada a lançar mão da força para se manter e aí deixa de ser minoria criadora para ser dominadora.

Outra influência poderosa: Isaiah Berlin, um judeu de direita, antimarxista, que despreza as forças econômicas e sociais, atribuindo à determinação pessoal a incumbência da mudança dos rumos históricos.

Ambos, Toynbee e Berlin, caminham próximos a um campo em que Golbery se especializou: o da geopolítica, teoria que expandiu-se muito entre os militares, depois da Segunda Guerra, dando substancia à idéia da divisão do mundo em dois blocos — capitalismo e comunismo — e a necessidade da defesa territorial, da guerra fria. A Geopolítica recomenda que a estratégia política de um país deva ser traçada a partir de suas potencialidades geográficas (meio físico, população, situação geográfica). A política deve buscar a melhor maneira de exploração e proveito dessas potencialidades.

Foi em cima dessa teoria que se elaborou, na Escola Superior de Guerra, um projeto para o Brasil, **um projeto apenas esboçado e no qual Golbery é quem foi mais longe. Esse projeto tem por objetivo colocar-nos como a primeira nação, neste século 20, a passar para a categoria de desenvolvida, dentro do capitalismo. A condução dessa caminhada caberia aos militares, nossa minoria criadora.**

Com Castello Branco, Luis Vianna Filho e o general Ernesto Geisel

Começou a conspirar em 1953, tentando derrubar Getúlio Vargas. Em 55, ficou oito dias incomunicável. Motivo: tramava contra Juscelino

Dois anos mais tarde, todos capitães, foram trabalhar juntos no III Exército, em Porto Alegre, num grupo comandado pelo coronel Idálio Sardenberg. Era um grupo coeso, com muitas idéias em comum e que tinha por hábito longas discussões em torno do Exército, do seu papel e organização e mesmo dos problemas mais gerais do país.

Nessas discussões, em que Golbery e Geisel se destacavam, foram aprofundando suas afinidades, que iam muito além do trabalho específico que estavam realizando. (Incumbidos de uma série de estudos, chegaram mesmo a elaborar planos para o caso da entrada do Brasil na Segunda Guerra).

— Aí, nesse trabalho, nasceu o embrião da Escola Superior de Guerra — diz Sardenberg, hoje general reformado, vivendo no Rio.

•

Depois de Porto Alegre, o grupo voltaria a trabalhar junto três anos mais tarde, na organização do Estado Maior das Forças Armadas. Mas, nesse meio tempo, há um registro importante na carreira de todos eles: o estágio feito nos Estados Unidos, num momento em que todos os estudos militares voltavam-se para a questão da guerra fria, da necessidade de defesa do Ocidente contra a ameaça comunista.

Segundo Alfred Stepan, professor de Ciência Política da Universidade de Yale e que escreveu um livro sobre o regime militar brasileiro, um terço dos 102 generais da ativa, em 64, haviam passado por um estágio nos Estados Unidos, a quase totalidade deles quando oficiais, no final da Guerra ou logo após.

•

Pois o grupo se reuniu novamente para pôr em prática uma idéia trazida dos Estados Unidos — a criação de um Estado Maior das Forças Armadas, organismo que nos Estados Unidos cuida das questões de segurança do país em caso de guerra. Como o Brasil não tinha algo semelhante (o próprio trabalho que o grupo fez em Porto Alegre havia sido para suprir uma deficiência), eles trouxeram a sugestão.

Dos Estados Unidos, mais precisamente do National War College, trariam também a inspiração para desenvolver aquelas idéias que, segundo Sardenberg, já eram embrionárias em Porto Alegre: a da Escola Superior de Guerra, organizada em 1949, com o auxílio de uma "missão de assistência" americana.

•

Era um período conturbado esse. Getúlio Vargas estava voltando ao poder depois de uma retumbante vitória eleitoral, e o país incendiava-se no debate político.

No Clube Militar, nacionalistas que defendiam o monopólio estatal do Petróleo e maior controle sobre o capital estrangeiro, batiam-se com os anticomunistas ferrenhos e adeptos da influência norte-americana do pós-guerra, todos entrincheirados na Escola Superior de Guerra.

O grupo da *Sorbonne*, como eram chamados Golbery e seus companheiros da ESG, formava na Cruzada Democrática, liderada pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias. Em 50, num pleito acirradíssimo, os nacionalistas colocaram o general Newton Estillac Leal na presidência, derrotando Cordeiro. No Departamento Cultural assumiu o major Nelson Werneck Sodré, um dos mais destacados pensadores marxistas do Exército, que derrotou o coronel Jurandir Bizzarria Mamede, legítimo representante da corrente anticomunista autoritária.

•

Seus antigos companheiros lembram que a atuação de Golbery foi destacada na rearticulação da Cruzada Democrática em torno de uma nova chapa e, nas eleições seguintes, em 1952, a presidência do Clube Militar saía das mãos dos nacionalistas.

O coronel Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente. Testemunha de toda essa época, o general Sardenberg observa:

— A essa altura, o Golbery já conspirava contra o Getúlio. Andava agitado, vinha falar comigo, falar contra o Getúlio. E só ouvia, porque sempre fui a favor do Getúlio.

•

Em seus trabalhos teóricos, o tenente-coronal Golbery pregava a necessidade de um governo mais centralizado, forte para promover a paz e a ordem internas, erradicar os abusos e planejar a economia.

Desde 52, ele era chefe do Departamento de Estudos da ESG. As conferências que pronunciou na época foram reunidas num livro intitulado *Planejamento Estratégico*, e hoje são consideradas uma das principais fontes de ideologia da Escola Superior de Guerra e da Revolução de 64.

•

Heitor Herrera, hoje general reformado presidindo no Rio a AGGS (empresa gráfica que edita as Listas Telefônicas Brasileiras), amigo e companheiro inseparável de Golbery durante muitos anos, afirma que o célebre manifesto dos coronéis, contra Getúlio, em 54, foi escrito por ele, Golbery, em sua casa.

— Ele era o melhor de nós para isso. Tem a cabeça muito arrumada e escreve rápido. Só não tem temperamento para líder, diz Herrera.

•

O suicídio de Vargas provocou um impacto e um recuo em toda a conspiração no seio do Exército. Mas, um ano depois,

(*continua na página seguinte*)

Com o professor Heitor de Aquino, em 1965, no Palácio das Laranjeiras

Jânio Quadros: "Ele me trazia informações secretas. Muitos decretos foram revogados, nomeações anuladas por mim, com base nas suas secretas ponderações".

em novembro de 1955, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, era forçado a chamar o general Castello Branco, comandante da Escola Superior de Guerra, para advertir:

— Olha Castello, o Golbery, o Geisel, esse pessoal da Sorbonne está conspirando e eu não vou permitir isso.

— Não se preocupe, ministro. Eu vou cuidar disso — respondeu Castello (segundo depoimento do próprio Lott).

Mas, não houve jeito. No dia 11 de novembro, Lott teve que dar um golpe preventivo para a posse do presidente Juscelino Kubstichek. Golbery foi preso, incomunicável por oito dias. E todos os conspiradores seus companheiros foram posteriormente removidos por Lott.

— Nós acreditávamos que o Juscelino faria um governo fraco e que ia permitir o crescimento dos comunistas através do Jango, seu vice, afirma Herrera.

Cessou a conspiração? Heitor Herrera dá uma risada:

— Que nada, rapaz! Era uma complicação: o Golbery em Minas, eu em Porto Alegre, o Mamede em Bauru, o Geisel não me lembro aonde, todo o mundo espalhado pelo Lott. Mas a gente continuava conspirando.

•

Metido num conjunto safari marron, salpicado de tinta e calçando tênis, o ex-presidente Jânio da Silva Quadros fala de Golbery andando de um lado para outro.

Em seu escritório atulhado de coisas, na casa do Alto da Boa Vista, em São Paulo, Jânio parece à vontade, reconstituindo cenas de 17 anos atrás, nos fins de tarde de Brasília.

Às 18 horas, o coronel Golbery entrava, furtivo que nem o pessoal do gabinete via. Vinha pelo elevador privativo, saía dentro da sala do Presidente.

Sentava-se diante de Jânio e ia passando-lhe, uma a uma, as papeletas de cor azul, a cor dos documentos sigilosos. Golbery cumpria sua primeira missão junto ao poder como secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, merecia toda a confiança do presidente.

Jânio ia lendo, o coronel Golbery fazia rápidas observações, Jânio às vezes fazia algumas anotações. Depois, uma a uma, as folhas azuis eram colocadas na boca de uma maquineta instalada junto à mesa. A máquina de triturar papéis garantia o inteiro sigilo.

— Eu destruía os papéis na frente dele, para dar-lhe segurança, diz Jânio.

Esta cena foi rotina naqueles sete meses do governo Jânio. Brasília, ainda inacabada, mais parecia um acampamento e Golbery começava a construir sua fama de homem misterioso.

—Me lembro dele como uma sombra, às vezes junto ao elevador ou esqueirando-se pelos corredores, recorda o jornalista Carlos Castello Branco, ex-secretário de Imprensa de Jânio, hoje presidente do Sindicatos dos Jornalistas de Brasília.

Golbery deu ao cargo de secretário geral do Conselho de Segurança Nacional uma dimensão que ele não tinha. Sua influência junto ao presidente era considerável, como conta o próprio Jânio:

— Inúmeros decretos foram revistos ou anulados por causa das suas ponderações secretas, diz ele.

Nomeações eram anuladas sem explicações. O ministro da Fazenda, o baiano Clemente Mariani, por exemplo, jamais soube porque um de seus assessores foi demitido por ordem do presidente.

— Golbery descobriu que ele era ligado aos comunistas, revela o ex-presidente.

Jânio sonhava implantar no Brasil uma "democracia ágil, com um Executivo forte, assim como o general De Gaulle na França". Considerava o coronel Golbery como o mais qualificado pensador da Escola Superior de Guerra e já havia lido o seu livro *Geopolítica do Brasil*. Foi por isso que ele entrou nos planos de Jânio:

— As idéias dele me impresionavam. Teses que sustentei na política externa e interna confundiam-se com as dele. Por exemplo, a idéia de que um país não tem amigos nem inimigos, tem interesses.

•

Foi com o apoio do coronel Golbery que Jânio Quadros abriu a frente africana, reconhecendo a Nigéria e Gana, recém-independentes. Da mesma forma foi decidida a condenação, pelo Brasil na ONU, ao governo racista da África do Sul. E ainda juntos chegaram a pensar em invadir a Guiana Inglesa para previnir uma possível ameaça em decorrência da reeleição do Presidente Cheddid Jagan e de seu Partido Progressista do Povo, de tendência socialista. A invasão chegou a ser decidida, tropas chegaram a movimentar-se para a fronteira da Amazônia, mas afinal a operação foi sustada.

•

Quando Jânio renunciou, em agosto de 1961, em meio à perplexidade geral, Golbery foi dos primeiros a movimentar-se para tentar impedir a posse do vice-presidente, João Goulart. Afirma-se que ele chegou a redigir um Ato Adicional.

Houve indecisão dos militares, a tentativa de golpe frustrou-se e o coronel Golbery foi forçado a pedir passagem para a reserva. Reformado como general-de-divisão, aprendeu na prática essa lição que lhe seria definitiva.

Sete anos mais tarde, falando ao brazilianist Alfred Stepan, o general Golbery fez este comentário sobre os episódios da renúncia de Jânio Quadros:

— Foi um fracasso para o Exército. Mas a partir daí, nós decidimos que só tentaríamos derrubar Goulart quando a opinião pública estivesse claramente a nosso favor.

Foi Heitor Herrera, o antigo companheiro de Golbery, quem o recomendou para o pessoal do IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Ele estava desempregado, levando a sua vida de general reformado, na casa que comprou quando ainda era major, uma enorme casa branca com janelas azuis no subúrbio carioca de Jacarepaguá.

Na cabeça do IPES estavam homens importantes do mundo dos negócios, como Mário Henrique Simonsen, Denio Nogueira, Jorge Behering de Matos, Glycon de Paiva e muitos outros — todos anticomunistas, quase todos diplomados na Escola Superior de Guerra, na cartilha de Golbery.

Sustentado, oficialmente, por contribuições de empresas nacionais, na maioria, mas também por algumas estrangeiras, o IPES tinha por finalidade fazer propaganda contra a política de João Goulart e arrecadou 4 milhões de dólares em apenas 2 anos. Na verdade, foi um dos mais importantes centros da conspiração civil-militar que derrubou o governo.

Lá, no 27º andar do Edifício Avenida Central, no coração do Rio, o general Golbery foi cumprir a sua primeira tarefa *civil:* montar o *Serviço de Inteligência* do IPES. O instituto ocupava o andar inteiro e, das suas 13 salas, 4 foram ocupadas pelo Departamento de Golbery e seus homens.

O engenheiro Glycon de Paiva, um dos líderes do IPES, conta que Golbery recebeu a missão e imediatamente se lançou ao trabalho, silencioso e incansável, como sempre:

— Ele não dava explicações, dizia que o ministério era a base do seu trabalho. Nós não sabíamos como ele agia nem quantos homens trabalhavam com ele. A gente só pagava as contas. O que se sabia é que ele tinha gravadores espalhados por todo o lado e fazia muitas investigações. Semanalmente, ele apresentava um relatório com os resultados.

O *serviço* de Golbery tinha por finalidade "informar sobre a marcha da subversão de Goulart" e nessa tarefa consumiu, em dois anos, entre 200 e 300 mil dólares. Mantinha agentes infiltrados nas principais organizações de trabalhadores, estudantes e intelectuais, no Rio e São Paulo e, no Rio, tinha cerca de 3 mil telefones sob controle, com as conversações todas gravadas.

Com o material colhido, elaborava um bem cuidado e preciso *boletim meteorológico* que semanalmente era distribuído entre as lideranças das Forças Armadas, com o objetivo de aliciá-los para a conspiração.

— Esses boletins *apareciam* nos escaninhos dos quartéis, conta Glycon de Paiva.

•

Um exemplo do tipo de trabalho que fazia o *Serviço de Inteligência* do IPES é o relatório especial sobre o *movimento dos sargentos,* que circulou clandestinamente em meados de 1963. Afirmava o documento que "os sargentos estavam ligados intimamente aos sindicatos mais militantes e, em alguns casos importantes, aos comunistas". Comentava também que havia entre os oficiais "alguns se armando pessoalmente para se defenderem dos sargentos e que haviam retirado a munição das tropas e as balas das armas no receio de uma revolta".

No final, o relatório afirma que o movimento dos sargentos era minoritário no Exército, mas que estava ganhando força no país inteiro, nas três forças militares. O início da revolta dos sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha, em Brasília, em setembro de 63, poucos meses depois do *relatório,* reforçou as suas previsões.

•

O engenheiro Glycon de Paiva, que ainda mantém escritório no 27º andar do Edifício Avenida Central, acha que a contribuição de Golbery na queda de Goulart ainda não foi devidamente reconhecida:

— Ele fez toda a parte cerebral da tomada do poder. Sem o seu trabalho não teria sido possível a Revolução de Março.

•

Jango caiu sem resistência. E Golbery voltou ao Palácio do Planalto pelas mãos do general Castello Branco. Golbery de um lado, Geisel de outro, tornaram-se os principais assessores do novo presidente.

Em seu livro sobre o primeiro governo revolucionário, o senador Luis Vianna Filho, chefe do Gabinete Civil de Castello, registrou a seguinte impressão sobre o trabalho de Golbery no Serviço Nacional de Informações:

— Depois de algum tempo, seria difícil dizer se Golbery nascera para a função ou se esta fora criada porque ele existia. Ele tudo via, tudo ouvia, estando em condições de informar ou dar sugestões sobre qualquer caso.

Em pouco tempo, a sala 17, onde o general Golbery se instalou em abril de 64 para dar vida ao SNI, tornou-se a mais famosa do Palácio do Planalto. Todo o fichário do *serviço de inteligência* do IPES foi levado do Rio, segundo Glycon de Paiva, e incorporado ao novo órgão que passava a existir.

•

Nascido de um dos primeiros atos revolucionários, na forma da Lei 4.341, o Serviço Nacional de Informações foi idealizado para ser "os olhos e ouvidos do governo, para que se possa agir com acerto e oportunidade".

Intenções que geraram suspeitas, já no início. Tanto que, poucos dias depois da criação do SNI, o presidente Castello Branco deu uma entrevista rebatendo as críticas:

— Não há por que se enxergar no SNI a instituição de um aparelho de espionagem terrorista.

Em menos de 2 anos, a organização básica estava armada: do seu cérebro, que é a Agência Central, em Brasília, às extremidades da rede, que são os agentes municipais. O trabalho do general Golbery foi incansável. Nos dias de crise chegava a dormir na sala 17.

E para ironizar os comentários internos de que ele, no seu silêncio, guardava segredos incríveis, deixava escapar uma de suas frases preferidas:

— Segredo, só guarda quem não sabe!

•

Os temores em relação ao SNI não foram de todo infundados, conforme narra o jornalista Walder de Góes em seu livro *O governo Geisel,* editado este ano pela Nova Fronteira:

— No governo Castello Branco, um ministro de Estado queixou-se ao presidente de excessos da DSI (Divisão de Segurança e Informação, núcleo que o SNI mantém em cada ministério) em sua área. Ela interferia em matéria de exclusiva competência do gabinete. Castello, além de autorizar o ministro a não observar as pressões, pediu a Golbery que o tranqüilizasse e lhe desse garantias de que o organismo não fora criado para condicionar decisões ministerais.

•

Uma coisa nunca foi posta em dúvida: a a eficiência do trabalho de Golbery. Um ex-auxiliar do general conta que as informações sigilosas levadas a Castello Branco foram da maior importância em muitos casos.

Um exemplo típico: o momento de ruptura entre o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e a *Revolução de Março.* Lacerda, candidato a presidente nas eleições de 1965 (mais tarde adiadas por Castello), em viagem à Europa, acabou falando mal da tentativa de prorrogação do mandato de Castello. Essa prorrogação era urdida no Palácio do Planalto, especialmente por Golbery e pelo general Geisel, então chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

No seu retorno, Castello convidou Lacerda para um jantar em Brasília. O governador da Guanabara foi logo dizendo, ao chegar:

— Presidente, para evitar explorações, trouxe-lhe os discursos no exterior.

— Tenho a gravação de todos eles, respondeu Castello.

Na verdade, Castello não tinha apenas as gravações. No dia da chegada de Carlos Lacerda ao Brasil, o presidente recebeu um relatório do SNI, analisando o comportamento do governador na Europa, e prevendo:

— Dentro desta situação, o sr. Carlos Lacerda romperá em curto prazo (3 a 4 meses) com o governo federal, porque precisa de uma bandeira oposicionista, de

ataque contra supostos desvios ou incapacidades do governo Castello .

Ao final, o relatório do SNI aconselhava o governo a não realizar as eleições presidenciais de 1965. Num discurso de Lacerda, pouco tempo depois, em João Pessoa, poucas pessoas notariam uma frase chave:

— Estou sendo apunhalado no escuro!

•

À medida que as dificuldades na área política se avolumavam, os generais Golbery e Geisel mais influíam como conselheiros de Castello.

Seriam ainda os dois generais, Golbery e Geisel, o centro da última crise. No auge da disputa entre *castelistas* e os adeptos do ministro da Guerra, general Costa e Silva, que queria suceder Castello, Golbery e Geisel eram os alvos principais dos ataques. A tal ponto que Castello saiu em público para defendê-los:

— Estão atribuindo, maldosamente, intrigas ao trabalho correto e irrepreensível do SNI e espalhando notícias mentirosas sobre a conduta errada do chefe do Gabinete Militar , disse o presidente.

Os dois insistiam com Castello para que destituisse o general Costa e Silva antes que fosse tarde. O presidente relutou, e acabou acontecendo o que previam: o ministro da Guerra tornou-se sucessor contra a vontade de todo o Planalto.

Mas, antes de passar a presidência ao seu ministro da Guerra, Castello Branco tratou de pôr os seus dois principais assessores a salvo de perseguições do grupo de Costa e Silva: nomeou Ernesto Geisel para o Superior Tribunal Militar e Golbery do Couto e Silva para o Tribunal de Contas da União.

•

Registra a crônica política de Brasília que o general Golbery saiu de tal forma contrariado do governo, que cometeu a suprema indelicadeza de não passar o cargo de ministro-chefe do SNI ao seu sucessor, o general Emílio Garrastazu Médici.

Nessa época, amargurado com a derrota, Golbery desceu do seu silêncio e deu aquela entrevista, que citamos no início, ao *O Jornal*, na qual há um recado claro para os *Costistas*.

Dois anos depois, em 1969, Castello Branco já era falecido, Costa e Silva morrera no poder e o general Médici seria o presidente da República.

O general Golbery, aposentado do Tribunal de Contas da União, estaria em outra presidência: da Dow Chemical, um dos maiores grupos petroquímicos do mundo.

Duas cenas, não confirmadas, mas já incorporadas ao folclore político de Brasília. Talvez haja imprecisão nos detalhes mas elas valem como ilustração:

1) Final de 1972. O major Heitor Aquino, diretor do projeto Jari, que o milionário norte-americano Daniel Ludwig implanta na Amazônia, está se transferindo para dirigir o escritório da empresa no Rio. Recebe a visita inesperada do general Golbery. Vem convencê-lo a trocar a empresa privada pelo cargo de secretário pessoal do presidente da Petrobrás, Ernesto Geisel. Vale a pena: certamente, Geisel será o próximo presidente da República.

2) Metade de 1973. Reunido com seu conselheiro político, Hugo Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil, e com o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI, o presidente Médici está praticamente convencido: o nome para a sua sucessão terá que ser mesmo Ernesto Geisel, cuja candidatura tem como suporte principal o general Orlando Geisel, ministro do Exército e irmão do candidato. Falta um pequeno detalhe e Médici consulta o chefe do seu Gabinete Militar, o general João Baptista de Figueiredo:

— Qual é o relacionamento do Ernesto com Golbery? pergunta Médici.

— Não se vêem há muito tempo, estão com as relações praticamente cortadas, responde Figueiredo.

•

Dias depois, a 12 de junho, Geisel foi *ungido*, como dizem as revistas semanais. E uma das primeiras figuras a chegar ao Largo da Misericórdia, onde se formularia a estratégia do governo Geisel, foi a do general Golbery, — para queixa de sua mulher, dona Esmeralda, que tinha que ir buscá-lo todos os dias, à noitinha.

Ari Campista: "Ele é um homem fascinante. Conhece profundamente as pessoas, é capaz de penetrar no íntimo delas e revelar seus segredos".

A ênfase que, normalmente, se dá à discreção do general Golbery — por este não falar à imprensa, não aparecer em público, agir em silêncio e tudo mais — é inevitável. Mas não ajuda a construir uma imagem verdadeira dele.

Diz um jornalista com acesso ao Gabinete Civil:

— Ele é um ótimo papo. Capaz de manter uma longa e interessante conversação sobre qualquer tema. É gentil, bem humorado, espirituoso. Sabe ouvir, colhendo tudo o que lhe interessa, e sabe falar, sem dizer nada que não queira.

Em 1975, o jornalista Ben Bradlee, editor do *Washington Post* esteve em Brasília e teve uma audiência com Golbery. Ficou 40 minutos em seu gabinete e saiu encantado:

— Eu esperava encontrar um general sul-americano, truculento, limitado intelectualmente. Me supreendi. Ele é um intelectual, culto, delicado, confessou Bradlee a um amigo.

— Ele é um homem fascinante, conhece psicologicamente as pessoas que o cercam, é capaz de penetrar no íntimo delas e revelar os seus segredos, diz Ari Campista.

Campista, com 36 anos de liderança sindical, há 12 mandatos na presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, é reticente, mas dá a entender que se conheceram quando o general era secretário do Conselho de Segurança:

— Como é que o senhor ficou amigo do general?

— Ah, faz muito tempo, é uma longa história...

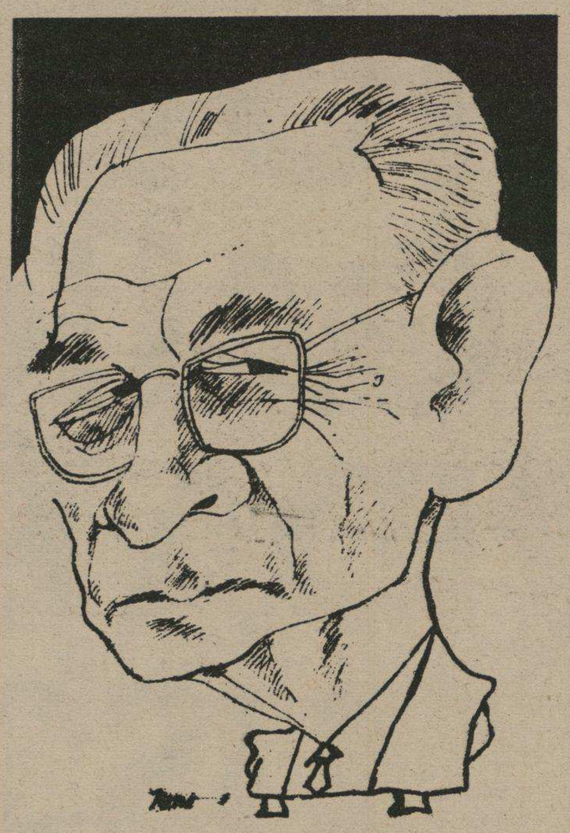
— Antes de 64?

— Ah, sim, antes...

Relutante, Ari Campista começa a dizer que próximo a 64, seus contatos eram mais freqüentes com Golbery:

— Conversávamos muito, longamente. Ele perguntava: e fulano, me conte dele, como é que ele é, o que é que ele diz. Ele é um homem que conhece profundamente os problemas trabalhistas. Como é que ficamos amigos? Ah, ele lhe contará se quiser.

A agenda de Golbery é um bom termômetro da sua atuação. No ano passado, entre março e dezembro, ele recebeu 1.500 pessoas. Uma passada de olhos nessa lista permite ler nomes tão opostos quanto o de Paul Singer, economista, homem de esquerda e membro



do Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebrap), e o de Múcio de Ataíde, empresário que popularmente foi chamado o *Abdalla da Barra*, pelo vulto dos negócios pouco lícitos que fez com imóveis na Barra da Tijuca.

Também aparece com freqüência incomum o nome de Paulo Salim Maluf, ex-prefeito de São Paulo, que num lance de extrema ousadia acabou arrebatando o governo paulista depois de entregue a Laudo Natel. É bom lembrar que o ano passado foi um ano especialmente difícil para Maluf, diretamente envolvido no chamado Escândalo Lutffalla, em que o jogo de influência fez com que o BNDE metesse quase 700 milhões de cruzeiros em financiamento a um grupo de empresas falidas, o grupo Lutffalla, da família da mulher de Maluf.

— No auge dessa fofoca toda, ele vinha quase toda a semana aqui, conta um assessor do Planalto.

— O general gasta boa parte do seu tempo recebendo pessoas. Ele recebe todo mundo, ouve a todos, é o seu estilo, diz outro.

Na verdade, uma das funções da chefia da Casa Civil é esta, já que, simplificadamente, suas atribuições são de ligação do executivo com a área política e coordenação administrativa entre os ministérios. O lugar ideal para quem é dado a articulações, embora Golbery dedique-se a articulações mesmo quando não está no lugar ideal para isso. No governo Castello Branco, como chefe do SNI ele estava no lugar menos adequado.

Isto É

No Planalto, com Figueiredo, um dos poucos que freqüentam sua casa

No entanto, era quem mais conversava com os políticos.

•

Como chefe da Casa Civil, Golbery prepara a agenda do presidente, entrevista-se preliminarmente com todas as pessoas a quem o presidente concede audiência e despacha com Geisel pelo menos 4 vezes por dia, podendo ser chamado a qualquer instante para consultas.

Dentro do Palácio do Planalto lidera um grupo coeso, liderança essa que lhe valeu a acusação feita no famoso relatório do ex-chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu, de que comandava "um joguinho", que envolvia o próprio presidente.

Quando ainda estava no Planalto, como chefe do SNI, João Baptista Figueiredo formava com o major Heitor Aquino Ferreira, secretário particular de Geisel, a dupla mais ligada a Golbery. Com Figueiredo, ele teve os primeiros encontros em 1958 e daí em diante não mais perderam o contato um com o outro. Em 1961, levou Figueiredo para trabalhar com ele no Conselho de Segurança Nacional, e depois, em 1964, quando criou o SNI, nomeou-o chefe da agência do órgão no Rio. Consta que quando foi convidado por Médici para chefiar o Gabinete Militar, Figueiredo consultou Golbery antes de aceitar. Consta.

O major Aquino ainda era cadete quanto chegou ao mesmo Conselho de Segurança Nacional, em 1961. Intelectual, é um discípulo político de Golbery e tem até mesmo pretensões de ser seu herdeiro.

Hoje, Aquino Ferreira é quem seleciona o material dos jornais nacionais e estrangeiros para o presidente ler, e é um dos poucos assessores que freqüenta os fins de semana de Geisel.

•

Pela função, Golbery mantém contato permanente com todos os ministros. Mas chama atenção a freqüência com que Mário Henrique Simonsem, ministro da Fazenda, Antônio Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores, e Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e Comércio, o procuram e consultam sobre todos os assuntos.

— Simonsem chega a falar umas 15 vezes por dia com ele pelo telefone, informa um assessor.

O ex-ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, reconhece que teve que deixar o governo porque discordava frontalmente da política econômica seguida por Simonsen. Mas acredita que sua "rebeldia ao esquema Golbery" ajudou a deteriorar suas relações dentro do Planalto.

— Eu falava direto com o presidente, não passava pelo Gabinete do Golbery, nem na ida e nem na volta. Sei que ele não gostava disso, diz Severo.

Mas, foi numa conversa no Gabinete de Golbery que Severo chegou a decisão de exonerar-se.

•

Um militar da reserva, que trabalhou no Planalto e conhece os seus meandros, faz um cálculo e estima que dos 400 cargos da administração federal — incluindo ministros, chefes de gabinetes, presidentes de grandes empresas estatais —, pelo menos em 300 deles estão pessoas de confiança do *chefe*.

•

Apesar de tudo isso, seus amigos mais chegados dizem que ele se envaidece apenas de uma coisa: de seus dotes de intelectual. Dizem que uma façanha digna de nota seria surpreender Golbery levando-lhe um livro importante sobre qualquer assunto que ele ainda não tenha lido.

É com os livros que ele consome quase todas as suas horas de folga. Depois do deslocamento de retina que sofreu em 1975, teve que abandonar o único esporte que praticava: as cavalgadas em seu sítio, em Rezende, no caminho de Belo Horizonte, onde está organizando uma pequena fazenda.

À sua casa, na Granja do Ipê (residência oficial do chefe da casa civil), poucas pessoas tem acesso. Uma delas, a que o visita com mais freqüência, é o general Figueiredo. Apesar da amizade de tantos anos entre Golbery e Geisel, eles não se visitam.

Escala

ALUGUE UM CARRO DA AUTO LOCADORA GAÚCHA. A VIDA É CURTA E ISSO É MUITO BOM.

Nos sábados e domingos fica assim de gente na Auto Locadora Gaúcha: todo mundo alugando carro pra sair por aí. Faça isso também.

Só não esqueça de que na segunda a vida continua.

E para que ela continue boa, você às vezes precisa alugar um carro no meio da semana. Quer ver?

Ou o seu carro foi para a oficina e você fica a pé.

Ou você tem que viajar e não quer gastar o seu carro.

Ou sua mulher precisa dar umas voltas de carro e você empresta o seu, o que fazer? E vai por aí.

Razões não faltam pra que você fique na mão uma ou outra vez.

Nessas horas, lembre-se de que a vida é curta. E que é preciso aproveitá-la, como diz o sujeito aquele na televisão. E alugue um carro da Auto Locadora Gaúcha.

É mais barato do que você pensa e é muito bom.

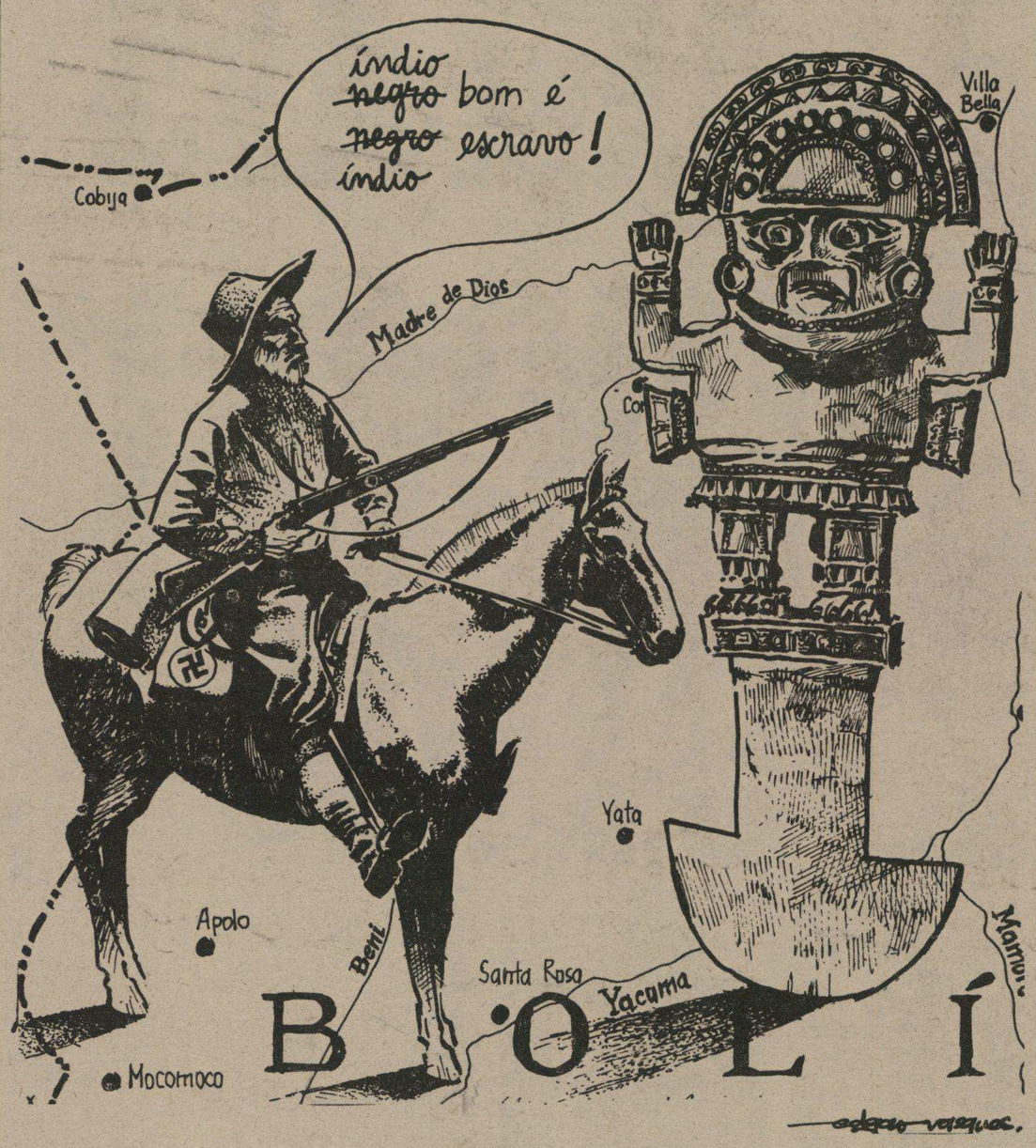
AUTO LOCADORA GAÚCHA

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.
Loja 1: Conceição, 364 - fones (PABX) 21-3333, 21-5555 e 24-5166 - Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja 2: Av. América, 211 - fones 22-4510 e 22-2121 Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja Aeroporto: fones 42-4510 e 42-5363 Horário: Atendimento até à chegada do último vôo.

O racismo vem aí. Pago em dólares

Em silêncio, segue o plano para a transferência de racistas brancos da África para a América Latina. Talvez para a Bolívia na fronteira do Brasil

Por Guilhermo Montero Vazquez



O telegrama procedente de Londres, que chegou dias atrás às redações de vários jornais, informava que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha haviam acertado, finalmente, a realização de uma operação de *resgate*, monstruosa por sua magnitude, e que teria por finalidade salvar a vida de 250 mil colonos brancos atualmente residentes na África do Sul.

O plano consistiria, basicamente, na utilização de pára-quedistas, acompanhados por uma ponte aérea e marítima, para evacuar os refugiados. Esta operação foi declarada como *prioritária*, caso a luta contra os guerrilheiros negros torne-se insustentável.

Este é o aspecto mais anedótico do assunto, no qual, quase que exclusivamente, concentrava-se a informação. Por trás disso, porém, está a necessidade de conhecer-se o local para onde seriam transportados esses colonos, que em sua maioria são de nacionalidade ou ascendência alemã, inglesa e holandesa.

Este outro lado da questão, que por haver sido deixado cuidadosamente de lado pelos informantes, constitui-se em todo um caso de relações internacionais, onde intervém as mais poderosas multinacionais financeiras, representantes de conhecidos ditadores latino-americanos, e representantes oficiais de algumas das mais fortes nações do Ocidente.

Com efeito, em um extenso documento elaborado pela Universidade de Uppsala (Suécia), pode-se reconstruir em toda a sua extensão a amplitude e antiguidade do plano internacional de transferência de colonos da África do Sul, Namíbia e Rodésia, para países latino-americanos, especialmente a Bolívia.

SEM RODEIOS

Em novembro de 1976, reuniram-se na Costa Rica, a convite da República Federal da Alemanha, representantes da Bolívia, Equador, Argentina, Uruguai, Brasil e Venezuela, junto a diplomatas da Holanda, Inglaterra e Alemanha Federal, e demais autoridades do CIME (Comitê Internacional para Migrações Européias). Nesse encontro, o enviado do então presidente boliviano, general Hugo Banzer, foi o único a interessar-se e aceitar sem rodeios a proposta alemã.

Essa proposta é a seguinte: o país que aceitasse em princípio 30 mil famílias de colonos de nacionalidade alemã, receberia 180 milhões de dólares, que seriam canalizados através de instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Eximbank.

A partir dali concretizaram-se as negociações, nas quais interviu diretamente o sr. Guido Strauss Ivanovic, na época Secretário de Migrações da Bolívia. Tanto Strauss como Banzer são ligados fortemente por laços sangüíneos a famílias alemães residentes na Bolívia. Além disso, Strauss é um dos mais altos dirigentes da ultradireitista Falange Socialista Boliviana, partido que apoiou fervorosamente, nas últimas eleições, ao General Pereda Asbún, atual presidente do país, cargo a que chegou através do 189º golpe de estado da história boliviana.

Foi Strauss quem elaborou apressadamente a chamada Lei de Imigração, automaticamente aprovada pelo general Banzer, e que estabelece pontos importantes do programa: a zona onde iriam ficar as famílias de imigrantes corresponde a 800 mil hectares encravados na província de *Ballivian*, mais precisamente nas localidades de Karakara, Secure e Rurrenabaque, no Departamento de Beni, que faz fronteira com o Brasil. Este departamento possui um baixíssimo índice demográfico, que não chega, em alguns lugares, a 1/2 habitante por Km^2.

A área conta ainda com um dos microclimas mais favoráveis ao assentamento humano em todo o país, com um excelente regime de chuvas e muito boas terras, tanto para a pecuária como para a agricultura.

Estas mesmas terras são reclamadas há muitos anos por várias organizações camponesas, como o lugar ideal para a instalação de grupos de agricultores do Altiplano, que desse modo povoaria a zona melhorando as condições econômicas de um amplo setor camponês, que soma 65% do total da população bolivia.

TEMORES

Quando a notícia da imigração dos colonos veio a público, no ano passado, todas estas questões foram colocadas numa extensa e profunda discussão nacional desencadeada em toda a Bolívia. E nunca qualquer representante oficial do ex-presidente Banzer desmentiu a questão de maneira definitiva. Alguns setores da Oposição temem, inclusive, que agora, com a subida do general Pereda ao poder, se concretize a chegada dos colonos, já que existia a esperança de que, se fosse reconhecido um governo democrático, com Congresso e tudo mais, resultaria mais difícil a aprovação da medida.

Alguns aspectos que necessitam esclarecimentos: por que os grandes países industrializados e superdesenvolvidos como Alemanha, Inglaterra e Holanda, se mostram interessados em dirigir para a América Latina esses imensos contingentes de sul-africanos? Por que os colonos brancos da Rodésia, África do Sul e Namíbia querem abandonar as colônias quando e se o governo passar às mãos da maioria? Que perspectivas de concretização em realidade possui esse tipo de projeto migratório? Que conseqüências sócio-políticas, econômicas e culturais trarão a chegada dos colonos brancos? Qual é, na verdade, a posição dos movimentos guerrilheiros negros com respeito aos colonos brancos da África do Sul?

É sabido que os 500 mil portugueses que retornaram a Lisboa, logo depois da derrota do exército colonial ante as guerrilhas nacionalistas de Angola e outras colônias, desencadearam fortes tensões sócio-políticas em todo o Portugal, para onde trouxeram toda uma nova concepção política adquirida na confrontação direta com os movimentos revolucionários africanos durante longos anos de guerra. Por outro lado, a crise da economia portuguesa foi acelerada devido a chegada dessa imensa mão-de-obra desocupada, cuja maioria continua desempregada até hoje.

Países como Alemanha, Inglaterra e Holanda aterrorizam-se com a possibilidade de virem a desembarcar, em seus aeroportos, milhares de compatriotas desempregados, praticamente fugidos do suposto *terror negro* e com uma concepção político-ideológica bastante superada na sociedade européia.

Um ano atrás, o *Sunday Times* realizou uma pesquisa da qual se depreende que mais de 30% da população branca da África do Sul querem sair dali assim que tiverem oportunidade de fazê-lo. Por outro lado, estes são velhos colonizadores que não querem voltar à Europa, pois a consideram decadente e, de resto, há muito dominada pelos comunistas.

TERROR DOS BRANCOS

Segundo Sean Mc Bride, Comissário das Nações Unidas para a Namíbia, "os alemães da Namíbia são arqui-reacionários, comemoraram anualmente o aniversário de Hitler, fazem balançar a bandeira Hakkreus, e ainda possuem uma alameda dedicada a Goering na Cidade de Windhoeck".

O ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger sempre incluía entre seus planos para a África do Sul, um projeto especial para os colonos, sublinhando a necessidade da emigração dos mesmos, já que se oporiam a qualquer tipo de reformas.

Para explicar-se o porquê da necessidade de fuga dos colonos brancos da África do Sul, é necessário esclarecer que geralmente se dá como motivo o *terror* praticado pelos negros contra os brancos. Mas por trás disto parece estar o efetivo terror dos brancos ante a possibilidade de, com um governo da maioria negra, perderem seus inúmeros privilégios.

Evidentemente, os brancos não são ameaçados como raça, pelos nacionalistas negros, pois "todos os movimentos de libertação da África do Sul apontam à abolição da discriminação racial e não para uma nova forma de opressão racista. Só os privilégios baseados na origem das raças são os que estão ameaçados", dizia uma declaração do Conselho Nacional Africano, que agrupa todos os movimentos de Libertação.

Na sua própria Carta Constitucional de Liberdade, emitida em 1955, declara: "O povo africano declaramos e anunciamos a todo o nosso país e ao resto do mundo, que a África do Sul pertence a todos os que vivem aqui, negros e brancos, e que nenhum governo pode exercer sua autoridade sem fundamentar seu poder na vontade do povo".

(*Continua na página seguinte*)

Todos os direitos aos brancos "puros"

De acordo com estimativas de 1974, há, no Sul da África, 4,16 milhões de brancos (16,6% da população total); 17,7 milhões de africanos (71,2% da população total); 2,3 milhões de mulatos (9,3% da população total) e, por último, 0,7 milhões de asiáticos (2,8% da população total).

As leis do Apartheid **concederam aos brancos o direito a 87% do total das terras, em lotes distintos. Os restantes 13% foram outorgados à maioria da gente de cor, representando 83,3% do total de habitantes.**

Os negros (todos os não brancos) são discriminados em assuntos de habitação, educação e trabalho. Existe uma regra geral que diz: não há brancos subordinados a não brancos. A discriminação social, portanto, está regulamentada, em detalhes, sobre bases absolutamente racistas.

Em Zimbabwe existem hoje 280 mil brancos e 5,3 milhões de africanoas. Segundo a Lei de Posse da Terra, de 1969, os europeus controlam 45% das terras cultiváveis, enquanto que 39,9% estão reservados para os africanos, sob o nome de Tribal Trust Land.

Praticamente todas estas leis são cópias do modelo Sul-africano de Ian Smith, como é o caso do Passe Livre vigente em Zimbabwe. Segundo ele, nenhum negro pode viajar ou mudar de direção se não estiver autorizado expressamente por seus patrões ou pelas autoridades do lugar, geralmente brancos.

Você jamais vai esquecer os 25 anos do Real.

AMPLA

O Real, Kastelão e Comes & Bebes estão sorteando dois Corcel por mês. Um jeitão todo especial do Real comemorar seus 25 Anos. Um acontecimento tão importante, que o Real quer torná-lo inesquecível.

comes&bebes

KASTELÃO

Proc. n.º: 1080-05340/78 - Sec. Rec. Federal MF. Brasília - Autorização N.º 01/553 de 06.07.78.

Em recentes declarações ao *Le Monde*, o dirigente nacionalista rodesiano Roberto Mugabe disse: "Uma vez declarada a independência de Zimbabwe, este será um estado multiracial, sem discriminação contra os brancos ou os negros". E acrescentou que "os brancos que desejam sair serão autorizados a levar consigo tudo o que quiserem, mas a idéia de uma compensação está baseada num princípio absurdo".

SAQUEADORES

Nada indica que não são reais as possibilidades de concretização da chegada dos colonos ao continente latino-americano. Em março de 77, 35 plantadores de fumo rodesianos, representando de 3 a 4 mil membros das cooperativas agrárias, visitaram a Argentina para negociar preços de terras em algumas províncias do litoral. Em fevereiro do ano passado, ainda, estiveram na Bolívia o sr. Leon chefe da seção de assuntos latino-americanos do CIME, e vários outros membros da organização, visitando as zonas de assentamento dos colonos.

O jornal católico *Presencia,* de La Paz, em artigo publicado no ano passado, já advertia para as conseqüências da instalação de colonos em territórios boliviano: "Os saqueadores da África, com a ajuda das empresas internacionais, não perderiam tempo em construir um império econômico que converteria a nossa gente, que já é pobre, em uma classe trabalhadora de baixíssimos salários. A história nos tem demonstrado que nenhum país tem melhorado em seus modos de vida com este sistema de colonialismo. Ao contrário, a história do colonialismo nos chega plena de miséria, exploração e opressão, e o mesmo ocorrerá na Bolívia".

Prossegue o jornal: "Em pouco tempo teríamos uma versão do *apartheid* estabelecida neste lado do oceano, com um povo submetido à opressão racial. Nossa vida cultural também sofreria um choque de devastadora magnitude. Os valores, tradições e hábitos trazidos por estes imigrantes são negativos. A Bolívia não consolidou ainda sua unidade nacional e a chegada de um grande grupo como este constituiria uma força maior a serviço da desintegração".

Augusto Cespedes, um dos mais conhecidos escritores contemporâneos bolivianos, manifestou-se contra "A importação em massa a este país, formado por uma maioria de índios, camponeses e mestiços, de milhares de homens brancos da mais garantida pureza. Nada menos que os brancos do Sul da África, aqueles mesmos que conservaram sua pele imaculada através do *apartheid,* em meio a maioria negra."

Tampouco falta na Bolívia, atualmente, quem afirme que os colonos seriam absorvidos pela maioria indígena, coisa muito difícil de acontecer, como parece demonstrar a história dos últimos 4 séculos na África.

Segundo as últimas informações chegadas desde a zona do Departamento de Beni, atualmente se constroem duas estradas e aeroportos, bastante mais modernos que os exigidos pelos poucos camponeses que vivem na área e que ainda utilizam pesados carretões puxados a boi para seu transporte.

Isto parece indicar inequivocamente que logo teremos uma nova versão do *apartheid* instalada neste lado do oceano, exercido desta vez sobre os Aymaras e Quechuas, únicos e últimos remanescentes do antigo Império Inca.

Os socialistas de ontem

Aos 86 anos, morando em Pelotas, Bruno de Mendonça Lima ainda conserva viva a memória, lembrando os tempos em que foi candidato ao Governo do estado pelo PSB. E diz que "há espaço político a ser ocupado pelo Partido, hoje"

Quando surgiram as primeiras propostas de um programa socialista no Rio Grande?

Bruno — O PS começou a ser articulado em 1935, quando se organizaram as suas principais idéias. A oportunidade para isso foi a proposta de união dos programas dos partidos Republicano e Libertador. Esses dois partidos eram terrivelmente antagônicos. Mas depois, levantada a candidatura de Getúlio Vargas para a Presidência da República, os republicanos e libertadores se uniram para formar a Frente Única. E ficaram nisso: os programas não se modificaram e os partidos não se uniram realmente. Apenas apresentavam chapas comuns às eleições.

Então, eu e um pequeno grupo entendemos que era uma situação anômala dois partidos com programas completamente diferentes sob a mesma legenda. Achamos que era a oportunidade de se fazer um novo partido. Quando acabou a Primeira Guerra Mundial, as idéias sociais já predominavam sobre os interesses individuais. O liberalismo, que servira para tirar os privilégios dos nobres, acabou passando essas prerrogativas aos ricos. A opressão política foi substituída pela opressão econômica e, com ela, veio o capitalismo, a exploração do trabalhador. Precisávamos de um partido para a grande massa proletária.

Tanto nós como os comunistas pretendíamos nos livrar da opressão capitalista e melhorar a situação dos trabalhadores. Mas, enquanto os comunistas queriam substituir a ditadura do capitalismo pela ditadura do proletariado, nós defendíamos a resolução da questão pela via democrática.

— Quais eram as características desse socialismo?

Bruno — Era um socialismo liberal e progressivo. Não acredito em socialismo imediato. Não acredito que amanhã, por um golpe, o Brasil pudesse transformar-se em república socialista. Enquanto não houver uma consciência socialista, fica muito difícil aplicar as idéias socialistas. Veja o exemplo do Mário Soares, em Portugal: antes de demitir-se do cargo, ele já tinha deixado de lado o socialismo, porque tinha que estar ligado a outros partidos para se manter. E depois teria o seguinte: onde estariam os administradores socialistas? Com a economia nas mãos do Estado, o empresário expropriado é que não iria administrar a fábrica agora do Governo. Sem administradores, o regime socialista seria desmoralizado.

Se o socialismo for estabelecido gradualmente, poderá dar grandes frutos. E digo mais: o Socialismo já está sendo estabelecido gradativamente no Brasil. Já temos a Petrobrás, a Eletrobrás, a Telebrás... Mesmo um regime de direita como temos hoje no Brasil está entrando pelo caminho do socialismo.

— O atual estágio do capitalismo brasileiro, com a própria quebra do monopólio estatal de petróleo, não está invertendo esse processo?

Bruno — Capitalismo e Socialismo estão agindo. Até um país como o nosso, que sofre a influência das multinacionais, vai socializando suas empresas pela absoluta necessidade disso. Não é possível resolver a questão social dentro de normas puramente capitalistas, que agem sempre na intenção do lucro. O grande problema do Brasil é a miséria. São as milhões de pessoas que não vivem uma vida digna, apesar de trabalharem. Já não falo dos marginalizados totais... É triste ver que um homem que trabalha não consegue ganhar o suficiente para sua subsistência. E o pior é que isso está seguindo uma marcha ascendente, cada vez atingindo mais camadas da sociedade.

— Depois da tentativa de um programa comum PL-PR, onde as idéias socialistas voltaram a ser defendidas?

Bruno — Nós chegamos a querer fundar, aqui, antes do PS, a União Democrática Nacional, que não tinha nada em comum com a UDN, que foi fundada bem depois. A nossa UDN não chegou a existir como partido. Antes de ser oficializada, veio o golpe de 1937, de Getúlio, que dissolveu os partidos. Só em 1946, através da Esquerda Democrática, pudemos retomar um programa socialista. Feita a constitucionalização do país, a ED foi fundada sob a liderança de João Mangabeira. Depois, a ED daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mas mesmo este partido não teve grande êxito eleitoral. Pouco depois foi fundado o Partido Trabalhista e os trabalhadores se filiavam ao PTB ou ao PC. Ninguém queria saber do meio termo, que era o PSB.

Os capitalistas acabaram se apoderando do PTB. Porque a dificuldade da democracia eleitoral é o dinheiro. É muito difícil fazer uma campanha

(*continua na página seguinte*)

Na hora de investir o seu 157, pense duas vezes e não se deixe levar por conversa.

Ninguém é obrigado a deixar o seu Certificado de Compra de Ações (CCA) no mesmo banco onde entregou a declaração de renda. Você será tentado de diversas maneiras, mas resista. Não se deixe levar por conversa. É preciso pensar duas vezes na hora de investir, para que o seu dinheiro valorize com certeza. Examine, pese bem todas as opções e vantagens que lhe oferecem. O Fundo Maisonnave 157 não é o maior, não é o que grita mais, mas, esteja certo, multiplicará o seu investimento. Experimente. Venha conhecer o que é atenção personalizada.

FUNDO MAISONNAVE 157
INFORMAÇÕES DA RESOLUÇÃO 470, DE 25.04.78
DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Exercício	Valorização das cotas (%)	Inversão feita há
1968	451	10 anos
1969	395	9 anos
1970	256	8 anos
1971	159	7 anos
1972	16	6 anos
1973	109	5 anos
1974	107	4 anos
1975	104	3 anos
1976	89	2 anos
1977	56	1 ano

1. Não houve distribuição no período. Todos os rendimentos foram capitalizados.
2. Taxa de administração de 4% ao ano sobre o patrimônio do fundo.
3. As despesas debitadas ao fundo no semestre anterior representaram 0,66% do patrimônio do mesmo período.
4. Principais participações do Fundo Fiscal Maisonnave nas empresas: Alpargatas, Fertisul, Marcopolo, Michelętto, Lojas Renner, Cia. Geral de Indústrias, Petrobrás, Albarus, Zivi, Cervejaria Polar.

Fundo Maisonnave 157
Administrado pelo

Banco Maisonnave de Investimento S.A.
Rua Sete de Setembro, 760 - Fone: 24-3566

Rio Grande, 1937: Bruno fala num comício do PSB

eleitoral sem dinheiro. Então é óbvio que aqueles que têm o dinheiro financiem uma campanha mas também canalizem-na para seus interesses. Os meios de comunicação são caros, daí a dificuldade de uma campanha popular. Agora temos a Lei Falcão, que acabou com essas chamadas "liberalidades".

— O PSB era um partido de elite?
Bruno — É, o proletariado não confiava em nós. O PSB foi fundado por intelectuais e os trabalhadores tinham desconfiança, achavam que a gente estava se lembrando deles só para explorar.

— Quais as possibilidades de um PSB agora no Brasil?
Bruno — Eu acredito que agora ele pudesse ter mais êxito do que teve no passado. Primeiro porque, embora as idéias do PC ainda tenham influência na população, o PC como partido não está organizado, não está na legalidade. Um dos maiores perigos para o PS é a infiltração comunista. E depois, outra vantagem é que agora não tem também o PTB. Esse partido acabou servindo mais dos interesses dos latifundiários do que dos trabalhadores.

Com esses dois partidos artificiais que temos hoje (Arena e MDB), há um espaço político que pode ser ocupado pelo PS. Seria o único partido que poderia, com autenticidade, se apresentar com um programa para melhorar as condições do proletariado. Porque, se abrirmos o programa desses dois partidos criados pela Revolução de 1964, vamos ver que eles são quase iguais no que diz respeito ao trabalhador: defendem o mínimo indispensável para que o operário não fique na miséria total.

Mas uma das dificuldades que voltariam a preocupar um PS atual seria a falta de dinheiro para fazer campanha política. No passado, o PSB chegou a ter uma certa prosperidade no Centro do País. Possuía sede própria na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Não sei que destino foi dado a esse patrimônio com a extinção dos partidos.

— O PSB foi extinto junto com os demais partidos, em 64, ou ele se dissolveu antes?
Bruno — Antes de 1964, o Partido já vivia mal, mas ainda vivia. Acabou como cabaram todos os outros partidos: com a Revolução.

— Lembrando agora sua candidatura ao Governo do estado em 1950, como estava o cenário político da época? Como foi lançado o seu nome?
Bruno — A minha candidatura foi lançada mais com fins estatísticos. Nós queríamos saber quantos adeptos tínhamos no PSB. As eleições para deputados e outros cargos não servem para fazer estatística, porque são listas de diversos nomes. Mas foi um desastre a minha estatística... Foi eleito para deputado o Cândido Norberto, mas sua grande votação era resultado de seu prestígio como radialista e não uma vitória do PSB. Nós aproveitamos o seu prestígio para promover o partido. Se computássemos esse resultado, teríamos conclusões ilusórias sobre a verdadeira penetração do Socialismo no estado.

— Em 1954, com a canditura para Governador de João Pereira de Sampaio, o PSB obteve uma votação menor ainda.
Bruno — O povo não compreendia nossa pregação. Nós entendíamos que um partido não é para viver só em época de eleição. O PS tem a missão de educar politicamente o povo. Então, nos comícios, tínhamos o cuidado de não ficarmos apenas nessa atitude politiqueira de atacar o Governo. Nós mostravamos os erros do regime que estávamos vivendo. Criticavámos o regime econômico adotado, não o Governo. Porque este nasce governado pelo regime.

Nós queríamos mostrar ao povo que esse regime econômico poderia ser modificado se ele aderisse às idéias socialistas nas eleições. Na nossa sede em Porto Alegre, fazíamos palestras todas as semanas. Ia pouca gente, mas eles aprendiam o que era Socialismo. Tínhamos também sedes do PSB em Pelotas e Rio Grande, onde chegamos a eleger o prefeito Ubatuba Faria, em 1954. Provavelmente, ele teve muito apoio do PC: em Rio Grande havia muito comunista. Mas, seja como for, a candidatura dele era pelo PSB. Lá era também o nosso grande reduto eleitoral.

— Nas eleições de 1958, o PSB não concorreu. Mas em 1962, ele apareceu dentro da Aliança Republicana Socialista, em coligação com o Partido Republicano. Que composição política era essa?
Bruno — Essa Aliança Republicano Socialista surgiu quando o PSB já estava desaparecendo. O Partido Republicano é uma coisa triste: antes, na época de Borges de Medeiros, era o grande partido que dominava o Rio Grande do Sul. Depois se reduziu a nada e, muitas vezes, cedia a legenda para os comunistas, como aconteceu nessas eleições de 1962. O PC, nessa época, já estava na ilegalidade.

ELEIÇÕES DE 1950

Para a Presidência da República		
Getúlio Dornelles Vargas	PTB	346.798 votos
João Mangabeira	PSB	636 votos
Para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul		
Ernesto Dornelles	PTB	329.884 votos
Bruno de Mendonça Lima	PSB	858 votos

ELEIÇÕES DE 1954

Para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul		
Ildo Meneghetti	Frente Democrática (PSD—PL—UDN)	386.821 votos
João Pereira de Sampaio	PSB	73 votos

Fonte: Justiça Eleitoral

Em 12 anos, três eleitos no estado

— O Partido Socialista Brasileiro renascerá com a reabertura política, com a anistia ampla e irrestrita, a convocação de uma Constituinte e o retorno do País à normalidade democrática.

Germano Bonow Filho, tem certeza disso. Fundador e presidente do PSB no Rio Grande do Sul, atualmente juiz federal aposentado, ele lutou pela plenitude do habeas-corpus e pela anistia no final do Estado Novo. E recorda: "O artigo 177 da Constituição de 1937 era mais virulento que o atual AI-5. Mas o empenho da sociedade nacional conseguiu derrotá-lo".

Depois dessa vitória contra a ditadura de Vargas puderam aparecer no Brasil os novos partidos políticos e, com eles, a Esquerda Democrática (ED), ala dissidente da UDN, Líder político ativo na época, Bonow foi um dos fundadores da ED, que daria origem — com o mesmo programa — ao PSB.

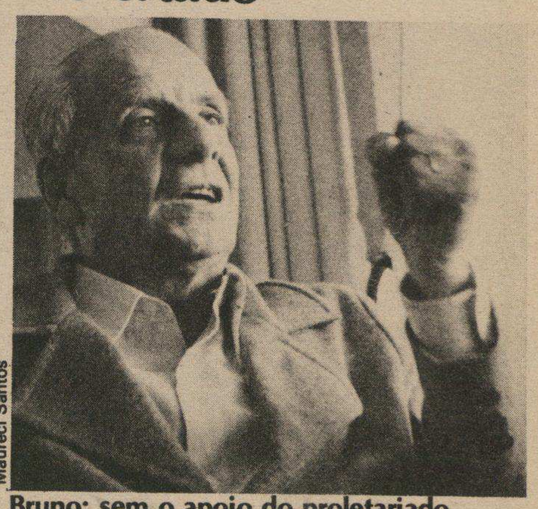
Um dos principais objetivos do Partido Socialista Brasileiro era a transformação da estrutura econômica da Sociedade, "incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção". No caso da terra, essa socialização seria realizada "segundo a importância demográfica e econômica das regiões e a natureza da exploração rural, organizando-se fazendas nacionais e fazendas cooperativas, assistidas estas, material e tecnicamente, pelo estado".

O programa observava também que "o estabelecimento de um regime socialista acarretará a abolição do antagonismo de classe". Mas esclarecia habilmente, mais adiante, que o PSB lutaria "pelos interesses de todos que vivem do próprio trabalho", estendendo esse conceito a operários, funcionários públicos, profissionais liberais, agricultores mesmo pequenos produtores e comerciantes. Entre outros pontos, o programa defendia o parlamentarismo, a autonomia do Judiciário, o direito à greve, o ensino gratuito em todos os graus e o divórcio.

Antes de liderar o socialismo que emergia no Rio Grande, Germano Bonow Filho iniciou sua atividade política no meio estudantil, sendo fundador e presidente da União Estadual de Estudantes (UEE) no estado, também fundando e sendo o primeiro diretor do Teatro do Estudante (que teve entre seus atores José Lewgoy).

A luta pela anistia foi a transição de Bonow para a política partidária. Em 1946, participava da organização da Esquerda Democrática, entidade que concorreria no estado às eleições de janeiro de 1947 para o senado federal e suplência de senador com os candidatos Bruno de Mendonça Lima e Afonso Pereira da Silva.

Em 1950, já transformado em PSB, o partido ousaria concorrer à Presidência da República, apresentando contra a candidatura de Getúlio Vargas, pelo PTB, a de João Mangabeira. Embora inevitavelmente derrotado por Vargas, o PSB conseguiu eleger para o senado federal Domingos Veloso, colocando na Câmara de Deputados o jornalista Osório Borba e o ex-deputado federal pela ED, Hermes Lima, "a quem o Brasil deve a tese do monopólio estatal do petróleo", lembra Bonow.


Maureci Santos

Bruno: sem o apoio do proletariado

No Rio Grande do Sul, o PSB lançou nesse ano a candidatura de Bruno de Mendonça Lima ao governo do estado, elegendo Cândido Norberto para deputado estadual — segundo mais votado depois de Leonel Brizola. Nas eleições municipais, o único candidato socialista que obteve êxito foi Raimundo Martins de Quadros, em Carazinho.

"Quadros foi o primeiro vereador cassado no estado em período constitucional", recorda Bonow, que conseguiu reinvesti-lo no cargo interpondo um mandado de segurança. Motivos alegados pela Câmara de Carazinho para tentar cassar o mandato do representante socialista: ele fora o único voto contrário ao aumento dos subsídios dos vereadores e queria processar o prefeito por atos lesivos aos cofres públicos. Mais tarde, "por motivos políticos ou não", Raimundo foi assassinado. O assassino, um promotor público, conseguiu a absolvição.

— Nas eleições de 1954 apresentamos como candidato ao governo do estado João Pereira de Sampaio. Articulamos para apoiá-lo uma frente popular que foi traída pelos comunistas. O Cândido conseguiu reeleger-se, embora com menos votos, mas não pudemos alcançar o quociente eleitoral para colocar um representante na Câmara Federal.

Mesmo não conseguindo eleger candidatos, nesse ano o partido obteria no Rio Grande do Sul, 23.664 votos, o dobro do resultado obtido pela legenda em 1950: 12.867 votos. Foi o maior crescimento apresentado. Desde aí, o partido declinaria, deixando de concorrer nas eleições de 1955 e na de 1958, fazendo seus últimos esforços em 1962, sem êxito.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA-RS

Supervisionada pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações Empresa associada da ELETROBRÁS

COMUNICAÇÃO AOS CONSUMIDORES

A Companhia Estadual de Energia Elétrica vem a público comunicar que em vista da evolução favorável dos níveis de armazenamento nos principais reservatórios da Região Sul, não persistem mais as razões determinantes de medidas restritivas no uso de energia elétrica.

Renova, contudo, a recomendação da conveniência do uso racional de energia, como forma permanente de economia nacional.

Agradece a colaboração de seus usuários com a qual foi possível evitar medidas restritivas drásticas no suprimento de energia elétrica.

Porto Alegre, 16 de setembro de 1978.

A Diretoria

A democracia relativa nasceu em Nova Iorque

A democracia relativa não é criação do Palácio do Planalto ou da Escola Superior de Guerra, como afirma grande parte da imprensa e dos cientistas políticos. Ela nasceu em Nova York, mais precisamente na cabeça do professor americano Samuel Huntington, e foi tema das reuniões da Comissão Trilateral organizada por David Rockfeller, em 1973, para pensar soluções para a crise que abateu-se sobre a economia dos países do Primeiro Mundo.

A Comissão Trilateral formada por representantes das principais empresas e bancos multinacionais dos Estados Unidos, Japão e Mercado Comum Europeu, além de políticos e intelectuais — chegou mesmo a apresentar a tese da democracia relativa como fator fundamental à estabilidade política das nações terceiro-mundistas, possibilitando, assim, o crescimento econômico do sistema capitalista.

Com declarações desse teor, o padre Xabier Gorostiaga prendeu a atenção de uma platéia de 100 seminaristas que assistiram à sua palestra de quase duas horas, num estabelecimento religioso, em Porto Alegre, no final de agosto.

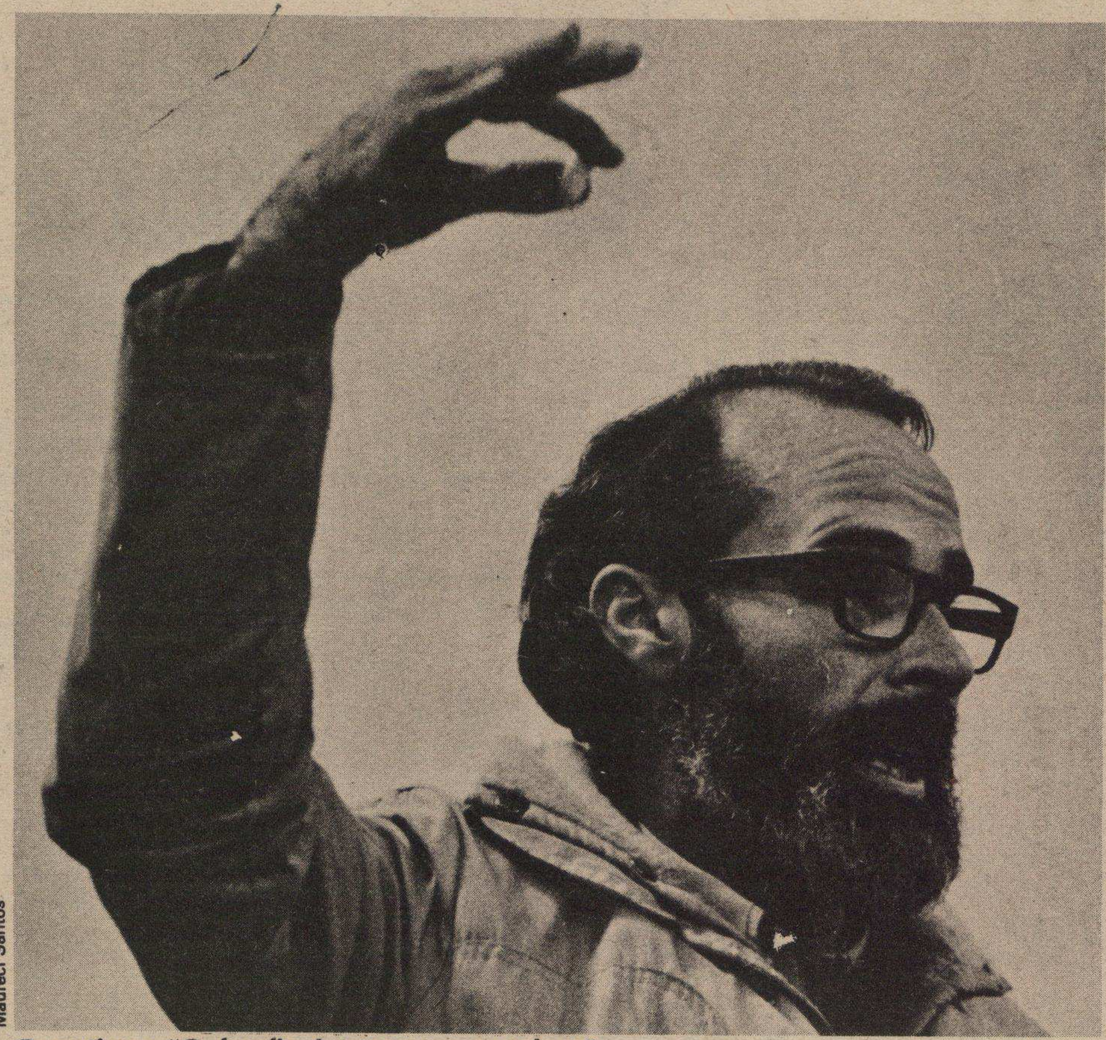
Xavier Gorostiaga é um Jesuíta doutorado em Economia pela Universidade de Cambridge e que há anos trabalha junto às populações pobres das barreadas (favelas), dos índios e dos camponeses do Panamá.

Diretor do Centro de Estudos y Acción Social (Ceaspa) daquele país, Gorostiaga acompanhou, também, na qualidade de assessor do Ministério das Relações Exteriores panamenho, a elaboração do tratado do Canal. E demitiu-se do cargo, desempenhado durante três anos e meio, quando viu que era impossível salvar os interesses do Panamá nas negociações com os Estados Unidos.

Desde então, enquanto prepara-se para os trabalhos da Terceira Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM), que se reunirá no próximo mês em Puebla (México), o jesuíta basco tem realizado palestras em toda a América Latina. O tema, quase sempre, são as multinacionais e a Comissão Trilateral.

Nestas conferências, normalmente feitas a auditórios formados por religiosos, Gorostiaga afirma: "Me causou muita surpresa constatar que, no Brasil, acredita-se que a democracia relativa é um invento das classes dirigentes nacionais. Desde 1960 ela está muito bem pensada em Nova York por um dos principais pensadores da Comissão Trilateral, professor Samuel Huntington. Ele afirma que a democracia relativa é a melhor forma política para assegurar a estabilidade dos regimes latino-americanos e o crescimento dos lucros das multinacionais".

E mais: como prova de que a estratégia formulada por Huntington foi seguida à risca pelos interessados, basta o fato de que "o Brasil, um estudioso dos regimes militares, é o país latino-americano onde a economia está mais comprometida com as multinacionais Aqui se instalou 76% do capital estrangeiro que atua no Terceiro Mundo".



Maureci Santos

Gorostiaga: "O desafio é estar com os pobres"

800 PADRES MORTOS

Mas o que tem isso a ver com a Igreja? Muito, assegura o Jesuíta: "O fenômeno das multinacionais alastrou a miséria para dois terços da Humanidade, que passa fome, desemprego, desnutrição e falta de habitação. Conscientemente ou não, a Igreja tem legitimado este Sistema. Mas está surgindo uma nova Igreja, que se põe a favor dos setores populares. Uma Igreja que opta por um projeto alternativo de sociedade que não produza miséria para muitos ao mesmo ritmo acelerado que produz riqueza para uns poucos".

— Nós, jesuítas, pensávamos que a sociedade cristã podia se concretizar educando-se a gente rica, inteligente e poderosa. Mas 400 anos de História nos mostraram que estávamos errados. Do poder, da cultura e da riqueza não se pode criar justiça. Estar com os pobres é o desafio mais difícil que tem a Igreja hoje, porque significa enfrentar o Sistema. Desde 1968, mais de 800 sacerdotes foram mortos, expulsos ou presos na América Latina.

— No início da década de 50, a maioria das empresas e bancos no Brasil eram nacionais. Hoje, 70% deles são multinacionais. A invasão do capital estrangeiro se deveu às altas taxas de lucros obtidas aqui, como em todo o Terceiro Mundo. Esses lucros são sempre bem maiores do que os obtidos nos países de origem das multinacionais. O *First National City Bank*, por exemplo, em 1977 obteve 83% de seus lucros fora dos Estados Unidos.

— Esse dado também pode exemplificar uma das características da ação das multinacionais: a acumulação de lucros em escala global. As outras duas características são o sistema de produção e a estratégia de produção também globais. Ou seja, essas empresas — espalhadas por todo o mundo — usam tecnologia, capital, matéria-prima e mão-de-obra onde eles são mais baratos, vendendo o produto em vários mercados. O vasto complexo de filiais permite ainda que, para eliminar concorrências, a multinacional possa vender abaixo do custo durante um certo período.

QUATRO GRUPOS

A estrutura política do mundo também foi afetada por esse fenômeno. Até 1950, as nações estavam divididas em dois grandes blocos — Primeira e Terceiro Mundo, países industrializados e países produtores de matéria-prima, países ricos e países pobres. Na década de 60, com a expansão das multinacionais desde os Estados Unidos, Europa e Japão, o mundo se dividiu em quatro grupos: o bloco dos países que têm capital, tecnologia e recursos naturais (Estados Unidos); o bloco dos países que têm capital, tecnologia mas não têm recursos naturais (Mercado Comum Europeu, Japão); os países com grandes recursos naturais e por isso capazes de fazer grande acumulação de capital mas que não têm tecnologia (Venezuela, México, Arábia Saudita, Irã e África do Sul) e os países que não têm nenhum desses fatores mas que abrigam juntos a maior parte da Humanidade, em condições de grande miséria.

— O Terceiro Mundo, no entanto, é muito importante para a manutenção do Sistema. Cerca de 70% dos recursos naturais da Terra estão nessas regiões, que ainda possui 700 milhões de trabalhadores ativos, recebendo salários que oscilam entre um oitavo e um décimo do salário mínimo dos países do Primeiro Mundo. Um industrial brasileiro destina apenas 30% do custo final de seu produto para o pagamento de salários. Nos Estados Unidos, a mão-de-obra representa 70% do custo final de uma mercadoria.

LATINDÓLARES

Com a saturação dos mercados tradicionais, as multinacionais possuem no Terceiro Mundo um rico filão para prolongar a vida de seus produtos. Um exemplo disto é a Volkswagen. Quando o *Fusca* deixou de ser consumido pelo operariado europeu, a indústria alemã passou a produzi-lo e comercializá-lo na América Latina. Quando este mercado também saturar, a Volkswagen tenderá a se alastrar na África.

Outro fenômeno que afetou a estrutura econômica mundial e passou a influir para uma nova ordem política foi a expansão dos bancos multinacionais. "Até 1960, a América Latina só tinha 100 bancos multinacionais. Atualmente, temos 1.600 deles. O que aconteceu? Os bancos estrangeiros, ante a crise do sistema monetário ocorrida com a elevação do petróleo e a queda do dólar, saíram dos países do centro do Sistema para controlarem os petrodólares e, na América Latina, os latindólares".

— Se considerarmos a soma do capital de giro desses bancos, veremos que ela é maior do que a soma do capital de giro dos bancos centrais (estatais) das cinco maiores potências capitalistas (Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Japão). Isso significa que existe um capital fora do controle dos estados e dos governos e fora das instituições internacionais (Banco Mundial e FMI). Este capital flutuante especula e se move livremente. E também detém poder político.

COMO SER CRISTÃO?

— Com a queda da taxa de crescimento das nações latino-americanas empenhadas no *milagre econômico* (Brasil, México, Venezuela), com o alarmante fenômeno ocorrido nos países do Primeiro Mundo — que começa a estagnar sua economia em 1973 — há o desemprego e a inflação mundiais. Nesse mesmo ano, David Rockefeller, presidente do Chasse Manhattan Bank (segundo banco multinacional do mundo) convoca as principais empresas e bancos multinacionais dos Estados Unidos, Japão e Mercado Comum Europeu para uma Comissão Trilateral, que pensaria uma solução para a crise. Também são convocados políticos, cientistas e intelectuais das principais universidades e até dos principais meios de comunicação.

Uma das conclusões da Comissão: para crescer economicamente, o Sistema precisa de nações com estabilidade política. Na América Latina, os regimes baseados na Segurança Nacional e na militarização trouxeram o fantasma das nacionalizações das empresas e altos custos sociais. Para reativar a economia latino-americana é preciso uma nova forma política: a democracia relativa.

Huntington afirma que, até 1950, existiam democracias liberais que serviam para economias nacionais. Hoje as economias são globais e o sistema liberal cria excessivas demandas que o Sistema não pode satisfazer. Por isso ele sugere — não apenas para a América Latina, como para o resto do mundo capitalista fora do poder central — a democracia relativa, onde as demandas populares são limitadas.

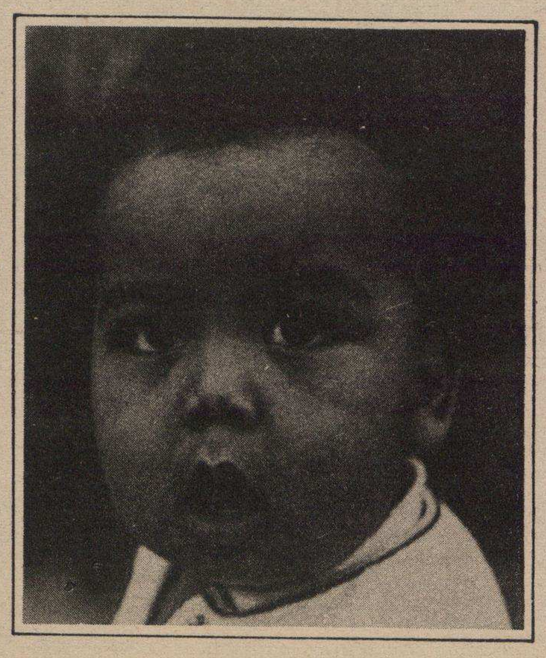
Também a campanha pelos direitos humanos foi sugerida pela Comissão Trilateral, que tinha no então senador Jimmy Carter um dos participantes mais obscuros. Além de ser um apoio à moral norte-americana, combalida por escândalos tipo Watergate e CIA, essa campanha tem por finalidade — lembra Gorostiaga — um ataque ao eurocomunismo e ao avanço socialista nos países do Terceiro Mundo.

Na América Latina, esses direitos humanos são defendidos apenas naqueles países onde os Estados Unidos vêem possibilidades de se transformarem em democracias relativas. Os que têm como alternativa à segurança nacional um governo socialista ou social-democrata não poderão ser defendidos do arbítrio.

"Como se pode ser cristão em uma sociedade concebida desta maneira?" pergunta o Jesuíta.

Angélica Moraes

atendimento de problemas da infância



SAERME
Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

O DIREITO AO TRABALHO E À UTOPIA

Por Sérgio C. Buarque

No paraíso capitalista, a substituição do homem pela máquina é um desejo e, ao mesmo tempo, um temor

Durante os últimos anos, a economia alemã registrou um desemprego de um milhão de pessoas, número equivalente a 4,5% da mão-de-obra ativa do país, sem contar os 700 mil trabalhadores estrangeiros que neste período abandonaram a Alemanha por falta de trabalho.

E as expectativas não são otimistas. De acordo com um estudo do Departamento Federal do Trabalho, se não forem tomadas medidas radicais, em 1990 a Alemanha Federal — o modelo mais acabado do chamado neocapitalismo — terá três milhões de desocupados. Ou seja: não haverá emprego para 10% da mão-de-obra ativa do país.

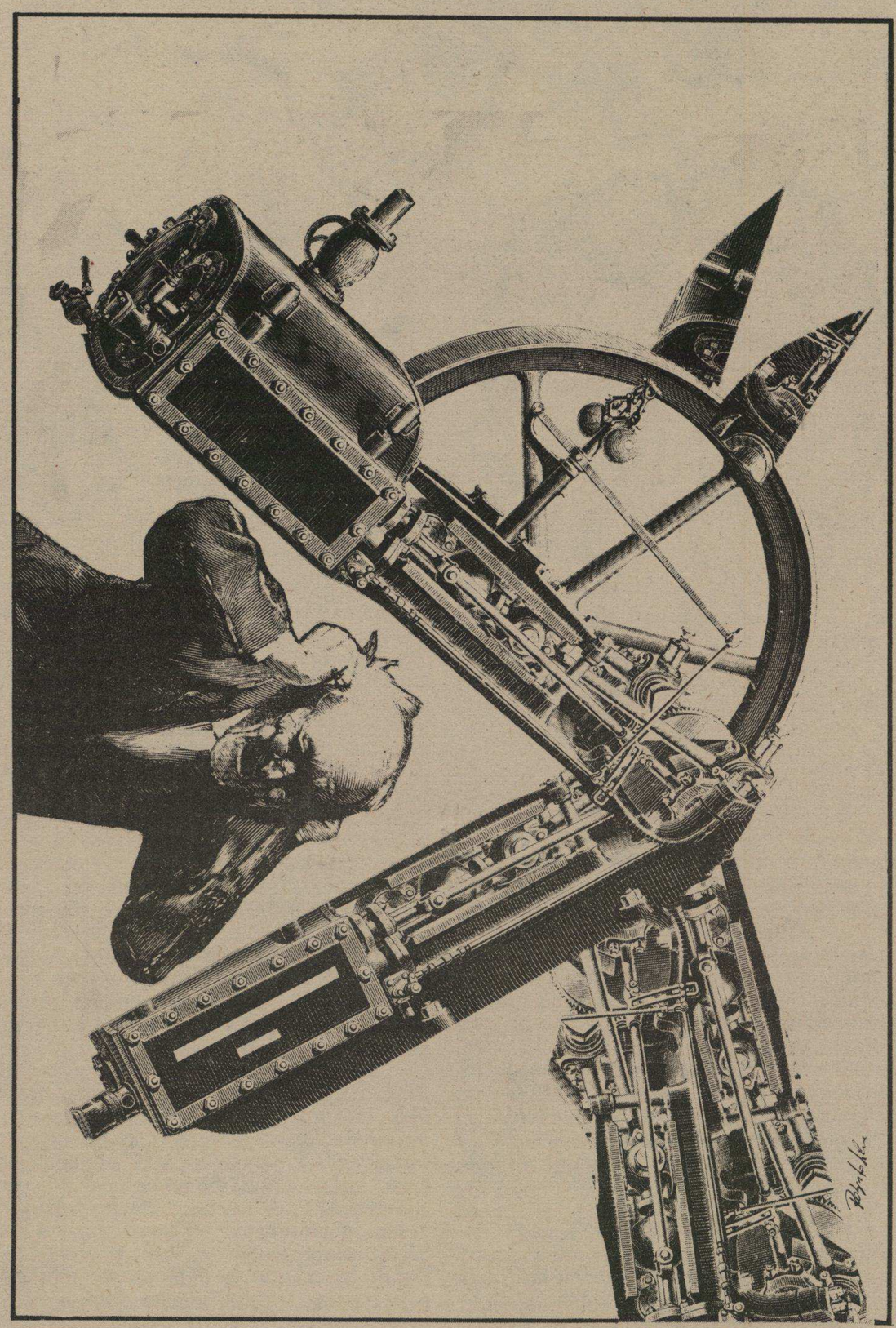
A situação torna-se mais inquietante quando se constata que os remédios tradicionais da clínica monetarista têm-se revelado ineficazes para estancar a crise — que é estrutural e atinge todo o capitalismo. A Alemanha Federal é verdade, registrou um dos mais baixos índices de inflação do bloco ocidental, mas a crise combina inflação com deflação (a estagflação) e as medidas econômicas postas em práticas apenas conseguiram conter os aumentos da taxa de desemprego. Mas, não atingiram as raízes da doença.

A crise estrutural é o resultado combinado de dois fenômenos típicos desta década: a desorganização da economia internacional, que aponta na direção de uma nova divisão internacional do trabalho* e a nova revolução tecnológica nos países mais desenvolvidos, com o aceleramento do processo de automação e racionalização dos métodos de trabalho.

O desemprego é, talvez, o aspecto mais visível. É o que traz maiores apreensões aos trabalhadores, que já constataram que o maior peso das dificuldades econômicas está recaindo sobre suas costas, e demonstram sinais de cansaço. Principalmente porque a política de favorecimento dos investimentos capitalistas está contribuindo para agravar a situação: as empresas buscam garantir os seus lucros com a concentração de investimentos na racionalização e na automação. Então, muitas vezes, em vez de criar, essa prática "destrói empregos".

Por conta disto, o problema da automação está ocupando agora um lugar importante nas negociações entre sindicatos e organizações patronais. O ano de 1978 começou com duas grandes greves na Alemanha Federal. Em março, durante várias semanas, o Sindicato dos Gráficos ordenou a paralisação dos trabalhos nas principais empresas. Logo depois, foi a vez dos metalúrgicos do Estado de Baden Württenberg.

E a automação e suas conseqüências — desemprego e desqualificação da mão-de-obra especializada — estiveram no primeiro plano das longas negociações entre grevistas e patrões. A greve saiu parcialmente vitoriosa e abriu um precedente muito importante. Ficou acertado que a introdução dos novos métodos de trabalho e dos modernos equipamentos eletrônicos e sistemas de computação não poderá ser feita de forma descontrolada e em favor apenas do capital.



PROBLEMA CENTRAL

No caso dos gráficos, os novos sistemas eletrônicos tornam obsoletos os trabalhos do linotipista, função que pode ser cumprida por um simples datilógrafo. O movimento grevista conseguiu apenas reduzir o ritmo de introdução dos novos sistemas, imputando ao empresário um custo adicional para evitar a desqualificação e redução dos linotipistas e preparar a mão-de-obra despedida para uma nova profissão.

O antecedente criado pelas greves dos gráficos e metalúrgicos poderá fazer escola nas próximas negociações sindicais. Sem resolver o problema central da automação, a vitória sindical irá reduzir e mesmo ordenar a velocidade da automação, por diminuir a rentabilidade adicional que busca o empresário isolado com a vantagem tecnológica.

No caso dos linotipistas, as empresas terão que manter os mesmos salários durante oito anos, mesmo que o trabalhador seja rebaixado à simples categoria de datilógrafo. Os que não forem ocupados em outra função na empresa, terão direito a três anos de remuneração (não rebaixada) para estudar uma nova profissão.

Ao mesmo tempo, também na Alemanha Federal, o movimento sindical começa a falar cada vez com mais freqüência na redução da jornada de trabalho semana de 40 para 35 horas. O último congresso da Federação dos Sindicatos Alemães aprovou esta redução de trabalho como plataforma do movimento trabalhista. Ao contrário da fórmula definida com a vitória das greves dos gráficos e metalúrgicos, a redução da jornada de trabalho estimula mais ainda o processo de introdução do progresso técnico na economia capitalista alemã.

A microeletrônica e os sistemas eletrônicos integrados estão invadindo todos os setores da economia alemã. A ficção científica anda já por aí, nas fábricas repartições públicas e bancos. Quatro a cinco mil robôs, eficientes e *inteligentes,* estão pelo mundo afora disputando emprego com os trabalhadores. Na Alemanha Federal, já existem 500 robôs em ação, soldando, apertando parafusos, laqueando e carregando material pesado. Ainda caros e relativamente ineficientes, mesmo assim os robôs já estão garantindo posição no mercado de trabalho, embora o seu custo ainda seja um pouco superior ao salário do trabalhador especializado (calcula-se que, em 1980, uma hora de trabalho do robôs estará custando 13,20 marcos — Cr$ 132,00 — ainda um pouco superior ao custo do trabalho humano). Mas, a médio prazo, deve-se esperar uma redução crescente dos custos da hora de *trabalho* dos robôs, bem como o aperfeiçoamento de seu serviços.

A automação não é um fenômeno muito recente, já tendo sido tema de muitas pesquisas e debates, desde que o capitalismo passou pela segunda revolução tecnológica, no pós-guerra, com a introdução dos sistemas de programação. O que faz pensar, atualmente, numa nova revolução tecnológica é a rapidez com que os novos sistemas eletrônicos e de programação penetram em todos os setores da economia e da produção. Esse ritmo acelera-se em escala geométrica nos países industrializados, sobretudo numa economia como a alemã, onde os custos do fator trabalho são relativamente muitos altos.

Em 1965, segundo Felix Epies, uma unidade eletrônica podia realizar 100 diferentes funções; hoje, ela é programada para cem mil operações e, em meados da próxima década, contará com um milhão de possibilidades (4). Do ponto de vista exclusivamente técnico e microeconômico, não existem limites para a nova revolução tecnológica. A nível macroeconômico contudo, o capitalismo anda às voltas com sérios problemas de desemprego, em grande parte como conseqüência da automação.

Uma segunda característica importante da nova revolução, é sua penetração ampla em todos os setores da economia. Na indústria, os ramos mais atingidos atualmente são os eletrônicos e o de mecânica de precisão. A indústria relojoeira do sudoeste alemão, por exemplo, que empregava 32 mil pessoas em 1970, ocupa hoje somente 18 mil trabalhadores.

Na agricultura, o resultado foi, talvez dos mais radicais. De acordo com a revista *Der Spiegel,* nos últimos doze anos, houve uma redução da mão-de-obra ocupada no setor agropecuário da ordem de 40%, como conseqüência direta da racionalização do trabalho e da automação. No passado, a liberação de mão-

(*continua na página seguinte*)

---

* *"Strategien Zur Uberwindung der Arbeitslosigkeit. Der Gesellschaft stehen tiefgreifende Wandlungen bevor". Willy Bierter e Ernst v. Weizsacker, em Tecnologie und Politik nr. 8 __ Edt. Rowohlt Taschenbuch Verlag.*

(1) *Felix Epies, Süddeutsche Zeitung — 22/03/78, "Eine technische Revolution als Nebenprodukt".*

Em 12 anos, três milhões de pessoas serão postas na rua em conseqüência da racionalização dos métodos de trabalho. O Estado poderá arcar com esse peso?

de-obra da agricultura, e mesmo da indústria, era absorvida pelo setor de serviços, que cresceu rapidamente no moderno capitalismo.

Com o processo tecnológico atual, o setor terciário, porém, está sendo atingido em proporções mais amplas e com maior rapidez do que os outros dois setores da economia, é o que mostram os dados na Alemanha Federal. Em doze anos, metade dos cinco milhões de empregados de escritórios e funcionários do país serão postos na rua como resultado da introdução dos computadores. Até 1990, 25 a 30% dos empregados em escritórios perderão seus empregos para os modernos equipamentos; nas repartições públicas, o percentual deverá ser de 38%, enquanto que nas instituições de crédito, a simples instalação de terminais e centrais de computação tornará supérfluo um terço da mão-de-obra atualmente ocupada. Cálculos otimistas do Ministério Alemão de Pesquisa Tecnológica, indicam que 200 mil datilógrafos e secretárias poderiam ser substituídos na Alemanha Federal pelos modernos sistemas. Cálculos mais pessimistas indicam que 70% do pessoal de secretaria têm seus empregos ameaçados pelo computador e minicomputador(5)

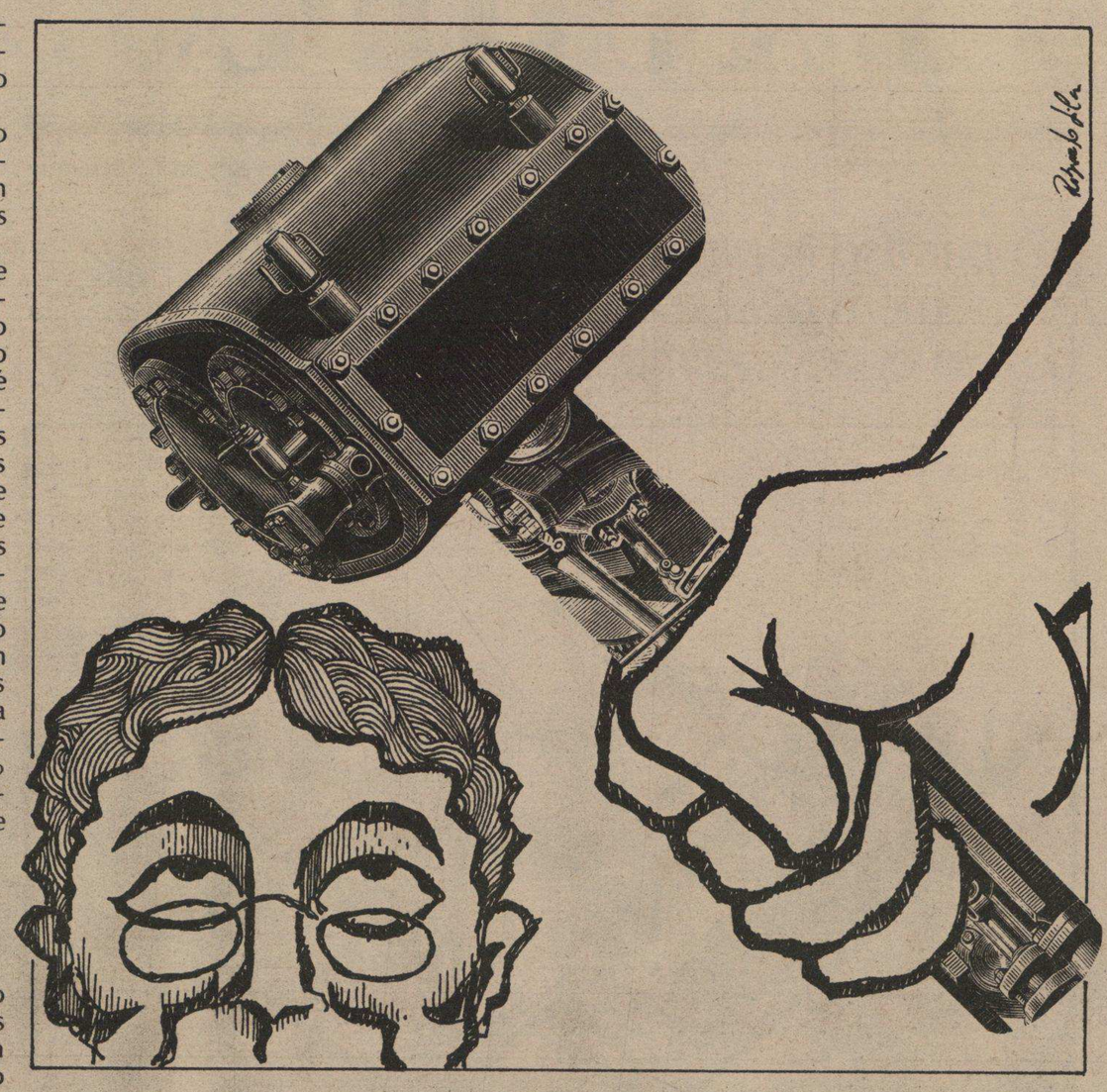
MENOS EMPREGO

Até a recessão de 1973, o desemprego relativo gerado pela automação dos métodos de trabalho era compensado, em grande parte, pelo ritmo de crescimento geral da economia. Atualmente, além de uma baixa geral na propensão a investir, aumenta rapidamente a parte do investimento em automação e racionalização. Uma pesquisa do Instituto IFO, da Alemanha, entre empresários, indica que no período de 1976 a 1980, apenas 8% das empresas irão investir em ampliação; 75% dos entrevistados classificaram seus investimentos, naquele período, em automação e racionalização.

Ainda de acordo com a pesquisa, em 1970, 55% dos investimentos globais na Alemanha Federal eram dirigidos para a expansão ou fundação de empresas, cabendo apenas (!) 34% aos investimentos em automação e racionalização do trabalho. Para 1978, aqueles percentuais deverão ser, segundo o IFO, de 17% e 47%, respectivamente. Deste modo, mesmo que o empresariado alemão retorne a taxas mais altas de investimento global, estará *destruindo* mais empregos do que criando-os.

Em outras palavras: para que o nível de emprego alcançasse um ponto aceitável ao equilíbrio econômico, a economia deveria crescer num ritmo cada vez maior para fazer face ao processo de automação. De acordo com dados oficiais, entre 1970 e 1976, houve uma redução de cerca de 1 milhão e duzentos mil empregos industriais na Alemanha, em grande parte devido a automação e racionalização. No mesmo período, contudo, a produção industrial cresceu 10%, como resultado do aumento da produtividade, que foi da ordem de 37,5%. Ora, se com um crescimento de 10% do produto industrial registrou-se ainda uma redução tão grande da mão-de-obra ocupada, que ritmo de crescimento não seria necessário para elevar o nível de emprego e assegurar o pleno emprego da economia?

A produtividade, que quase triplicou na Alemanha Federal nestes últimos vinte anos, poderá alcançar no futuro uma taxa superior a 4,5% (com dados pessimistas) de aumento anual. Em 20 anos (1955/1975), com um insignificante crescimento da força de trabalho ocupada (de 11,3 para 11,6 milhões) o PIB alemão ascendeu a 123 bilhões de marcos a preços constantes (cerca de 1 trilhão e 230 bilhões de cruzeiros) Se a manutenção dos ritmos de crescimento econômico do período de expansão parece já impossível, mesmo com todos os mecanismos de gestão da economia, o que dizer do aceleramento a níveis capazes de combinar o processo de automação com o pleno emprego?



O IMPASSE DO NEOCAPITALISMO

A revolução tecnológica acentua a contradição entre a assimilação do progresso técnico e a realização do capital; o rápido ritmo de automação e racionalização do trabalho e o desemprego estrutural resultante colocam o sistema diante de um grave impasse no processo de acumulação e crescimento. Uma primeira forma de enfrentar o problema (teoricamente simples mas difícil de colocar em prática), seria a detenção ou redução do ritmo da *revolução tecnológica*. O movimento sindical e a política governamental podem atuar como reguladores do ritmo de introdução da nova tecnologia. O governo alemão, com efeito, está envolvido na definição de uma política indicativa de longo e médio prazo capaz de estabelecer um novo equilíbrio.

Nas discussões sobre esta nova política surge, entre outras, a idéia, levantada pelo movimento sindical, em favor da redução do tempo de trabalho geral.

Historicamente, a redução da jornada e do tempo geral de trabalho foi sempre uma conquista da classe operária. Mas, ao mesmo tempo, ele restabeleceu novos modelos de acumulação e crescimento.

Agora, esta fórmula chega a ser uma variável tecnocrática manipulada com o objetivo de contornar a atual crise. Praticamente todos os grupos políticos alemães já aceitam implicitamente a redução das horas de trabalho (embora de formas e níveis diferentes).

Para os representantes do capital, é uma enorme contradição defender uma medida que provocará uma redução global da taxa de lucro. No entanto, esta contradição é o reflexo das contradições maiores que envolvem o neocapitalismo, na transição a uma nova forma de acumulação. Estas condições estruturais novas do sistema, nas quais tem grande importância a revolução tecnológica, levam as forças reformistas do capitalismo a considerarem medidas de médio e longo prazo, entre as quais a redução das horas globais de trabalho.

Existe, contudo, uma diferença entre o procedimento defendido pelo movimento sindical alemão — a redução direta de 40 para 35 horas de trabalho semanal — e as fórmulas estudadas pelos partidos oficiais. Nem no governo, nem no parlamento, fala-se de jornada semanal; os projetos dos partidos oficiais alemães referem-se à redução do trabalho global de cada operário durante o ano (aumento das férias anuais), ou durante toda a vida (limitando o tempo em que permanece no mercado de trabalho), e à diminuição da idade para a aposentadoria (retirando o trabalhador mais cedo do mercado de trabalho). Apenas o aumento das férias, iria pesar diretamente sobre o empresariado isolado; as outras duas medidas levariam o Estado a uma distribuição social do custo adicional resultante da redução do período de trabalho global de cada um.

Para as condições do neocapitalismo, não haveria grande diferença com a reformulação, já que hoje o Estado assume, na Alemanha, a parte principal do custo social do desemprego. De acordo com estatísticas oficiais, um trabalhador desempregado custa atualmente cerca de 17.500 marcos por ano (Cr$ 175 mil), ao Estado, somando-se a ajuda-desemprego e a queda da arrecadação sofrida pelo fisco. Mantendo-se o atual nível de desemprego, em torno de um milhão, o estado alemão terá já no próximo ano um déficit da ordem de 4,1 bilhões de marcos, só na conta relativa ao seguro-desemprego.

MENOS TRABALHO

Os sindicatos alemães, por seu lado, além das fórmulas anteriores, acabam de adotar também, como plataforma, a redução direta da jornada de trabalho para 35 horas semanais. Com isto, os custos serão transferidos diretamente às empresas, ao custo de produção. De acordo com *Der Spiegel*, cada hora de trabalho a menos representa um aumento do custo de mão-de-obra em cerca de 2,5%, de modo que a redução de cinco horas na jornada de trabalho semanal representa um aumento do custo de produção de 12%, em média.

Convém ressaltar que um tal aumento do custo de produção deverá ter dois efeitos colaterais: o estímulo a novos investimentos intensivos em automação, e a brusca diminuição da competitividade internacional da indústria — desastrosa para a economia da Alemanha, tão dependente do mercado externo.

De acordo com Hans-Henning Herzog, a redução da jornada de trabalho semanal em uma hora, produziria um emprego adicional equivalente a 650 mil pessoas, enquanto a extensão das férias anuais por apenas um dia, promoveria a criação de mais de cem mil empregos (6). Ao que acrescenta o Departamento de Trabalho: o aumento de um ano no período escolar, retardando a entrada dos jovens no mercado de trabalho, permitiria a criação de 160 mil novos empregos.

Até que ponto a economia capitalista pode assimilar uma significativa redução da jornada de trabalho, sobretudo se processada isoladamente num país exportador, como a Alemanha Federal? Historicamente, o capitalismo tem demonstrado que é capaz de acomodar-se a uma jornada menor de trabalho — e que sempre tentará compensar isso com o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho. Em todo o caso, a modificação na jornada de trabalho não ocorrerá sem lutas operárias e sem um período de adaptação e, possivelmente, crise. Nos últimos vinte anos, quando a produtividade do trabalho quase triplicou, praticamente não houve qualquer alteração na jornada de trabalho, embora a intensificação e complexidade do trabalho tornassem necessário um tempo livre adicional para a reprodução da força de trabalho.

Entretanto, a escala geométrica que está adquirindo a renovação tecnológica, com a entrada rápida na era da computação e programação eletrônica, poderá acionar uma dinâmica particular da relação automação-jornada de trabalho. A consciência social e operária nos países capitalistas desenvolvidos não permitirá a liberação passiva de mão-de-obra e a manutenção de um exército de reserva de força de trabalho. O "Direito ao Trabalho", slogan que domina atualmente todas as manifestações sindicais e trabalhistas na Alemanha Federal, é a expressão daquela consciência social oposta à manipulação livre do capital no mercado de trabalho.

A reivindicação de "trabalho para todos" tem um duplo efeito: por um lado, eliminar (ou reduzir) o exército de reserva que serve para conservar baixo o valor da força de trabalho, e, por outro lado forçar uma redução proporcional na jornada de trabalho global, uma vez que, como vimos, o pleno emprego não pode ser assegurado apenas com as medidas de reaquecimento conjunturais.

Politicamente, esta consciência tem uma grande importância, principalmente numa fase de rápidas transformações e de revolução tecnológica. Se o movimento sindical alemão reforça a tática de "redução da jornada de trabalho" em geral e abandona parcialmente a luta localizada contra os efeitos negativos da introdução de nova tecnologia (como nas duas últimas greves), intensificar-se-á a espiral automação-desemprego-redução da jornada de trabalho, até onde política e economicamente rompa os limites do capitalismo. Politicamente, seria a introdução de uma plataforma de médio prazo por uma escala móvel de horas de trabalho, uma forma de questionar os interesses privados capitalistas sem deter a marcha da inovação e do desenvolvimento tecnológico.

Aí então poder-se-á pensar no pleno desenvolvimento das forças produtivas, quando a substituição da força de trabalho por máquinas, ao contrário de representar problema e conflito, permitirá ao homem o alívio da carga de trabalho

---

(2) *Hans — W. Heibey, Bernd Lutterbeck e Michael Topel, "Computer und Rationalisierung" em Technologie und Politik — nr. 8 — Edt. Rowohlt Teaschenbuch Verlag.*

(3) *Hans-Henning Herzog — "Arbeitszeitverkürzungen als Elemente einer integrierten Beschaftingungspolitik" — em Blatter für deutsche und internationale Politik — nr. 6 de 1977.*

A redução do trabalho necessário deverá romper com o sistema e permitir a eliminação da diferença entre a elite e a massa

incômodo, monótono, rotineiro e pesado, precisamente onde os modernos sistemas de programação, os modernos equipamentos eletrônicos e os robos podem ser utilizados amplamente. Quando então a humanidade poderá realizar a "utopia" socialista do salto da "necessidade à liberdade", como definia Karl Marx, onde o homem não tenha mais que dedicar a maior parte de sua energia criadora à simples satisfação de suas necessidades materiais mais prementes.

NECESSIDADE E LIBERDADE

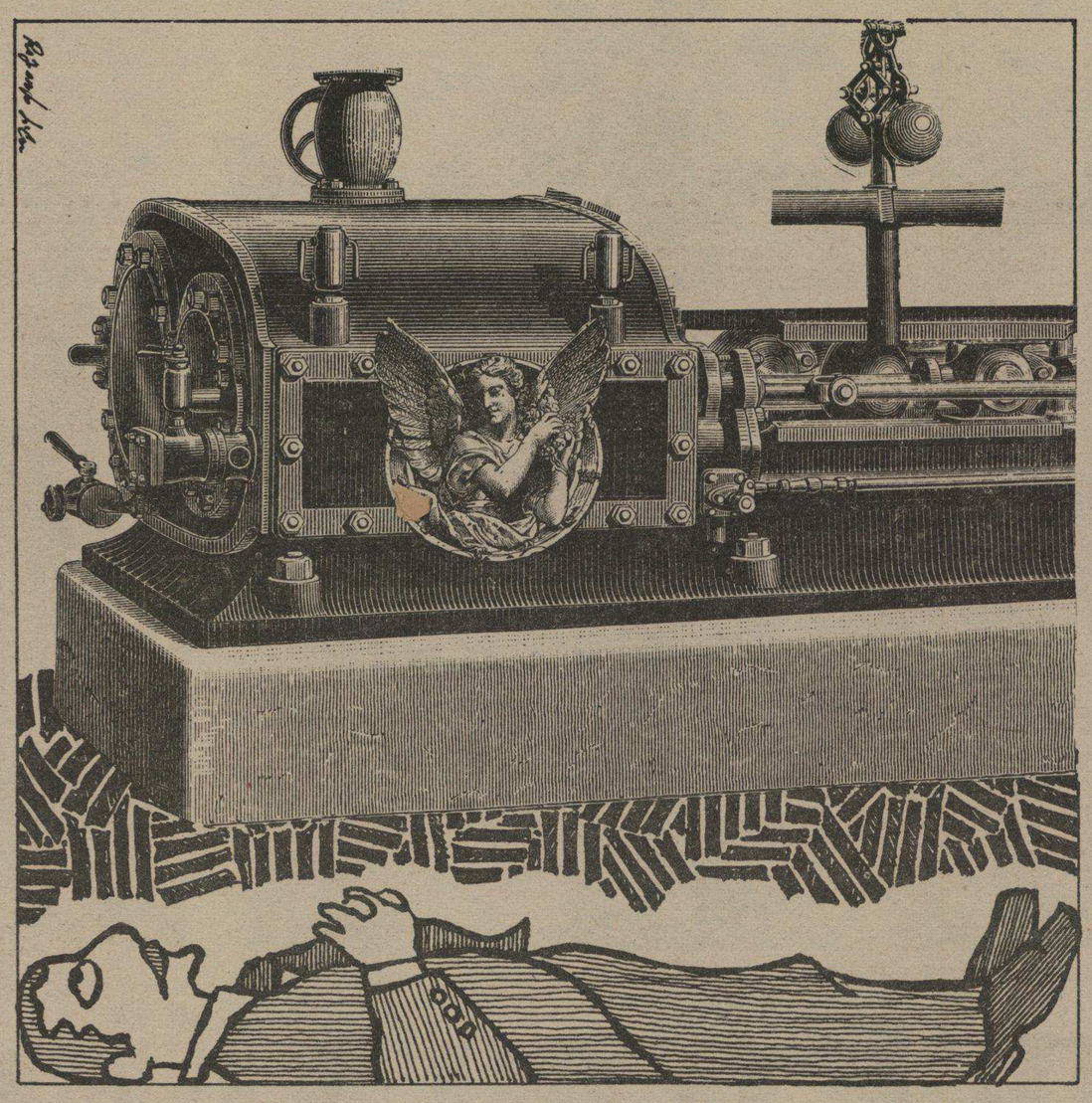
A crise dos anos sessenta representou uma contestação ideológica global do neocapitalismo, incluindo o conceito de trabalho. Tentando romper com a visão conservadora, a contracultura criou uma dicotomia entre trabalho e vida. "Temos que trabalhar para sobreviver, ou melhor, viver". Faz-se um sacrifício necessário para ter liberdade de viver, precisamente o oposto do trabalho.

A dicotomia entre *trabalho* e *vida* reflete na verdade as atuais condições de trabalho na sociedade e a separação entre trabalho criativo e trabalho alienante e brutalizador. Esta dualidade corresponde apenas a uma fase da história, superável em novas condições sociais e tecnológicas, e está ligada ainda a outra tipo de dicotomia, entre *trabalho necessário* e *trabalho livre*. O trabalho necessário é o esforço requerido à sociedade (independente das relações que a determinam) para a produção dos bens necessários à sua sobrevivência e reprodução. O tempo de trabalho necessário depende das forças postas em ação pelo homem e das expectativas de consumo e poupança definidas pela sociedade. Quanto maior os recursos disponíveis e menor as "necessidades", menor também o tempo de trabalho necessário. E maior, por conseguinte, o tempo livre, o tempo de lazer. A redução do tempo de trabalho necessário é a única forma de permitir uma ampla liberação da capacidade e energia criadora do homem para o trabalho-vida, criativo, social e artístico.

No capitalismo o desenvolvimento tecnológico e a automação também reduzem o tempo de trabalho necessário global. No entanto, como trata-se de uma sociedade dividida em classes, o benefício desta redução é distribuído de forma desigual entre aquelas. A divisão do trabalho se dá também de forma desigual: trabalho livre para a burguesia e a elite, e trabalho necessário para a massa.

INDÚSTRIA DO LAZER

A lógica do sistema, sobretudo no neocapitalismo, leva a uma dissipação e subutilização do potencial produtivo da sociedade, da força produtiva gerada pelo progresso técnico. A sociedade de consumo, como já foi demonstrado em diferentes estudos críticos, impede que as forças produtivas sejam utilizadas e exploradas plenamente para a redução daquele trabalho necessário do conjunto da sociedade. A continuidade e o equilíbrio do sistema são mantidos apenas graças à dissipação e à produção de supérfluos, que correspondem às "necessidades" diferenciadas e produzidas pelo próprio sistema.



A redução do tempo de trabalho necessário fica apenas registrada na contabilidade do capitalista e no aumento do tempo de "trabalho livre" das elites, uma vez que ela limita-se apenas a uma redução do tempo de trabalho necessário para a produção e reprodução da força de trabalho. Com a introdução da máquina e o aumento da produtividade, reduz-se o tempo de trabalho do operário para si mesmo, aumentando, por conseguinte, o excedente apropriado pelo empresário. Excedente que serve para aumentar o tempo livre do próprio capitalista e da elite intelectual, artística e política que lhe serve, ou as possibilidades de lazer da "corte". Neste sentido, e nestas condições, falar da eliminação da diferença entre trabalho manual e intelectual, trabalho rotineiro e embrutecedor, e trabalho criativo e sociável, pode parecer uma utopia ridícula.

A diminuição da jornada de trabalho para 35 horas semanais, como defendem os sindicatos alemães, não vai evidentemente concretizar aquele projeto "idílico". Tanto porque, no sistema de mercado, a extensão do lazer não levará necessariamente a ampliar as universidades, escolas e centros de cultura. A prática recente do neocapitalismo tem sido o desenvolvimento de uma *indústria do lazer*, que tem explorado a ampliação do tempo livre de setores da classe média e mesmo operária, transformando o lazer em ócio. Como diz Loup Verlet, o trabalhador pode ser levado a "passar seu tempo livre diante de um copo de vinho ou de um espetáculo de televisão. Eles podem também ser convidados insistentemente a assistirem a múltiplas reuniões onde os temas de discussão são decididos desde cima, onde os debates são cuidadosamente canalizados pelos homens de confiança do regime, onde as conclusões estão inevitavelmente de acordo com aquilo que tinham previsto. Mas, como os transbordamentos continuam sempre possíveis, o tempo livre pode ser utilizado para discutir, para se organizar pela base, para inventar formas de vida coletiva. O poder não encontra mais diante de si indivíduos anônimos, isolados, dispostos a aceitar, mas grupos conscientes, fortes, difíceis de manipular".

TEMPO PARA VIVER

Num processo de longo prazo de desenvolvimento das forças produtivas e redução proporcional do trabalho necessário, o que deverá cedo ou tarde romper com o sistema e permitir a eliminação da diferença entre a elite e a massa, será ampliada também a possibilidade de desenvolvimento intelectual, artístico e cultural de todos. A cultura universal para todos poderá deixar de ser apenas uma utopia quando, com os recursos que estão sendo rapidamente postos em ação pelo progresso técnico, torne-se mínimo o tempo de trabalho coletivo para a produção e reprodução de bens materiais necessários. Já hoje, eliminando-se a dissipação e a subutilização, acabando com o desemprego e o subemprego, não estaríamos muito longe daquele sonho.

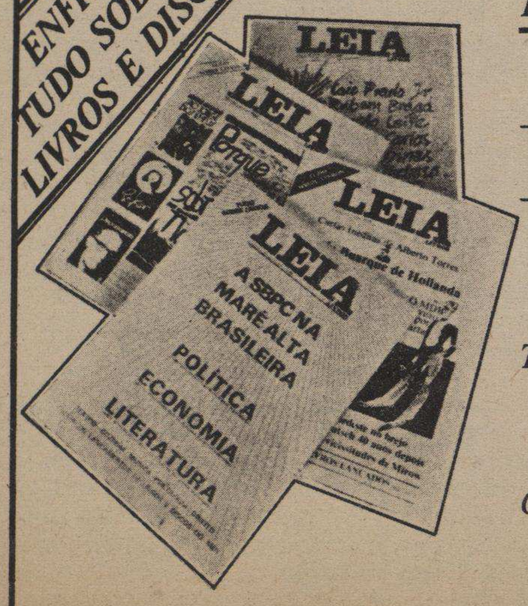
O "livre desenvolvimento da individualidade", de que falava Marx nos *Grundrisse*, ganha uma nova dimensão e atualidade com o salto representado pela nova revolução tecnológica que leva da maquinaria à computação e à automação. Desde que, como dizia então Marx, "a redução do tempo de trabalho necessário não seja aplicada em trabalho excedente (Surplusarbeit), mas sim na redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, de modo que o tempo livre dos indivíduos e os meios assim criados permitam a sua formação artística, científica, etc. "(8)

Os problemas gerados pela nova revolução tecnológica, assim como o potencial dos meios de produção criados, fazem surgir no pensamento político e sociológico de parte da população dos países altamente desenvolvidos, sobretudo da nova geração, uma nova tendência contestatória que, em parte, recupera valores da "revolta estudantil" dos anos sessenta. A busca de "uma nova forma de vida" faz parte da inquietação existencial e intelectual de setores da juventude e da intelectualidade da Alemanha Federal. Nas próximas décadas, com o aceleramento da introdução do progresso técnico, este fenômeno poderá sair do nível apenas marginal que tem hoje e influenciar amplamente o pensamento crítico. A redução do tempo de trabalho, que pode ser quase uma necessidade do sistema para assegurar seu equilíbrio econômico, desperta a consciência da possibilidade de "uma nova forma de vida", criativa e mais livre. "Trabalho para todos e tempo para viver", como diz Michel Mousel.

---

(4) Loup Verlet — "Travailler deux heures par jour" — ADRET
(5) Karl Marx — "Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie" — citado por Ernest Mandel em "Entstehung und Entwicklung der okonomischen Lehre von Karl Marx".

ENFIM TUDO SOBRE LIVROS E DISCOS

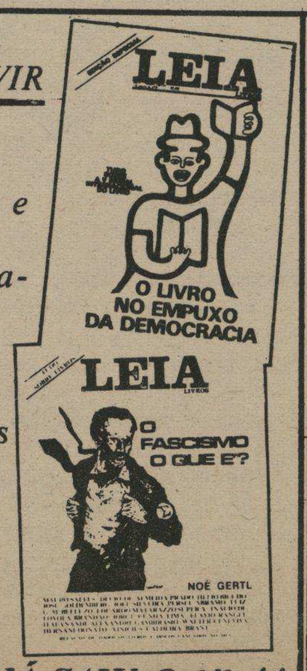


ESCOLHA EM CASA O QUE LER E OUVIR

— Relação completa dos lançamentos e reedições de livros e discos do mês.
— Polêmicas, análises, críticas e indicações.

Todo dia 15, nas boas bancas e livrarias

O melhor serviço de reembolso postal.



JÁ SAIU O Nº 4!

SE VOCÊ AINDA NÃO NOS CONHECE, PEÇA UM EXEMPLAR GRÁTIS

☐ *Desejo receber um exemplar do Jornal Leia Livros - Grátis*
☐ *Envio cheque no valor de Cr$ 150,00 em nome da Editora Leia Livros Ltda. para assinatura por 12 n.ºs do Leia Livros.*

Nome: .....
End: .....
.....
Cx. Postal: ..... *cep;* .....
Cidade: .....
Est: .....

Editora Leia Livros Ltda.
R. Barão de Itapetininga, 93 - 12º
Caixa Postal - 30.644
CEP 01042 - São Paulo - SP

Fotos de Sandra Adams

Idibal Piveta com o seu grupo de teatro popular, o União e Olho Vivo

Do palco ao xilindró

A luta de um dramaturgo que vira advogado para tirar os personagens da cadeia

César Vieira, Idibal Piveta e I. de Almeida são a mesma pessoa, nascida há 43 anos em Jundiaí, no interior de São Paulo.

Com o primeiro nome, é um dos teatrólogos mais premiados do País, embora ainda seja um dos menos conhecidos do grande público por razões que se verá mais adiante.

Com o segundo nome, ele é conhecido como o principal advogado de presos políticos em São Paulo, carreira que iniciou em 1969 quando se apresentou para defender quase a metade 1.600 estudantes presos em Ibiúna, durante o congresso clandestino da União Nacional de Estudantes, a extinta UNE.

Com o terceiro nome, é uma das mais antigas vítimas da censura cultural no Brasil, tendo entrado para o índex dos censores já em 65, com Os Sinceros **— A primeira peça integralmente proibida, na época, e que até hoje permanece inédita em palcos nacionais.**

Hoje os pseudônimos perderam o sentido inicial que era impedir que a censura identificasse o advogado de presos políticos com o autor de teatro. Mas ele continua com as mesmas atividades no mesmo ritmo. Como advogado lutando na Justiça contra a proibição das suas peças e defendendo as vítimas da perseguição política (no momento seu caso mais importante é o do engenheiro Ricardo Zaratini, banido em 69 e preso há dois meses em São Paulo onde estava clandestino).

Como teatrólogo e escritor conlui uma nova peça (sobre o líder índio Sepé Tiaraju) e um novo livro (o Pardal Escarrado, sobre o movimento revolucionário brasileiro desde 68) e ainda se reúne duas vezes por semana com seu grupo de teatro popular, o União e Olho Vivo.

Em determinados momentos estas atividades se entrelaçam de tal forma que é como se o advogado não estivesse defendendo clientes, mas os seus próprios personagens.

É desta sua experiência. — desde os tempos em que era vice-presidente da UNE, na década de 50 passando pelos 40 dias que esteve preso nos porões do DOI CODI paulista — que Piveta fala nesta entrevista a Carmen Cagno, para o Coojornal.

— Por que os vários pseudônimos?

Idibal Piveta — Bom, o primeiro foi I. de Almeida, porque o meu nome todo é Idibal de Almeida Piveta. Eu mudava de pseudônimo de vez em quando para não ficar visado. Depois que andaram publicando que o Idibal era o César Vieira, a marcação ficou bem maior. O fato de advogar para preso político, de ter tido uma atividade político-estudantil muito grande, isso marcou bastante. Não tive uma peça minha que não fosse cortada em menos de um terço.

— Você já escrevia na época de estudante?

Piveta — Escrevia mais ensaio, reportagens. Trabalhei para o Correio Paulistano, Gazeta, Hora. Me formei em 57 — Direito na Católica e Jornalismo na Cásper Líbero. Em 58 ganhei o Prêmio Literário Cidade de São Paulo, com uma biografia de Alexandre de Gusmão. Escrevi várias biografias: Santos Dumont, Padre Feijó. E o romance *Mar de Lama,* que narra a história do Gregório Fortunato (guarda-costas de Getúlio Vargas). Fiz também muita política universitária, sempre. Fui presidente do 22 de Agosto, do Centro Acadêmico da Cásper Líbero. Em 58, era vice-presidente da UNE.

— Como é que você se envolveu com o teatro?

Piveta — Eu era muito ligado ao Lauro César Muniz, Guarnieri e ao Plínio Marcos. E os três me incentivaram bastante. O Lauro insistiu comigo para entrar para a Escola de Arte Dramática, e o Guarnieri fez o prefácio desse meu livro, *Mar de Lama*. Comecei mais ou menos por aí.

—Daí você escreveu sua primeira peça.

Piveta — Não, daí eu tinha o livro *Corinthians, Meu Amor*. É um roteiro de cinema, que tá com o nome de I. de Almeida. O filme foi orçado em muito dinheiro, não deu pra fazer e um amigo meu editou o livro. Esse livro vendeu pra burro, e tem uma história interessante: a Realidade copiou o livro inteirinho, inclusive com o título chamado na capa. Daí eu meti um processo em cima deles e ganhei. Foi o primeiro processo de plágio nesse país que ganhou. Eles foram obrigados a pagar Cr$ 44 mil, em 1970. Era muito dinheiro naquela época. O livro tinha vendido bastante, foi colocado em banca. Aí o rapaz da Realidade foi me entrevistar e depois publicou o livro integralmente, só mudou os nomes dos personagens. A gente tentou uma composição, mas eles disseram que só iam publicar uma retificaçãozinha. Aí metemos aquele processo e ganhamos.

— E qual seu primeiro texto para teatro?

Piveta — Foi *Uísque para o Rei Saul*. Esse texto concorreu no Seminário Carioca de Dramaturgia, em 69, e ganhou, junto com *O Último Carro*. de João das Neves. Era um concurso que tinha Millôr Fernandes, Oduvaldo Viana Filho.

Foi organizado pela Luiza Barreto Leite: Primeiro Seminário Carioca de Dramaturgia, um negócio importante.

— O Evangelho Segundo Zebedeu foi escrita quando?

Piveta — Foi escrita em 68, foi demorada, uma peça de pesquisa histórica. A peça lembrava muito Morte e Vida Severina. Ela foi montada num circo, no Parque Ibirapuera. Inicialmente, foi apresentada para um público convencional, de estudantes e burguesia. Mas tinha uma diferença: o preço era baixo. E o Ibirapuera, aos fins de semana, recebia muito pessoal de bairro, de periferia, que vai fazer piquenique. Então, o pessoal via o circo, preço baixo, nem sabia a peça que tava passando, entrava com a família. Então, no sábado e no domingo a peça foi pegando 80% de público popular.

— A crítica premiou, mas o público popular como reagia ao Zebedeu?

Piveta — Esse público reagia completamente diferente do público convencional. Era um pessoal de nordestinos, manjava a história do Antonio Conselheiro. O pessoal dava palpite no meio da peça, xingava, vaiava, depois vinha discutir com os atores: que o Conselheiro não tinha feito assim, que o outro cara era mais macho e tal. Então se criou uma espécie de debate ao fim da peça, motivado pelo público.

— Pode-se dizer, então, que você entrou no teatro popular meio por acaso?

Piveta — É, eu tinha a idéia de fazer um teatro político e depois a gente acabou numa busca de teatro popular. Você vê que eu falo *busca,* e não teatro popular. Nós nos reunimos e chegamos à conclusão de que, para partir para uma busca do teatro popular, teria que se ter, primeiro, um público popular. É essencial o público popular. Teria que ter um espetáculo acessível ao público popular, geográfica e materialmente. Não adianta fazer teatro grátis no centro da cidade, porque o público popular não viria por mil fatores, como distância, falta de hábito, inibição perante a roupa dos outros caras, o problema da condução, ter dinheiro pro lanche tudo isso.

Então, o primeiro dado: teria que ser lá, perto do local de serviço e principalmente perto do local de moradia. Segundo: o preço acessível àquele público. Inicialmente, pensava-se em não cobrar. No decorrer da experiência, o próprio público do bairro falou pra não levar grátis, porque o pessoal desvalorizaria. Depois de muito debate, acertou-se que o preço seria o de uma passagem de ônibus, era 1 cruzeiro, 2 cruzeiros.

— Foi assim que começou o grupo União e Olho Vivo?

Piveta — É. Era essencial que a gente tivesse um grupo. Então ele foi constituído em torno desses princípios. O grupo tinha advogados, professores, estudantes, elementos populares, a maior parte era da classe média e uns 30% de elementos populares. O grupo começou com o nome de XI de Agosto. O nome União e Olho Vivo veio mais tarde, porque na peça *Rei Momo* uma das escolas de samba tinha esse nome. Começamos a bolar a peça que viria a se chamar *Rei Momo*. Ela teria futebol, escola de samba, carnaval, televisão e história do Brasil, pra tentar unir alguns elementos que funcionavam como ligação com a massa. Manipulados ou não, esses elementos continuam tendo uma inegável ligação popular.

— Vocês formaram um grupo na época em que o regime estava mais duro.

Piveta — É, começou no fim de 71 e estreou em 72. A gente foi preso várias vezes.

— Por causa de teatro?

Piveta — Especificamente, eles nunca as-

sumiram que foi por causa de teatro. Mas em interrogatórios, principalmente, o papo era sobre teatro. Inclusive perguntaram quem era o Rei Momo. Um interrogatório violentíssimo e perguntaram quem era o Rei Momo. E eu pensando que tavam perguntando sobre o ator que fazia o Rei Momo. Eu não queria responder, dizia que vários atores tinham feito o papel. Aí os caras então berraram: "Você tá cansado de saber que o Rei Momo é o Exército Nacional!"

Nunca teve essa conotação: Não sei de onde pode ter saído essa idéia. Não tem nada que ver, se tivesse eu diria. Mas esse interrogatório foi muito dirigido sobre o rei Momo.

— Como foi essa prisão?
Piveta — Foi assim: três pessoas do grupo foram presas. Eu fui, como advogado, na casa de uma das meninas que trabalhava no grupo. A moça dissera que seu marido (que não tinha nada a ver com o grupo) havia sido preso. Quando nós chegamos, a casa estava cercada e nós fomos detidos. A acusação era de termos formado um grupo revolucionário independente, acusação completamente maluca!

— Isso foi divulgado na época pelos jornais?
Piveta — Não, era proibido. Saíram só notinhas. Fiquei preso no DOI-CODI 40 dias. Depois, 15 no DOPS e 20 no Presídio do Hipódromo. Em termos de DOI, foi um bom período.

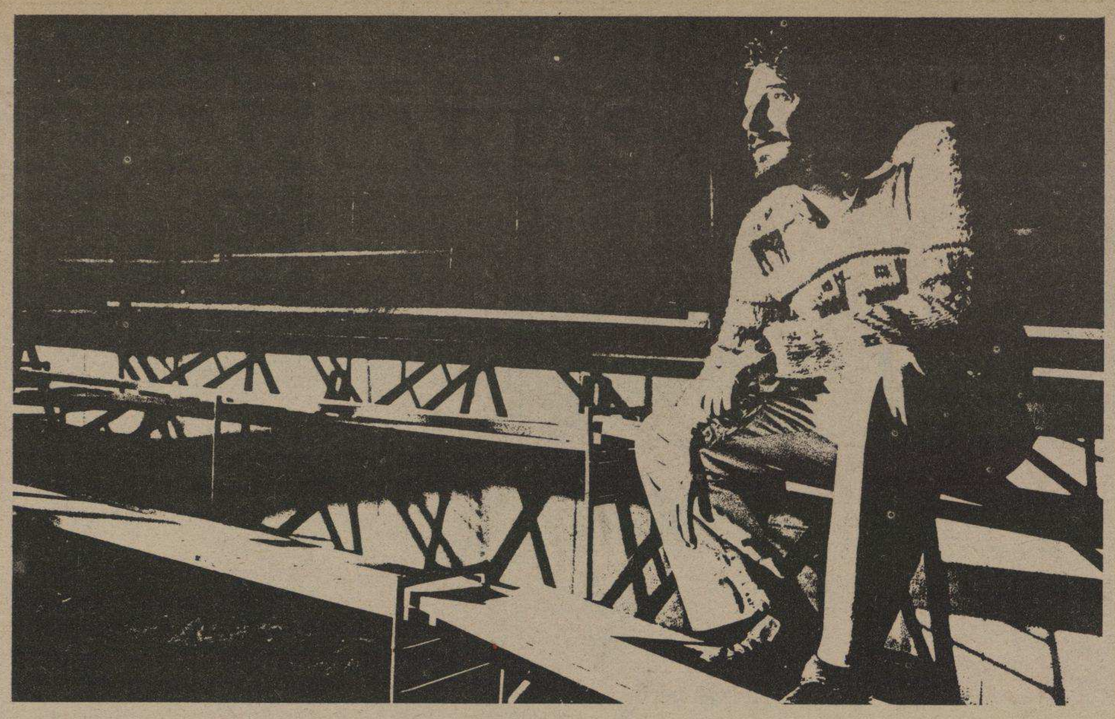
— Como vocês foram tratados nesse período de prisão?
Piveta — Na hora da prisão, fomos bastante espancados: não sabiam quem eu era. Depois recebi um tratamento que, para a época, eu considero até bem razoável. Eu era advogado e, na hora em que cheguei lá, tinha oito clientes meus presos. Houve uma grita muito grande da imprensa internacional, pessoal de teatro, organizações jurídicas. No DOI, eu fiquei 40 dias. Pouca gente ficou 40 dias no DOI. No meu entender, pra época, era preferível ficar 100 dias no DOPS ou 100 dias num outro presídio do que uma semana no DOI. O tratamento não foi dos piores, pra época, mas eu tenho um problema de coluna até hoje, devido ao interrogatório de 10,12 horas, sempre de pé e de capuz...

— Mas sem violência física?
Piveta — É. Havia ameaça total, mas violência física direta só no dia em que fui preso. Depois não. Eu inclusive fiquei no celão onde morreu o Alexandre Vanucchi Leme. É a cela forte. Fiquei quatro dias na cela forte, totalmente vedada. Agora a gente tá terminando um livro que conta toda essa experiência.

— Quando sai o livro?
Piveta — Esse livro eu pretendo terminar, dar uma burilada... Começa com o processo de Ibiúna, em 68, e vai até o processo do Brambilla, em 77, passando pela ALN, Boal, a história de todas as prisões, de todo o movimento revolucionário brasileiro, de toda a repressão. Eu quero frisar bem que esse material já está fora do país, também. Porque senão podem achar que, apreendendo o material aqui, impedem a publicação. O material tá fora não com a intenção de promoção, mas como garantia. Vai se chamar *O Pardal Escarrado*.

— Por que esse nome?
Piveta — Quando eu estava preso no DOI, tinha um interrogador lá que era especialista em acertar escarro em pardal, no vôo!! O cara ficava lá no pátio, tinha aqueles pardais alí, então o sujeito batia o pé, o pardal tava a uma distância de um metro e meio, dois metros, o pardal assustava, ele dava uma escarrada no passarinho, bem na hora em que o bicho levantava vôo. Então o bicho ficava se debatendo, jogando todo aquele escarro... uma verdadeira loucura! Foi um negócio que me marcou profundamente, marcou mais que outras coisas. Bem, então, o livro vai do Zé Dirceu (presidente da UNE em 68) ao Brambilla, que eu acho dois marcos.

— Fale um pouco do Rei Morreu, Viva o Rei, a proibição...
Piveta — Ela é de 68, também. Eu comecei a escrever pensando no Mateotti, aquele deputado que o Mussolini matou. Em 69, ela foi publicada pelo Departamento Cultural do XI de Agosto. No mesmo ano, ganhou o Seminário Latino-americano de Dramaturgia, no teatro El Galpon, em Montevidéu, que era, talvez, o teatro mais importante da América Latina. Eu comecei com o Mateotti e depois, com base em pesquisa histórica, entrou a personagem principal, que era o chefe do Serviço Nacional de Informações. Na época, num país imaginário: uma monarquia. E esse cara está muito cotado para ser primeiro ministro desse país. Esse personagem é baseado no Mussolini (tem falas imensas do Mussolini) e no Ongania, que era presidente da Argentina, na época, e que era campeão de equitação. Ou seja, chefe do SNI, candidato a Primeiro Ministro e campeão de equitação...



Logo no começo da peça ele já é acusado de ter sido o mandante da morte de um jornalista (que eu pus no lugar do deputado), que na peça se chama Mateotio. Há uma manifestação estudantil/operária e esse general vai pessoalmente reprimir as manifestações, onde morre um líder estudantil, que é crioulo. Esse general, que se chama Sigmundo, leva uma pedrada no sexo e é levado para um hospital, onde vão fazer um transplante imediato para recuperar o cara. Também são levados ao hospital os caras que foram mortos na manifestação. A respeito deste transplante, foram feitas muitas pesquisas com o Zerbini, o Barnard, etc. Trazem uns quatro, cinco sexos para a mulher do general escolher o que ia ser transplantado para o marido. E a mulher escolhe o do crioulo que morreu, líder progressista.

Fazem o transplante do sexo do crioulo para o general. Ele passa a demonstrar uma virilidade muito grande. E não apenas isso: tem uma guinada psicológica, começa a mudar. Torna-se um cara liberal, progressista. Inclusive porque as ex-namoradas do crioulo passam a procurá-lo e a discutir com ele, influenciá-lo ideologicamente. Ele se reúne com padres progressistas, líderes operários, estudantes, e passa a ser um cara quase reformista. Então o sistema começa a temer o general e chega a conclusão que, para ser Primeiro Ministro, ele teria de ser submetido a outro transplante. Põem à sua disposição uma série de caras que estavam para morrer — políticos conservadores, banqueiros, etc. Só que o general, em vez de um novo transplante, prefere se castrar e assume o cargo castrado. É isso.

— Qual foi o problema dessa peça na censura?
Piveta — Existe a lei 5.536, que estabelece: quando uma peça vai pra censura deve ser proibida, liberada com cortes ou simplesmente liberada, num prazo máximo de 20 dias. Ela foi em março de 76 e até maio de 77 não tinha sido liberada nem proibida. Então nós resolvemos mexer na coisa pra ver como é que estava. Na Censura disseram que estava em ponto morto, esperando julgamento. A lei 5.536 prevê que quando uma peça não é liberada nem proibida em 20 dias, o texto é considerado liberado para maiores de 16 anos. Baseados nisso, pedimos o certificado de censura para o texto. Eles simplesmente não responderam a nossa solicitação.

Como o Conselho Superior de Censura não existe, a autoridade superior é o ministro da Justiça. Em maio de 77 nós peticionamos a liberação da peça ao Ministro da Justiça, historiando tudo. O Falcão não respondeu e, em setembro de 77, esgotado também este prazo, nós entramos com um mandado de segurança no Tribunal Federal de Recursos contra o Falcão. Dias depois, Falcão proíbe a peça para todo o território nacional.

— Fale da peça sobre Sepé Tiaraju.
Piveta — A idéia de uma peça sobre o Sepé Tiaraju foi dada pela Luiza Barreto Leite. Na primeira oportunidade que tive, fui ao Rio Grande, à casa do Érico Veríssimo. Ele me deu uma série de publicações. Estive também com os jesuítas, comprei livros em sebos de Porto Alegre, fiz um levantamento e fui para as Missões e para o Paraguai. A peça vai ser um misto do Sepé Tiaraju com o Tupac Amaru. Eu acho que o Sepé tem uma importância, na história da América Latina, muito maior que o Tupac Amaru e que qualquer líder — não o Sepé em si, mas a civilização que existiu lá.

— Mas aquele foi um império teocrático. Os jesuítas manipulavam os índios com a idéia de Deus.
Piveta — Eles conseguiram fundar uma grande civilização na América — quando Buenos Aires tinha 5 mil habitantes, eles tinham 30 mil. Tinham fundição, imprensa, uma arte tremenda. Com os padres que estavam lá, o processo se inverteu, quer dizer, o processo de aculturação foi muito mais da parte dos índios que deles. Na hora do racha, a maior parte dos padres ficou com os índios e contra os portugueses e espanhóis. Os padres foram quem deflagraram o sentido comunitário, mas o exercício do poder era feito pelos índios, que começaram a absorver uma série de coisas boas da civilização, mas mantendo a sua estrutura.

— Como apreenderam o material dessa peça?
Piveta — Eu tinha um mapa em casa, tirado dum livro do general Ptolomeu Assis Brasil. Eu ampliei o mapa, como costumo fazer quando estou escrevendo alguma peça, pra ficar com as coisas mais claras na cabeça. Esse mapa, então, mostrava o movimento de guerrilha desses índios, na época. Quando eles vieram aqui e começaram a pegar os livros — do Mein Keimpf a livros progressistas — levaram o mapa também. No interrogatório, um deles disse: "Agora vamos falar de um negócio sério: o problema das guerrilhas no Rio Grande". Aí, eu, que estava encapuçado e não via o cara, comecei a rir. Ele ficou muito puto e falou: "Taqui o mapa e esse mapa foi feito por experts e você não é um expert militar. Tem 30 mil homens, o exército, peças de artilharia, tudo direitinho". Aí eu saquei ao que ele estava se referindo e falei que aquele mapa era de uma luta de índios em 1730 e fora feito pelo general Assis Brasil. E depois, com muito respeito, porque alí a situação não estava pra peixe, eu disse que se houvesse 30 mil homens em armas no Rio Grande a situação não estaria assim. Eles acabaram dando risada.

— E o teu trabalho com presos políticos, quando começou?
Piveta — Com esse negócio de fazer teatro, debates, eu sempre estive em contato com a liderança estudantil. Quando houve o processo de Ibiúna, eu comecei a advogar na Auditoria de Guerra. Dos 1.600 estudantes presos eu tinha mais de 700 clientes, inclusive o José Dirceu. Antes eu advogava normalmente, como cível e ainda trabalhismo, paralelamente — afinal, eu preciso viver. Só não trabalho na Justiça do Trabalho pra patrão, aí é uma questão de princípios.

N. R. — **Além dos prêmios já citados, Piveta ganhou surpreendentemente, no ano passado, o Prêmio Anchieta, dado pelo governo de São Paulo para o conjunto de sua obra — Corinthians, Meu Amor; Os Sinceros (a história da UNE, escrita em 65); O Evangelho Segundo Zebedeu (68) O Rei Morreu, Viva o Rei (68), Uísque para o Rei Saul (69) e Rei Momo (71). Todas, com exceção da primeira, censuradas.**

OS LIVROS QUE VOCÊ PRECISA LER ESTÃO AQUI.

B1 — Humanoeconomia:
Eugen Loebl
Como podemos fazer com que a Economia nos sirva e não nos destrua.
Uma economia humanista: pós-marxista e pós-keynesiana.
Cr$ 80,00

B2 — Sexercícios:
Edward O'Reely
Método de exercícios isométricos e isotônicos visando a maior participação e o mais completo desempenho no relacionamento conjugal. Cr$ 110,00

B3 — Tenentismo e Aliança Liberal:
Maria Spina Forjaz
Um estudo sobre as raízes sociais do Tenentismo e os primórdios da Revolução de 30. — Cr$ 80,00.

B4 — Agressividade Criativa:
Bach & Goldberg
Um livro que derruba o mito do "cara legal". O perigo da repressão da raiva. Como tornar construtiva sua agressividade livrando-se do artificialismo das relações humanas.
Cr$ 160,00

B5 — Yoaga da Alimentação:
Chiang Sing
Como comer bem e viver melhor. A medicina naturista no mundo de hoje: nutrição com inteligência.
Cr$ 110,00

B6 — O Popular:
Luis Fernando Veríssimo
Uma seleção de crônicas de seu cronista preferido. Cr$ 65,00

B8 — O Coronel e o Lobisomem:
José Cândido de Carvalho
Uma obra de sucesso permanente. O realismo fantástico em seu melhor momento. Uma obra prima que Você precisa ler. — Cr$ 90,00

Aproveite a oportunidade. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Agência Literária Veritas Ltda. Rua Comendador Coruja, 366/372 90.000 — Porto Alegre — RS

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com X:
B1 ◯ B2 ◯ B3 ◯ B4 ◯ B5 ◯ B6 ◯ B7 ◯ B8 ◯

Nome: _____

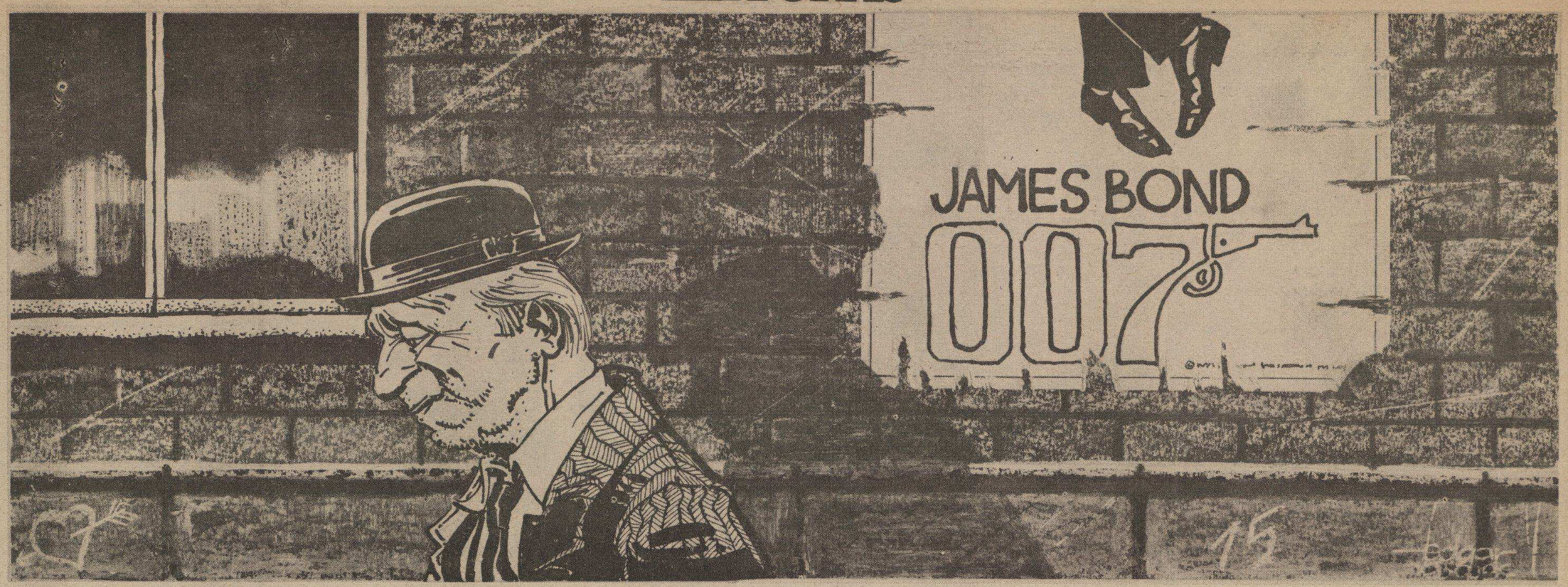
Rua: _____ Bairro _____

Cidade: _____ CEP _____ Estado _____

Não mande dinheiro. Só pague ao receber os livros. Não cobramos despesas de remessa.

Assinatura _____

ponha logo no Correio



A BATALHA PERDIDA DA INGLATERRA

SEMPRE UM COLEGIAL (The Honourable Schoolboy), de John Le Carré; tradução de Vera Neves Pedroso; Record; 508 páginas; Cr$ 210,00

A imaginação de um garoto, hoje em dia, como funciona? Certamente lá estão os componentes clássicos do terror e da paixão, mas como são representados? Seria necessário fazer um levantamento de todas as histórias em quadrinhos e filmes, séries de TV, heróis esportivos, etc. Mas fosse lá o que descobríssemos, o certo é que essas histórias deveriam incluir entre seus elementos algumas injunções da vida moderna ou, pelo menos, algumas significações. Digo que com a ficção espacial, por exemplo, adequamos a criança à tecnologia, a qual não está a sua disposição, mas com a qual é preciso torná-la familiar. As histórias de espionagem, antes de tentar atrair a criança para a luta ideológica, acabam por fazê-la entender a existência da política e da burocracia, em todos os seus níveis. Veja bem: A velha história policial inglesa clássica ensinou-nos a moral de funcionário civil, isto é, para cada crime há um culpado e uma investigação inteligente nos levará a ele (e como isto deve ter aumentado a eficiência dos sabujos do império da velha Vitória). Vamos mexer um pouco a nossa imaginação: os detetives *duros*, como Sam Spade, Mike Hammer (Mickey Spilanne), Shell Scott, surgem para introduzir um elemento de ruptura no convecional mundo administrativo e ordeiro anglo-saxônico. A violência do *Black Mask* aparece para agilizar (perdão, leitores) o dia-a-dia, isto é, tanto tornar melhor o serviço de correios e telégrafos como dar a cada indivíduo (homem ou mulher) a impressão de que ele poderia tentar a sua sorte e ser bem sucedido. A sofisticação do vagabundo, do segundo time, (que Cagney, Bogart e outros se encarregaram de espalhar pelo mundo) é um dos grandes momentos da integração das classes baixas no mundo ordenado, excessivamente ordenado, do branco *rico*. *James* Bond é um *filhote* destes três modelos de heróis: Flash Gordon, Sherlock Holmes (ou Philo Vance ou Nero Wolfe) e Shell Scott (Sam Spade, Marlowe, Mike Shayne ou Hammer). É debochado e integrado. Incorpora os hábitos sexuais do detetive vagabundo (os pobres são mais potentes que os ricos?); troca a inteligência capaz de classificar, catalogar, analisar, sintetizar e explicar, de Holmes, pela tecnologia moderna: calculadoras, lazers, gadgets de toda a ordem; conhece os meandros burocráticos de *seu* lado e do inimigo (URSS ou smersh); tem o espírito de competição e iniciativa, ao mesmo tempo que "a amoralidade de estar em guerra", que receber de Flash Gordon, nas suas visitas a lugares estranhos (países comunistas, submundo dominado por outra casta ou classe ou países governados por outras raças).

Meu caminho para tentar entender a literatura de aventuras, a que mais gosto, é vê-la como uma função semelhante a de Homero (toda a mass media é isso, acho), ou seja, a de aparelhar o indivíduo para a integração. É um trabalho ao nível do mito e, portanto, um trabalho em profundidade mediado pelo linguagem. E quando surge um John Le Carré (um Visconti, um Losey) — que usa todas as convenções mitológicas do gênero, mas acaba por nos explicar o mecanismo de seu funcionamento (e nos tirar do enlevo para a razão) — a docotomia dessa raça estranha aparece. É específico do homem ser dividido na sua capacidade de produzir e assimilar as coisas. No seu metabolismo social ele é preso a dois mecanismos e duas linguagens. De um lado, enfim, o mito e sua capacidade integradora; do outro, o cerebralismo e sua compulsão para a fragmentação, o isolamento, o vanguardismo, a solidão, o desconsolo, o pessimismo e todas as conseqüentes manifestações de inadaptação. E, quando a sociedade se vê violentamente cindida, as duas formas (estes dois mecanismos), tentam se aglutinar. E quando o mito encontra o homem rompido e abandonado pela razão, temos uma perigosa conjuntura social e ideológica sem reflexão. "O mito é o nada que é tudo". Vejo o fascismo um pouco assim.

Sempre Um Colegial pode ser lido como algo em separado, como um romance de espionagem. mas o melhor seria lê-lo como parte integrante de uma obra. É imprescindível, neste sentido, a leitura de *O Espião Que Sabia Demais* (Tinker, Tailer, Soldier, Spy). E seria bom examinar *Chamada Para um Morto* (Call For Dead), que nos oferece uma pequena, melancólica e explêndida biografia de George Smiley. Uma vez conhecendo Smiley, nunca mais deixaremos de caçar com ele. E através dele nos supreenderemos nos corredores modernos, os corredores dos funcionários de segurança do Estado, criaturas superdotadas para o perjúrio, a intriga, a investigação minuciosa, o ódio frio. Habitaremos com eles uma guerra abstrata entre homens comuns em sua aparência, e extraordinários no seu *metier*: matar, enganar, trair, enfraquecer um inimigo que nos parece eterno. Não, não é o comunismo ou o capitalismo. É outro lado do subterrâneo, seja lá que nome e função tenha isto.

Sempre Um Colegial é uma aventura sombria de Smiley. Mas o fio condutor (o velho fio condutor!) é um espantoso inglês , o *Hounorable Schoolboy* do título original: Jerry Westerby, espião, jornalista e futuro escritor fracassado, que anda pelo mundo com uma vaga inquietação que, suspeitamos, todos nós, deve ser simples falta de talento para fazer alguma coisa. E ele se desloca por Hong Kong, Saigon, fronteira com o Camboja (Kamputcha?), Londres, volta a Hong Kong. Tudo em missão. E por ele conhecemos uma *troupe* de jornalistas (O Grande Craw, patriarca dos correspondentes estrangeiros em Hong Kong à frente), uma prostituta de luxo que muda tudo, um milionário chinês que tem um sonho ultra-secreto, vários agentes da CIA, vários agentes ingleses, uma velha especialista em sovietismo, um velho especialista em comunismo chinês, um piloto norte-americano/mexicano que parece ter sido roubado de Joseph Conrad. E um plano. O plano é a tentativa de Smiley de atingir seu equivalente em Moscou, Karla, um superburocrata da espionagem que está se tornando no grande fantasma de Le Carré e na obsessão de Smiley.

O livro desmistifica a espionagem? Não. O livro nos mostra a grande aventura do inútil. Se olharmos os objetivos de tanto esforço, veremos que o mundo passaria perfeitamente bem sem tanto suor. Mas é o gosto pela caça que mantém estes homens obsoletos a esquadrinhar quartos, descobrir conecções, investigar possibilidades, lançar pistas falsas, colocar armadilhas. Como um tubarão, este é um mundo que para respirar precisa movimentar-se. Estar vivo é mover-se, ter alvos, planos, até fracassos para lamentar. Aprendemos com Le Carré que 90% do nosso esforço não existe em função do objetivo imediato. É como a pirâmide de Lord Keynes: nos assegura trabalho, nos dá a ilusão da grandeza, permite ao governo aplicar alguns excedentes e, o que é melhor, dá assunto para gente como Le Carré escrever bons romances.

José Onofre

JORNALISMO NA LINHA DE MONTAGEM

O jornalista vive uma guerra. As lides irrompem em baioneta calada. Na obscuridade, a censura espreita. Trincheiras se alastram para deter os balões de ensaio lançados por grupos que querem legitimar suas pretensões dentro da sociedade. Abate-os, a realidade; ou então, os absolve. Os superbombardeiros vêm nas ondas hertzianas e se vestem com as imagens coloridas em polegadas, UPI, AP, TASS.

É um soldado, o jornalista? Pode ser. Tem as armas na mão mas muitas vezes desconhece por que está na guerra. Ou sabe. Mas a guerra mudou, são outros os grupos dominantes, mas ele não se deu por conta. Sob o aluvião informativo dos teletipos, das agências nacionais, dos repórteres focas ou raposas, ele fica no sufoco.

Mas, internamente, dentro do jornal, como ele se comporta? Qual o calibre das armas usadas? O seu poder de criação ou destruição? E o desdobramento na trama psicológica para converter um adversário que no mais das vezes se chama leitor? Quais os seus apelos? Melhor usar os **bulldozers** do jornal informativo, a artilharia do **novo jornalismo** ou a aparente assepsia do jornalismo interpretativo?

Cremilda de Araújo Medina, em **Notícia: Um Produto à Venda,** pretende responder algumas destas perguntas. Ela sai do sufoco do imediatismo das salas de redação para refletir sobre as características internas da indústria cultural. E não fica no academicismo que quase sempre flutua sobre o dia-a-dia da indústria cultural; nem no imediatismo das receitas à maneira de Dona Benta ou do Almanaque Biotônico Fontoura das técnicas de redação jornalística.

Não que o livro de Cremilda desperte apenas vênias. A primeira parte, por exemplo, deixa algumas lacunas, principalmente no final, quando relaciona informação jornalística e desenvolvimento. Depois de traçar as características da indústria cultural nos países desenvolvidos, analisa as suas dimensões nas áreas subdesenvolvidas.

Mas não vai ao fundo do que significa indústria cultural num contexto dos países dependentes, com condições diferentes de produção e consumo daqueles existentes nos pólos hegemônicos mundiais. Em outras palavras, os mitos, valores, crenças e funções da indústria cultural nos países hegemônicos agem de forma diferente nos países dependentes. E Notícia: Um Produto à Venda silencia sobre os mecanismos de sujeição que os conteúdos veiculados pela indústria cultural exercem nos países dependentes.

Mas outros mergulhos de Cremilda são exemplares. Por exemplo, quando examina o quadro social, político e econômico que serviu de moldura à mensagem jornalística em mudança formal do início do século até agora. Ela entra propriamente na tese de Notícia: Um Produto à Venda, que tem por subtítulo Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. A autora focaliza o Rio de Janeiro, descobre um personagem chamado João do Rio e o acompanha dentro da Imprensa da época para, finalmente, revelá-lo como o precursor do moderno jornalismo.

Na parte seguinte, discute os elementos de composição da mensagem jornalística e sua formulação verbal. Examina as tendências do jornalismo, fala sobre título, editorial, lides, vocabulário; enfim, vai dissecando um por um os componentes internos da indústria cultural, contextualizando-os. Aí as reflexões em torno da notícia levam o leigo à conclusão de que este é um dos melhores livros surgidos ultimamente sobre o jornalismo impresso.

A segurança da autora não está apenas na sua formação profissional no O Estado de S. Paulo e TV Cultura. Não está apenas no seu trabalho como docente no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, mais tarde, na Universidade de São Paulo. Está, igualmente, na sua formação literária, formada que é no curso de Letras. Por isso caminha com segurança, revelando as asperezas das palavras e os meandros do estilo jornalístico.

De quebra, o leitor leva análises de textos do jornal da Tarde e Veja e de outros órgãos da Imprensa brasileira. E a certeza de que Notícia: Um Produto à Venda é um caminho aberto, esperando que outros avancem numa reflexão sobre um dos campos mais em evidência atualmente: o da Comunicação.

O livro custa Cr$ 90,00 e foi publicado em São Paulo pela Editora Alfa-Ômega.

Sérgio Caparelli

FAVELADOS NÃO SÃO MARGINAIS?

O MITO DA MARGINALIDADE: favelas e política no Rio de Janeiro, de Janice E. Perlman; Tradução de Waldívia Marchiori Portinho; Paz e Terra, 377 páginas.

A preocupação com a marginalidade urbana na América Latina se desenvolveu depois da Segunda Guerra Mundial quando núcleos de populações (no Brasil chamados de favelas), vivendo em condições precárias e geralmente ocupando solos ilegalmente, começaram a aparecer na periferia da maior parte das grandes cidades.

A primeira reação foi encarar este *problema* como sendo restrito à precariedade da habitação, já que este era o aspecto mais visível da questão. Assim, não se percebia que a favela não era um problema mas uma *solução* à necessidade de abrigo e que a subabitação era apenas um indicador de uma situação mais complexa caracterizada por desemprego e subemprego.

Apesar de sua limitação explicativa e das críticas que lhe foram dirigidas, este tipo de abordagem habitacional é ainda empregado com freqüência. É obviamente mais cômodo falar sobre favelas do que sobre pobreza. Existe, assim, uma tendência de tratar a favela não como a categoria ecológica que ela é, mas como se ela fosse uma entidade social. Esquece-se, desta maneira, não só que a favela é apenas uma área habitacional mas também que a população favelada, apesar de predominantemente pobre, apresenta uma relativa heterogeneidade em relação ao tipo de ocupação de seus moradores e a outras de suas características.

Com o decorrer do tempo foi se desenvolvendo uma literatura sobre a marginalidade urbana na América Latina. De uma maneira bastante esquemática poderia se dividir os autores em três grandes correntes: oficialista, a liberal e a estrutural.

A primeira encara a favela como sendo um quisto a ser extirpado, cuja população seria composta em boa parte por vadios, criminosos e subversivos. Os favelados seriam pobres porque têm origens e valores rurais e não adquiriram os comportamentos e orientações "modernos" da sociedade urbana.

À medida que o número de favelados começou a crescer na América Latina, grande parte deles já tendo nascido em favelas, ficou difícil explicar porque um número cada vez maior dos moradores de suas cidades tinham estas características e um segundo tipo de explicação entrou em cena.

Os *liberais* têm uma visão mais benevolente em relação aos favelados, procurando paternalisticamente enxergar *virtudes* neles. Os pobres seriam culturalmente semelhantes ao resto da população. Sua atual indigência seria superada por sua criatividade e desejo de trabalhar, dar educação aos filhos e melhorar de vida. Segundo os *liberais*, um mínimo de assistência social e proteção oferecida pelos governos seria suficiente para ajudar as comunidades faveladas a sair de situação de miséria.

Também este tipo de explicação começou a mostrar suas contradições à medida em que com o decorrer do tempo, apesar de todos os programas de assistência realizados, os favelados continuam favelados e pobres.

Tudo isto fez com que hoje em dia, apesar de muitos políticos e ideólogos continuarem veiculando posições oficialistas ou liberais, predomine entre os cientistas sociais uma visão muito mais estrutural da questão.

O problema não é a favela mas a estrutura social que a cria junto com a pobreza. O importante, portanto, não é olhar isoladamente para os favelados para procurar a causa de sua condição, mas examinar a capacidade da economia de gerar empregos e verificar como a ordem social vigente distribui de maneira desigual entre as diferentes classes sociais o resultado da produção social.

A questão deixa, assim, de girar em torno de pretensas diferenças ou semelhanças culturais e se centra na discussão da própria ordem social e econômica.

O Mito da Marginalidade de Janice E. Perlman pode ser visto como oscilando entre o enfoque liberal e o enfoque estrutural, apesar da pretensão da autora de situar sua obra na última corrente.

Seu objetivo em suas próprias palavras foi "traçar estereótipos populares e eruditos do pobre urbano, pôr em confronto tais estereótipos com a realidade presente nas favelas do Rio, e mostrar como eles continuam a moldar as políticas que afetam as vidas deste setor da população em constante crescimento" (p.285).

Para tal, o livro é composto, por um lado, por um estudo de duas favelas e um subúrbio do Rio de Janeiro em cada qual foram aplicados 259 questionários e feitas observações entre 1968 e 1969 (e uma revista em 1973) e, por outro lado, uma discussão teórica a respeito do que a autora chama de *o mito da marginalidade*.

A discussão teórica é interessante e bem conduzida. Nela a autora faz uma revisão das principais escolas existentes, mostrando suas tendências, ideologias e equívocos.

Quando, entretanto, se passa para a parte empírica do estudo, o quadro muda. Num zelo paternalista de *provar* que seus estudados não são marginais, a autora exagera. Usando perguntas semelhantes às dos questionários de alguns dos autores que ela critica, Perlman acaba se situando na perspectiva *liberal* de mostrar que os favelados não são diferentes do resto da população, sem entretanto ter estudado outros grupos com os quais possa compará-los.

Assim, por exemplo, a autora afirma que "a atitude dos favelados em questão de família é uma extensão do seu nível de flexibilidade e abertura a novas normas de comportamento. Quase dois terços consideram que 'as moças de hoje devem ser livres para escolher seus namorados sem palpites da família', o que constitui uma mudança acentuada em relação às práticas tradicionais" (p. 182).

Poderia se perguntar qual seria a percentagem em outras camadas sociais do Rio de Janeiro por ocasião da pesquisa. Mais elevada ou mais baixa? E por que aceitar a dicotomia tradicional-moderno que é criticada na própria revisão que a autora faz na parte teórica do livro?

Cabe também a pergunta de até que ponto se pode investigar seriamente esta e outras questões baseando-se principalmente em questionários. Existem vários outros exemplos que não passarão despercebidos por qualquer leitor familiarizado com o tema.

No esforço de *provar* que os favelados não são marginais, a autora acaba caindo na posição de *protetora dos pobres* quando afirma no capítulo final que" os favelados e suburbanos *não* possuem as atitudes ou comportamento supostamente associados aos grupos marginais. Do ponto de vista social, são bem organizados e coesos, e utilizam amplamente o meio e as instituições urbanas. Do ponto de vista cultural, são muito otimistas e aspiram a uma educação melhor para os seus filhos e a melhoria de suas casas. (...) Quanto ao ponto de vista econômico, trabalham muito (...) Atribuem alto valor ao trabalho árduo, e sentem grande orgulho de uma coisa bem feita. Politicamente, não são nem apáticos nem radiciais (...) Os favelados em geral apóiam o sistema e acham que o governo não é mau, mas faz o possível para compreender e ajudar pessoas como eles. (...) Em resumo, *têm as aspirações da burguesia, a perseverança dos pioneiros, e os valores dos patriotas*" (p. 286).

O perigo de enfatizar exageradamente as *boas* qualidades dos pobres é que esta perspectiva implicitamente aceita que eles precisam ser defendidos e suas virtudes provadas, e toma a si esta tarefa paternalista. Embora esta abordagem esteja um passo à frente dos *oficialistas* no sentido de mostrar que os pobres não são totalmente diferentes, ela cai no extremo oposto de pretender mostrar que eles são praticamente iguais (sem ter entretanto estudado outros grupos sociais). Ela ainda está por demais preocupada em averiguar as características dos pobres em vez de analisar a estrutura social na qual estão inseridos a fim de obter um quadro mais global da questão.

Ruben George Oliven

Ruben George Oliven é professor do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia e Ciência Política da UFRGS.

REGISTRO

AS SETE PRAGAS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA de Rogério Cerqueira Leite. O autor é professor na Unicamp e o livro reúne artigos publicados originalmente na página três da *Folha de São Paulo*. Duas Cidades.

O ALICERCE CULTURAL DA CHINA de Ricardo Joppert. O autor é brasileiro, formado em chinês no Institut National des Langues et Civilizations Orientales, da Sorbonee Nouvelle. Editora Avenir.

TÁTICAS DE GUERRA DOS CANGACEIROS de Maria Christina Matta Machado. Segunda edição. Brasiliense.

TERRA SEM MAL, de Hélène Clastres, tradução de Renato Janine Ribeiro. A autora é professora assistente na Universidade de Nanterre, dedicando-se aos estudos de ritos e religiões dos índios sul-americanos. O livro trata do profetismo tupi-guaraní. Brasiliense.

LIBERDADE PARA OS BRASILEIROS de Roberto Ribeiro Martins. Um levantamento. O livro é uma pequena história da anistia no Brasil, o que é mesmo que dizer que trata de descrever as punições utilizadas pelo Estado contra os brasileiros desde a Independência.

Começou a ser escrito na prisão e dele diz o historiador Hélio Silva: "O livro se apresenta então, como o mais completo estudo do processo de nascimento e evolução da idéia de Anistia no Pós-64".

COMUM —Revista editada pela Vozes. Entrevista com Foucault, artigo sobre Francastel, trabalhos de Amaral Vieira e Ivan Cavalcanti Proença. É o número 2.

CIÊNCIA E CULTURA da SBPC — Volume 30, número 7. Artigos sobre biologia, educação, história, zoologia, sociologia, etc.

DOUTORA ISA — de Juarez Barroso. — A história de Margô, cafetina, que se redime como médica e protetora dos pobres e desvalidos do sertão. Juarez Barroso, o autor, cearense, morreu antes de revisá-lo, o que foi feito por seu amigo Paulo Pontes. Civilização Brasileira. Cr$ 90,00

O SERTÃO DO VELHO CHICO, de Edyla Mangabeira Unger. Um relato, como definiu a própria autora, filha de Otávio Mangabeira. A vida miserável ao redor do São Francisco. Alceu Amoroso Lima achou que o trabalho é fruto de uma visão "tanto do ponto de vista social como do ponto de vista literário, do valor excepcional". Civilização Brasileira. Cr$ 90,00.

TEATRO DE GIANFRANCESCO GUARNIERI — Com *Eles Não Usam Black Tie* e *Gimba*. Teatro sobre os pobres deste mundo. Guarnieri e Jorge Andrade, diz Paulo Francis no prefácio, mostram que em São Paulo (no fim da década de 50) estava "nascendo a dramaturgia brasileira". Este volume inicia a publicação do teatro completo de Guarnieri pela Civilização Brasileira, Cr$ 150,00.

SUÍTE EM DOR MAIOR de Mário da Silva Brito. O autor é mais conhecido por seus trabalhos sobre o Modernismo, Oswald de Andrade e pelo seu desempenho como diretor editorial da Civilização Brasileira. Publica agora poemas escritos em 1977 e 78. Pedro Nava o considera "um grande livro e marco — não só na vida do poeta como na evolução da poesia brasileira".

Emoldurar um quadro é complementá-lo.

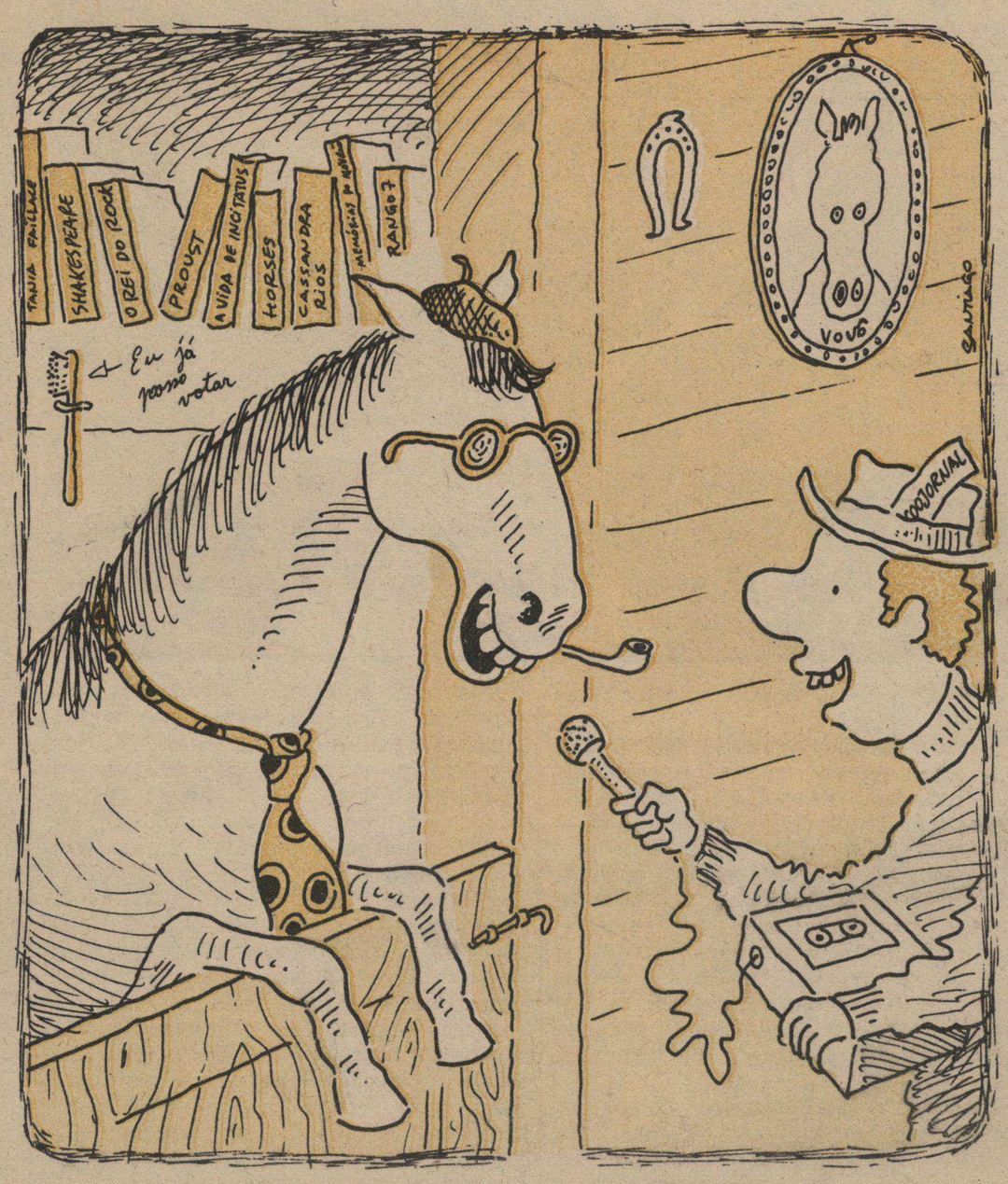
DELPHUS

ARTE EM MOLDURAS

Cristóvão Colombo, 1.103 — Porto Alegre — RS

LUIZ FERNANDO

VERÍSSIMO



Sempre inovador, este jornal, ou *Coojornal,* decidiu entrevistar não o homem mas o cavalo do homem. Não foi difícil chegar até ele. Ao contrário do homem, o cavalo do homem não tem asseclas, nem assessores, nem segurança excessiva. Simples, comunicativo, afável, mas bastante ponderado nas suas declarações, o cavalo do homem recebeu-nos em sua baia sem qualquer cerimônia. Mas também sem qualquer pretensão a ser menos do que realmente é. Ele sabe que é um puro-sangue e uma importante personagem nacional e não tenta passar por matungo ou proletário. Confessamos que ficamos impressionados com seu comportamento. Tanto que começamos a entrevista perguntando sobre uma história que corre segundo a qual sempre que precisa tomar uma decisão importante o homem sai a cavalgar com ele, pois duas cabeças pensam melhor do que uma. A história era apenas mais uma piada sobre o homem ou seria verdade?

— É verdade — respondeu o cavalo do homem. — Conversamos bastante. Trocamos idéias. Não lhe dou conselhos, claro, mas procuro influenciar as suas decisões com bom senso e prudência. Infelizmente, ele nem sempre me ouve...

— Você pode nos dar um exemplo desta troca de idéias?

— Bem, certa manhã, enquanto trotávamos, ele me disse que pretendia responder de uma vez por todas as perguntas sobre que tipo de abertura defendia, lenta e gradual ou imediata, com uma resposta que calaria a boca de todo mundo.

— Que resposta era essa?

— Ele ia dizer que era à favor de uma abertura lenta, gradual *e* imediata.

— Mas isso seria uma contradição em termos!

— Foi o que eu disse para ele. Argumentei que uma coisa anulava a outra, que abertura imediata não podia ser lenta e gradual, que eram proposições opostas.

— E ele?

— Ele custou a entender. Tive que fazer uma demonstração prática. Saí a galopar, depois parei e comecei a andar a passo, depois novamente a galope. Mostrei como era impossível galopar e andar a passo ao mesmo tempo.

— E ele?

— Ele disse que não se sentia muito à vontade com abstrações e conceitos filosóficos e pediu explicações mais claras.

— E aí?

— Aí eu perdi a paciência e derrubei ele da sela. Não gosto de tratar ninguém assim, mas às vezes é o único jeito do homem aprender. Ele ficou tonto, levou algum tempo para se levantar do chão, limpou a poeira da roupa e finalmente voltou para a sela. Eu disse que ele chegara ao chão imediatamente mas voltara para a sela lenta e gradualmente. Aí ele entendeu.

— E quando ele chamou os gaúchos de gigolôs de vaca?

— Pois é. Ele ficou muito chateado com aquilo. No dia em que a entrevista saiu nos jornais, comentou comigo que estava muito magoado com a imprensa. Disse que tinham deturpado as suas palavras.

— Ele não disse que gaúcho era gigolô de vaca?

— Não. Disse que gaúcho era gigolô de vaca *e* de ovelha. Cortaram uma parte da resposta. Ele queria emitir um comunicado restabelecendo o sentido completo da frase mas eu sugeri que deixasse como estava.

— A imprensa, na sua opinião, tem sido injusta com ele?

— Um pouco. Mas muito por culpa dele mesmo. Ele nunca se lembra de uma recomendação que eu lhe fiz uma vez, numa conversa que tivemos aqui mesmo.

— Qual foi a recomendação?

— Pensar três vezes antes de responder qualquer coisa.

— Ele responde sem pensar, é isso?

— Ele pensa, mas pensa só duas vezes. É pouco.

— Se pensasse três vezes, não diria bobagem.

— Talvez dissesse, mas seria uma bobagem bem pensada, entende?

— E toda a assessoria de imprensa que ele tem, os especialistas em comunicação....?

— Pois é. Coitados. Têm um trabalho danado. Parece que dezessete já deram para beber, dois estão à beira da loucura mas todos ficam sérios, sacodem a cabeça e fingem que está tudo correndo como tinham planejado. Muitos se queixam para mim, dizem que só eu tenho influência sobre ele, pedem que eu faça alguma coisa. Mas ele é assim mesmo, o que posso fazer?

— Ele mesmo não pensa em se corrigir, em ser menos impulsivo?

— Ele já tentou mudar. Uma vez foi conversar com repórteres com várias respostas escritas na manga da camisa, para não esquecer. Respostas escritas pela sua assessoria, sensatas, coerentes. Mas não deu certo.

— O que aconteceu?

— Justamente neste dia ele estava usando camisa esporte. Não conseguia enxergar o que tinha escrito na manga. Foi um desastre.

— Mas o povo parece que está gostando do seu jeitão.

— Parece. Mas o povo, também, não ajuda.

— Por quê?

— No outro dia ele foi visitar uma concentração de trabalhadores. Apertou a mão de todo mundo, bateu nas costas, falou de futebol, etc. Aí convidou um deles para tomar uma cachacinha com ele.

— Negócio simpático.

— Só que o homem não bebia. Milhares de pessoas ali e ele convida para uma cachacinha logo um que não bebe. Se não me engano, era até da Liga Antialcoólica. Quer dizer, assim é difícil ser autêntico.

— E afinal, ele é ou não é um democrata?

— Bom. Para mim, confidencialmente, ele disse que vai impor a democracia no Brasil nem que seja com uma ditadura.

— E você?

— Tentei derrubá-lo da sela outra vez mas desta vez ele se segurou.

— E o que ele pensa das chances do Euler no Colégio Eleitoral?

— Faz até um trocadilho com a pronuncia do nome do Euler. Diz que no confronto com o Euler, "sou mais ói".

— E você tem que agüentar?

— Amigo e cavalo são para essas horas.

— E a sua imagem, também não andaram querendo modificar, como a dele?

— Tentaram, mas eu caí fora. Queriam que eu penteasse a crina para o outro lado, que sorrisse mais, que saísse a fazer campanha por todo o país. Mas me recusei. Conheço as minhas limitações.

— E a tal história de cheiro de cavalo e cheiro de povo?

— Pois conversamos longamente a respeito disto. Ele não entendia por que a frase tivera tanta repercussão. Expliquei para ele que se a frase tivesse partido de mim, a respeito dos meus semelhantes, tudo bem. Se bem que eu prefiro mesmo é cheiro de égua. Mas como era dele a respeito dos semelhantes dele, pegara mal. Afinal, mesmo que não pareça, povo também é gente.

— Só uma curiosidade. Você não é candidato a nada?

— Não, por quê?

— É que dá gosto ver alguém falando assim, com essa sabedoria.

— É o contraste...